



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

JORGE LUIZ DOS SANTOS DE SOUZA

**AFINAL, O QUE SÃO AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO DA EPT?
SUBSÍDIOS PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
A PARTIR DA ESCUTA DE INTEGRANTES DOS NAAFS DO IFRS**

Porto Alegre

2023

JORGE LUIZ DOS SANTOS DE SOUZA

**AFINAL, O QUE SÃO AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO DA EPT?
SUBSÍDIOS PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
A PARTIR DA ESCUTA DE INTEGRANTES DOS NAAFS DO IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a Dr^a Liliane Madruga Prestes
Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Porto Alegre

2023

S729	<p>Souza, Jorge Luiz dos Santos de</p> <p>Afinal, o que são as ações afirmativas no contexto da EPT? Subsídios para o aprimoramento das políticas institucionais a partir da escuta de integrantes dos NAAfs do IFRS / Jorge Luiz dos Santos de Souza – Porto Alegre, 2023.</p> <p>156 f. : il., color.</p> <p>Orientadora: Dra. Liliane Madruga Prestes</p> <p>Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Porto Alegre, 2023.</p> <p>1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Inclusão. 3. Ações Afirmativas. I. Prestes, Liliane Madruga. II. Título.</p> <p>CDU: 37:004</p>
------	--

JORGE LUIZ DOS SANTOS DE SOUZA

**AFINAL, O QUE SÃO AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO DA EPT?
SUBSÍDIOS PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
A PARTIR DA ESCUTA DE INTEGRANTES DOS NAAFS DO IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 23 de março de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Liliane Madruga Prestes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof. Dr. Fábio Azambuja Marçal.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Andréa Poletto Sonza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Profa. Dr. João Paulo Xavier

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

JORGE LUIZ DOS SANTOS DE SOUZA

**AFINAL, O QUE SÃO AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO DA EPT?
SUBSÍDIOS PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
A PARTIR DA ESCUTA DE INTEGRANTES DOS NAAFS DO IFRS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 23 de março de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Liliane Madruga Prestes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof.^o. Dr.^o. Fábio Azambuja Marçal.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a. Andréa Poletto Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Prof.^o. Dr.^o. João Paulo Xavier

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Dedico este trabalho a todos e todas que buscam uma sociedade e uma escola mais democrática e igualitária, a todos e todas que com sua ação querem auxiliar a reparar os erros históricos perpetrados por nossa sociedade dual rumo a uma sociedade e escola mais justa.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus e aos bons Espíritos pelo apoio nesta existência e neste período de realização do Mestrado.

Agradeço a minha família, em especial minha esposa, Marziléia Aparecida Selle da Rosa, e meu filho, Samuel da Rosa de Souza, por todo apoio e compreensão nos períodos que mais necessitava para a execução deste trabalho e demais atividades acadêmicas exigidas.

Aos meus colegas e minhas colegas de Mestrado, especialmente aos meus e minhas companheiras de orientação.

À minha orientadora, Prof^aDr^a Liliane Madruga Prestes por compartilhar seus conhecimentos, auxiliar não só na parte acadêmica, mas também servir de apoio nas horas que mais dificuldades e dúvidas sobre a própria competência para a realização desta pesquisa.

Aos meus/minhas colegas de trabalho do IFRS Campus Vacaria, destaco aqui o apoio dos meus/minhas colegas da assistência estudantil e, principalmente, aos meus companheiros/companheiras do Núcleo de Ações Afirmativas.

Aos que me auxiliaram nesta pesquisa, seus participantes, e aos demais que de uma forma ou outra contribuíram para que se realizasse.

Ao IFRS Campus Porto Alegre, aos docentes e demais servidores/servidoras ligados ao PROFEPT por todo conhecimento, trocas e amizades neste período de dois anos de atividades acadêmicas.

Por fim, agradeço aos meus/minhas professores/professoras desde a educação infantil, o Mestrado é um caminho que não se inicia na aprovação do processo seletivo e sim desde a alfabetização, passando pela educação básica, ensino médio, graduação e pós-graduação.

É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz,
de tal forma que, num dado momento,
a tua fala seja a tua prática.

(Freire, 2003)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar quais concepções permeiam a atuação dos integrantes dos Núcleos de Ações Afirmativas analisando em que medida repercutem na consolidação das políticas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Tal estudo está vinculado à linha de Práticas Educativas na Educação Profissional e Tecnológica do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado em rede, tendo o IFRS como instituição associada. No tocante à metodologia adotada, caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa, incluindo a revisão bibliográfica e análise documental das políticas institucionais que pautam as ações afirmativas no âmbito da rede federal de EPT e, especificamente, no contexto do IFRS. Quanto ao engajamento no estudo, foi realizada a pesquisa participante e incluindo a escuta de integrantes dos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs). Tal participação foi realizada mediante a aplicação de um questionário disponibilizado por meio do *google forms*. Os dados produzidos foram sistematizados culminando na elaboração de um produto educacional no formato de um guia com subsídios teóricos visando o aprimoramento e/ou redimensionamento das práticas desenvolvidas pelas equipes que compõem os NAAfs. Além disso, visa inspirar outras iniciativas voltadas à implementação e/ou consolidação das políticas institucionais de ações afirmativas e ações de ensino voltadas à formação inicial e continuada sobre as temáticas afetas núcleo.

Palavras-Chave: Ações Afirmativas. Educação Profissional e tecnológica no Brasil. Diversidade. Inclusão.

ABSTRACT

The present aimsto investigate which conceptions permeate the performance of members of the Affirmative Actions Centers, analyzing to what extent they affect the consolidation of Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS) institutional policies, thus producing theoretical and methodological subsidies tha tenhance and promote initial and continuing education. For this, we Will adopt a qualitative approach through participatory researchand in data collection we will use documentary research. The study Will also have the participation of members of the affirmative action core (NAAf), through the application of a questionnaire to be made available through sharing through google forms. The data produced Will be used to prepare a guide with theoretical support aimed at improving and/or resizing the practices developed by the teams that make up the NAAf's. It also aims to promote the implementation and/or consolidation of institutional policies for affirmative action and for the development of actions aimed at initial and continuing education on issues affecting the nucleus.

Keywords: Affirmative Actions. Professional and Technological Education in Brazil. Diversity. Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1 – Nuvem de atividades com a participação de integrantes dos NAAfs</u>	<u>59</u>
<u>Figura 2 – Capa do Produto Educacional</u>	<u>67</u>
<u>Figura 3 – Seção 2 do produto educacional</u>	<u>68</u>
<u>Figura 4 – Campanha de defesa das cotas pela UNE</u>	<u>68</u>
<u>Figura 5 – Acesso, permanência e êxito na EPT</u>	<u>69</u>
<u>Figura 6 – Estrutura das Ações Afirmativas no IFRS</u>	<u>70</u>
<u>Figura 7 – Assessoria de Relações Étnico-Raciais do IFRS</u>	<u>70</u>
<u>Figura 8 – Dica de material inclusivo em gênero e sexualidade</u>	<u>71</u>
<u>Figura 9 – Publicações do IFRS</u>	<u>72</u>
<u>Figura 10 – Mensagem final do P.E.</u>	<u>72</u>

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1 – Diagnóstico discente IFRS – IFRS Campus Vacaria</u>	21
<u>Quadro 2 – Estudos sobre ações afirmativas e EPT</u>	33
<u>Quadro 3 – Políticas de Ações Afirmativas e Inclusão no IFRS</u>	41
<u>Quadro 4 – Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa</u>	46
<u>Quadro 5 – Categorias de análises</u>	49
<u>Quadro 6 – Categorias de análises com base nas questões formuladas</u>	52
<u>Quadro 7 – Apresentação dos/as participantes da pesquisa</u>	52
<u>Quadro 8 – Glossário de termos utilizados pelos participantes do estudo ao se apresentarem</u>	53
<u>Quadro 9 – Tempo e vínculo com o núcleo</u>	54
<u>Quadro 10 – Questionário de avaliação do P.E.</u>	74
<u>Quadro 11 – Identificação dos avaliadores</u>	75
<u>Quadro 12 – Critérios quanto a estrutura do material</u>	75
<u>Quadro 13 – Critérios quanto ao conteúdo do material</u>	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
COB - Comitê Olímpico Brasileiro
CONSUP - Conselho Superior
CTA - Centro Tecnológico de Acessibilidade
CTISM - Colégio Técnico Industrial de Santa Maria
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFC – Instituto Federal Catarinense
IFFar - Instituto Federal Farroupilha
IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-grandense
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual, outros grupos de variação de gênero e sexualidade
NAAf - Núcleo de Ações Afirmativas
NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NEE - Necessidades Educacionais Específicas
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena
NEGED - Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade
NEPGS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade
PCD - Pessoa com Deficiência
PEI - Plano Educacional Individualizado
PROEN - Pró-reitoria de ensino
PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
SEMESP/MEC - Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do

Ministério da Educação

TEA - Transtorno do Espectro Autista

THI - Treinamento Hipóxico Intermitente

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFMS - Universidade Federal de Santa Maria

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Políticas de ações afirmativas no contexto da educação profissional e tecnológica: motivações para a escolha da temática de pesquisa.....	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	Contextualizando a educação profissional no Brasil: percursos históricos e desafios contemporâneos	24
2.2	Ações afirmativas e diversidade nas atuais políticas públicas para a educação profissional e tecnológica.....	28
2.3	Ações afirmativas, diversidade e educação profissional: mapeamento de pesquisas realizadas no contexto brasileiro atual	33
2.4	Ações afirmativas na educação profissional e tecnológica: da Constituição Federal às políticas institucionais no contexto do IFRS.....	36
2.5	Políticas de ações afirmativas no contexto da educação profissional e tecnológica: um olhar sobre as ações implementadas no IFRS	40
3	METODOLOGIA.....	45
3.1	Classificação da pesquisa quanto à natureza, objetivos e procedimentos	45
3.2	Metodologia de análise dos dados: etapas e definição de categorias.....	49
4	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES.....	51
4.1	Políticas de ações afirmativas na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da escuta da comunidade do IFRS	51
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	66
5.1	Apresentando o produto educacional	66
5.2	Avaliação do produto educacional.....	73
6	CONSIDERAÇÕES	78
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	91
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	147
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	148
	ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	152

1 INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro, o surgimento de políticas de ações afirmativas é foco de inúmeros debates e tensões entre diferentes segmentos da sociedade. Para subsidiar tais debates, presenciamos a ampliação de grupos de pesquisadores/as¹, representantes das comunidades que lutam em prol da manutenção, bem como da ampliação do acesso aos direitos fundamentais. Apesar dos avanços em termos de legislação, tais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), cujo artigo 6º prevê que constituem como direitos sociais, a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Segundo ainda que,

Artigo 6º Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em Lei Federal, observada a legislação fiscal e orçamentária². (BRASIL, 1988, p.2)

No caso específico deste estudo, o foco foi investigar como tais políticas de ações afirmativas vêm sendo implementadas na rede federal de educação profissional e tecnológica, visando a garantia ao direito à educação por jovens e adultos. Especificamente, o lócus da pesquisa foi o contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) no qual foram implementados os Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs), a partir da escuta dos integrantes de tais Núcleos, os dados produzidos buscaram mapear demandas, bem como a produção de subsídios para o aprimoramento/consolidação das políticas institucionais. Para tanto, o primeiro passo foi a revisão de literatura, buscando a ampliação do entendimento acerca do conceito de ações afirmativas, para o qual Moehlecke (2002, p.7) apresenta a seguinte definição:

¹ Para exemplificar o exposto, citamos o Grupo de Estudos Multidisciplinares de sobre Ação Afirmativa da Universidade Estadual de São Paulo. Disponível em: <http://gemma.iesp.uerj.br/publicacoes-2/>.

² Legislação fiscal e orçamentária prevista pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021. (BRASIL, 2021, p.1)

[...] uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado.

Ao abordar tal temática, é importante compreendermos que historicamente a sociedade brasileira é marcada pela dualidade, de um lado os exploradores detentores dos meios de produção e da força econômica e, de outro, os explorados, detentores da força de trabalho e dentro da massa explorada temos os mais explorados, mulheres, negros, indígenas, população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI+)³ e os que possuem alguma necessidade educacional específica. Conforme apontam os estudos de Marçal (2015), é importante frisarmos que nos deparamos com várias dualidades que caracterizam a sociedade capitalista, marcada por atravessamentos históricos, sociais, de classe, gênero e culturais. Nesse sentido colocaria ainda o recorte de raça dentro das diversas dualidades, mas creio ser o mais importante quando o autor assevera ser a dualidade possível de ser enfrentada, como por meio da busca da formação humana integral proposta, por exemplo, pelo ensino médio integrado do IFRS.

Conforme mencionado anteriormente, historicamente, a sociedade capitalista, é marcada pela exclusão de determinados grupos sociais, os quais são negados o acesso a direitos fundamentais como educação, saúde, trabalho, entre outros. Tais sujeitos possuem mais dificuldades para o acesso e permanência nas escolas, bem como de inserção no mundo do trabalho. Aliado a isso, acabam sendo ludibriadas pelo discurso das novas formas de trabalho, de seus arranjos flexíveis (KUENZER; GRABOWSKI, 2016), assim como do fenômeno das plataformas digitais voltadas para uberização⁴ e superexploração do trabalho, como denunciado por Antunes e Filgueiras (2020), destaca-se que para alguns grupos nem isto sobra.

A fim de identificar as questões de raça, etnia, gênero, sexualidade, necessidades educacionais específicas no ambiente escolar e no mundo do trabalho, como excluídos e invisibilizados, é preciso ir além da análise superficial problematizando, assim, a realidade a partir da análise das relações históricas,

³ Utilizamos tal terminologia com base em REIS, T. (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

⁴ Termo que vem relacionado do mais famoso aplicativo de transporte no qual promete ao motorista dono do veículo retorno financeiro e liberdade de horário sendo ele patrão de si mesmo.

políticas e culturais. Neste sentido, compartilho do entendimento de Kohan (2004) cujos estudos enfatizam que uma das ferramentas possíveis para questionarmos este modelo de sociedade atual, do padrão Eurocêntrico, de sociedade branca, heteronormativa, racista, sexista e colonialista é o Marxismo. Tal perspectiva possibilita pensarmos em estratégias que visem à promoção de uma educação inclusiva, diversa e plural e, em particular, no contexto da educação profissional e tecnológica, foco deste estudo.

Com a intenção de promover a garantia da educação enquanto direito fundamental e, para tanto, entre as políticas públicas vigentes, citamos a Lei Federal n.º 12.711 (BRASIL, 2012a) e o Decreto 7.824 (BRASIL, 2012b), ambos, as quais são popularmente conhecidas como “política de cotas”, uma vez que, entre outras demandas, tratam do acesso à Educação Básica e à Educação Superior na rede federal de ensino (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b). O que talvez muitas pessoas não saibam é que essas normativas visam, para além do acesso à educação, sua permanência e êxito e, conseqüentemente, a inserção no mundo do trabalho. Cabe destacar que as normativas não se restringem à esfera federal, ou seja, nas diversas instâncias sociais nos deparamos com uma infinidade de Leis, Decretos ou Regulamentos voltados à garantia de direitos fundamentais a todos e todas as pessoas. No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, uma das iniciativas foi a criação de núcleos dedicados às questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, necessidades educacionais específicas, cada instituição com suas nomenclaturas e siglas diversas. Neste aspecto, Candau e Sacavino (2013) nos advertem que não basta apenas investirmos na produção de regulamentos e no ordenamento jurídico, ou seja, é imprescindível que os direitos têm de ser trabalhados no imaginário social, e aí está o papel da educação e, em específico, dos núcleos citados.

No âmbito do IFRS, entre as estratégias adotadas para a garantia da educação enquanto direito social para todos/as/es citamos a criação dos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAf), por meio da resolução do Conselho Superior 038 (IFRS, 2017). Tais Núcleos foram implantados nos campi criados na fase 3 de expansão⁵, tendo como objetivo integrar as ações sobre necessidades educacionais

⁵ Campus Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão.

específicas⁶, gênero, sexualidade e raça e etnia em um único espaço (IFRS, 2017) e, ainda, ser

“... é um setor propositivo e consultivo que media as ações afirmativas na instituição, congregando as ações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) e Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs), os quais estão regulamentados em documento Próprio.” (IFRS, 2014).

Os NAAfs atuam enquanto promotores de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão e como setor propositivo e consultivo estimulador da educação para a diversidade e inclusão.

Apesar de inicialmente os NAAfs serem pensados de tal modo, os quais foram implantados na fase 3 do Plano Nacional de Expansão da Rede Federal de EPT, tal limitação de pessoal tornou inviável a criação, em separados dos núcleos de ações afirmativas previstos na política institucional do IFRS, a saber: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS); Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs. Neste cenário, considerando tais especificidades nos campi em implantação (Alvorada, Viamão, Rolante, Vacaria e Veranópolis) e na Reitoria foram criados os NAAfs, como uma estratégia adotada institucionalmente para dar conta das políticas de ações afirmativas, unificando-se num único núcleo. Ao ingressar no IFRS no campus Vacaria, deparei-me com tal estrutura organizacional e movido pelo meu engajamento pelas temáticas, passei a compor o NAAf do Campus. Gradativamente, ao ingressar na instituição, fui me apropriando do funcionamento dos NAAfs e das políticas de ações afirmativas pautadas. Ao mesmo tempo, aguicei a minha curiosidade em saber como os demais integrantes davam conta de lidar com assuntos tão diversos, complexos e, ao mesmo tempo, tão interligados.

⁶ Por força de legislação, a questão de necessidades educacionais específicas ficou a cargo somente dos NAPNES, onde este não existia foram criados, inclusive com Função Gratificada.

1.1 Políticas de ações afirmativas no contexto da educação profissional e tecnológica: motivações para a escolha da temática de pesquisa

Iniciei minha trajetória acadêmica cursando a graduação em Educação Física – licenciatura plena (1999-2003) e, posteriormente, especialização em atividade física, desempenho motor e saúde (2007-2008), ambos pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). Mais tarde fiz mais uma especialização em teorias e metodologias da educação (2015-2017) pelo IFRS. Ao longo deste percurso, acabei direcionando minha atuação à área da extensão e, no momento, busco novos horizontes procurando articular tal atuação com as áreas de pesquisa e ensino, razão pela qual estou cursando o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica oferecido pelo IFRS - Campus Porto Alegre.

Em meu primeiro passo, na UFSM, na qualidade de estudante, participei de algumas pesquisas que me proporcionaram grandes alegrias, como as preparações para o pré-olímpico de esgrima em Querétaro (México), além do projeto de prevenção de doenças cardiovasculares por meio da atividade física e das pesquisas sobre Treinamento Hipóxico Intermitente (THI).

Como já mencionado, minha trajetória abrange, em grande parte, projetos de extensão. Trabalhei com crianças em situação de vulnerabilidade, natação para pessoas com deficiência (PCD's), atividades aquáticas para idosos, estes durante a graduação. Atividades físicas para cardiopatas e prevenção de cardiopatias, bem como esgrima, na pós-graduação da UFSM, na área da saúde.

O segundo passo foi como servidor, primeiramente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com a pesquisa “Educação e Direitos Humanos” e em divulgação científica. Destaco aqui um projeto que me proporcionou muitas alegrias, publicações e amizades, o “Arte Promovendo Saúde e Saúde Fazendo Arte”, no qual, por meio da educação popular em saúde, técnicas de chegada⁷, teatrais e de palhaçaria eram debatidos temas essenciais para a saúde pública, não só do ponto de vista fisiológico, mas também político. Destaco também a minha participação no projeto Rondon, há quem ame e quem odeie, mas ninguém sai igual de como entrou em uma operação Rondonista.

Outro trabalho que gostaria de assinalar é o sobre multiculturalismo e

⁷ É a ação de chegar, folguedo popular nas festas do Natal, em que figuram danças e cenas marítimas entre cristãos e mouros (Dicionário Online de Português, 2021) e aqui adaptados para temas relacionados à saúde.

relações étnico-raciais na primeira infância, com colegas da UFFS. Embora eu não tenha uma base sobre infância, pude ajudar na questão multicultural e tive o privilégio de publicar com o Professor Adelmir Fiabani; em estudos deste a Magistrada Carmem Lúcia fundamentou sua decisão sobre Quilombos no Brasil.

Quando entrei na UFFS, mais do que quando estava de professor na rede municipal de Chapecó, senti a necessidade de voltar minha atenção para a educação. Tive na especialização do IFRS Campus Sertão o aprendizado que aguçou minha vontade para a educação como um direito humano, numa perspectiva multicultural e inclusiva. Publiquei dois artigos nos quais tenho grande alegria em ter participado, um que fala sobre as políticas afirmativas e a inclusão no curso de medicina da UFFS e outro sobre as ações afirmativas no IFRS, com meu orientador da época e minha colega de orientação.

Nesta época, eu já estava mais envolvido com as questões da UFFS, onde eu trabalhava, fizemos estudos com as comunidades quilombolas que renderam dois trabalhos, e um relacionando os direitos humanos e as ações afirmativas na UFFS. Nesta mesma época tive minhas primeiras experiências como orientador de alunos em trabalhos acadêmicos, tematizando a educação em saúde e educação popular em saúde.

Agora o que me causou grande impacto foi trabalhar no Centro de Referência em Direitos Humanos da UFFS, no setor de Acessibilidade da UFFS Passo Fundo e aqui no IFRS no NAAf Vacaria, pois estes trabalhos contribuíram para me aproximar de teorias que visam uma sociedade mais justa, inclusiva e plural.

Na área da educação iniciei realmente na pós do IFRS em Sertão onde fiz a especialização em Teorias e Metodologias da educação, como discente, e, depois, através das atividades como servidor do IFRS Campus Vacaria. No meu caminho, creio que a mudança de paradigma foi mesmo a especialização, e foi mudança mesmo! Antes eu era mais afeto aos dados de laboratório, índices mensuráveis, pesquisas e projetos que fizeram eu conhecer pessoas que talvez nunca tivesse a oportunidade se estivesse em outro lugar e, ainda, me ajudou a trabalhar com preparação física no Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e conhecer atletas que se destacam no cenário brasileiro e internacional.

Minha vinda coincide com meu início de trabalho no NAAf, como mencionado na introdução, um começo meio confuso devido à especificidade do núcleo e à falta de esclarecimento sobre tais temas, assim como o modo de atuação deste.

Após minha integração no Campus Vacaria, promovi o curso de capacitação para conselheiros de direitos da cidade, o projeto Escuta, este visando o acolhimento da comunidade acadêmica por meio da escuta e da comunicação não violenta, e, por fim, o projeto Meet NAAf, realizado de modo virtual devido à pandemia de covid-19, pelo qual eram debatidos com convidados temas afetos ao núcleo como as necessidades educacionais específicas, direitos humanos, inclusão, raça e etnia, bem como gênero e sexualidade; em todos projetos eu atuei como coordenador.

Ao ingressar no NAAf do IFRS - *Campus Vacaria* percebi algumas dificuldades, pois determinadas ações tinham mais participação dos seus integrantes do que outras, alguns não entendiam a configuração do núcleo e muitos não se sentiam preparados para atuar em todas as frentes de trabalho, assim como eu. Outra percepção foi a rotatividade dos integrantes do núcleo e as diversas formações destes, que poderia ser uma potencialidade de trabalho, mas devido à dificuldade de todos se encontrarem por falta de liberação de carga horária do trabalho, muitas vezes não foi possível aproveitar os conhecimentos de cada um.

A constatação acima me permitiu questionar: Afinal, como potencializar a atuação dos NAAfs na consolidação das Políticas de Ações Afirmativas, em particular, a partir da atuação no Campus Vacaria?

Quando olhamos o diagnóstico discente realizado em 2019 pela PROEN – Diretoria de Assuntos Estudantis, temos os seguintes dados relacionados ao IFRS e ao Campus Vacaria (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Quadro 1 – Diagnóstico discente IFRS – IFRS Campus Vacaria (2019)

	IFRS	Campus Vacaria
Raça/etnia	Amarelo – 0,4% Branco – 78,8% Indígena – 0,6% Preto/Pardo – 18,6% Não declarado – 1,7%	Amarelo – 0,7% Branco – 72,7% Indígena – 0,4% Preto/Pardo – 23,4% Não declarado – 2,9%
Gênero	Feminino – 47,4% Intersexual – 0,1% Masculino – 52,4%	Feminino – 52,2% Intersexual – 0% Masculino – 47,8%
Orientação Sexual	Assexual – 1,2 Bissexual – 9,2% Heterossexual 86,5 Homossexual – 3,1%	Assexual – 0% Bissexual – 4% Heterossexual – 95% Homossexual – 1,1%
Modalidade de Ingresso	Acesso Universal – 58,8% Autodeclarado Negro ou Indígena –	Acesso Universal – 67,3% Autodeclarado Negro ou Indígena –

	6,1% Egresso de escola Pública – 18,6 Renda inferior a 1,5 Salário-mínimo per capta – 15,5% Pessoa com deficiência – 1%	8,6% Egresso de escola Pública – 12,9% Renda inferior a 1,5 Salário-mínimo per capta – 11,2% Pessoa com deficiência – 0%
Recebe Auxílio Estudantil do IFRS	Não – 66,9% Sim – 33,1%	Não – 78,1% Sim – 21,9 %

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de pesquisa realizada pelo IFRS (2020).

Podemos perceber na disposição do IFRS em sua totalidade e no Campus Vacaria, público oriundo das ações afirmativas e das legislações implementadas de acesso ao nível federal. Tanto no âmbito do IFRS quanto no Campus Vacaria, a diversidade da comunidade estudantil é bastante incipiente, sendo formada majoritariamente por pessoas que se autodeclaram brancas e heteronormativas. Contudo, com a implementação das cotas, constatamos que gradativamente vem sendo modificada, embora os percentuais de ingresso ainda sejam incipientes. Para garantir o acesso à educação pública e qualidade para todos/as, é preciso qualificarmos tal oferta, o que implica a inclusão da educação para a diversidade em todos os níveis e modalidades da EPT, incluindo a formação inicial e continuada das equipes que integram os núcleos de ações afirmativas do IFRS.

Ao contextualizar a educação para a diversidade, Pacheco (2012) nos mostra que as políticas educacionais da época de implantação dos Institutos Federais buscavam a valorização da diversidade, bem como a compreensão sobre o papel da educação frente a esta e a necessidade de projetos adequados à pluralidade, com respeito às diversas culturas, modos de vida e suas especificidades educacionais. Além disso, o autor também aborda:

Aproximação com as políticas de direitos humanos para crianças e adolescentes, direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, gênero e diversidade sexual e das relações étnico-raciais são alguns exemplos de territórios educacionais a serem apropriados em uma educação orientada para o reconhecimento do outro e para a diminuição das distâncias entre categorias sociais, no combate à discriminação e a segregação. (PACHECO, 2012, p. 32-33).

Este trecho em que ocorre a aproximação dos direitos humanos com a diversidade também é abordado por Candau (2012) e mostra a necessidade de olharmos para a formação integral que a EPT deve ser orientada. E isto é lembrado

por Pacheco (2012, p. 32) ao citar o Decreto nº. 5154/04, já que este “permite a aproximação desse campo educacional⁸ com outros que se ocupam de questões específicas dos sujeitos e dos lugares de construção de sua existência”. Assim podemos dizer que para trabalharmos essas questões faz-se necessário trabalharmos dentro da perspectiva das ações afirmativas.

Neste íterim, a presente investigação buscou analisar as políticas de ações afirmativas desenvolvidas no contexto da EPT, em particular, a partir do estudo sobre os Núcleos de Ações Afirmativas - NAAfs no contexto do IFRS. O estudo buscou mapear as concepções e demandas, oferecendo subsídios teóricos que possam contribuir para qualificarmos a atuação na consolidação das políticas institucionais. Na condição de pesquisador e servidor integrante do referido Núcleo, entendo ser necessário que enquanto integrantes da instituição, servidores/as e membros dos NAAfs, estejamos preparados/as para atuarmos. Contudo, tal atuação implica problematizarmos sobre a função educativa, política e social de tais núcleos, o que remete ao seguinte questionamento: Afinal, quais concepções balizam a atuação dos NAAfs e como repercutem na consolidação das políticas institucionais do IFRS?

Para encaminhar o fim de minha apresentação, nos últimos anos tenho trabalhado, estudado e publicado na temática dos direitos humanos, da questão multicultural, da inclusão, relacionado à diversidade, gênero/raça. O NAAf Vacaria me deu oportunidade de estudar mais e promover tais questões, relacionadas à raça e etnia e gênero do que em necessidades educacionais específicas e agora o mestrado traz mais oportunidades de ampliar meus conhecimentos sobre tais temas e sobre a educação profissional e tecnológica em nosso país. Enquanto servidor, tive a oportunidade de ser estudante do IFRS no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculado à linha de pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, no qual desenvolvi o estudo. A fim de subsidiar tais discussões, ampliando o referencial teórico sobre tal temática, na próxima seção, apresento a revisão de literatura com o mapeamento de pesquisas já desenvolvidas sobre tal temática.

⁸ Refere-se aqui à educação profissional e tecnológica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para aprofundar o entendimento acerca das questões da EPT e das ações afirmativas, realizarei um breve histórico da educação profissional em nosso país e seus desafios atuais, debatarei sobre as ações afirmativas e diversidade nas políticas públicas atuais para EPT, bem como a interpretação de um mapeamento das pesquisas realizadas sobre a temática no contexto brasileiro.

2.1 Contextualizando a educação profissional no Brasil: percursos históricos e desafios contemporâneos

Para compreender a relação da educação profissional, seu papel com a diversidade e os excluídos históricos de todo processo educacional, conseqüentemente do mundo do trabalho, no qual há falta de formação, de oportunidades de ingressar na escola e, quando entram, não conseguem permanecer e obter êxito em suas trajetórias formativas. Nesse sentido, é válido analisar o que a história reservou para a educação profissional no Brasil. Torna-se, igualmente, necessário compreender o que é a dualidade estrutural de nossa sociedade capitalista e, ainda, voltar nossa atenção aos conceitos marxianos, ao princípio da educação pelo trabalho e, assim, conhecermos as armadilhas que, modernamente, trazem outros modos de exploração do trabalhador.

A educação profissional em nosso país esteve intimamente ligada a uma concepção assistencialista, voltada aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados (MOURA, 2008; ESCOTT e MORAES, 2012), ou seja, aos indesejados da sociedade, ou melhor, a alguns indesejados, pois têm os que servem para mão de obra barata, objeto de exploração da força de trabalho pelos detentores dos meios de produção.

Igualmente, Santos e Morila (2018) nos mostram que a EPT no país também foi permeada por uma concepção utilitarista onde, por diversos meios governamentais, as diretrizes da educação profissional serviram mais aos interesses do mercado e as políticas de metas de cada governo, tudo isto “em detrimento dos interesses dos interesses primários do sujeito central de todo processo educacional: o cidadão” (SANTOS E MORILA, 2018 p. 121).

Escott e Moraes (2012) também explicitam a dualidade que permeou as políticas de educação profissional em nosso país, ou seja, a educação profissional tinha como público-alvo, além dos já mencionados, os filhos dos trabalhadores que

seriam a engrenagem mantenedora do mecanismo de dominação das classes abastadas, pois seus filhos seriam educados na escola propedêutica a fim de serem os futuros “empresários” e seguirem para o mundo acadêmico. Já os primeiros teriam o trabalho como meta e fim. Cabe ressaltar que esta dualidade de escola profissionalizante para os trabalhadores e uma escola baseada nas ciências, artes e cultura para elite também faz parte dos escritos de Saviani (2007).

Por isto, sem compreender a dualidade existente na sociedade, não podemos entender os complexos contextos políticos, legais e históricos vividos pela educação brasileira, muito menos entender os interesses que ora avançam e ora retrocedem em matéria de educação, assim como não conseguiremos perceber as nuances da exploração e exclusão de certos grupos, tanto na escola quanto na sociedade, deixando-os à margem dos empregos formais, expostos à superexploração, violências de todos os tipos, marginalizados do “mundo moderno”. E nós, trabalhadores da educação, não teremos condições de mudar este quadro sem entender os mecanismos de exploração, muitas vezes sutis, que esta dualidade causa.

Percebemos também que o objetivo, mesmo que velado, sempre foi de manter a dualidade existente na sociedade brasileira, onde uns servem para produzir a riqueza daqueles que detêm os meios de produção, mas não participam do fruto de seu próprio trabalho.

Voltemos a citar Marçal (2015) ao nos mostrar o recorte histórico, social e de classe desta dualidade. É necessário entender que tal dualidade se reproduz e se perpetua no campo da educação, como nos mostraram Moura (2008) e Escott e Moraes (2012).

Outro ponto a atentarmos é que tal dualidade acompanha a evolução das novas configurações de trabalho, ou seja, a dualidade estrutural da sociedade assume, atualmente, um caráter flexível e a educação segue tais modificações “produzindo” um trabalhador que responda às necessidades do mercado sem modificar o status quo da sociedade.

A flexibilização do trabalho pode mascarar a dualidade, basta ver o que nos dizem Grabowski e Kuenzer (2016) sobre a dualidade negada, assim como nos dizem Antunes e Filgueiras (2020) sobre a uberização do trabalho⁹. Hoje basta você

⁹ Segundo Ricardo Antunes, podemos entender a uberização do trabalho como o mascaramento das

ter um smartphone e uma bicicleta que já pode viver “livre” de chefes, sendo assim responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso. Tal condição cai muito bem para aqueles que não tiveram oportunidade de permanecer na escola e continuar seus estudos em níveis mais avançados. Serve também para criminalizar os já excluídos e reforçar alguns estigmas, “por que fulano(a) não para de se prostituir e não compra uma bicicleta para trabalhar no aplicativo de entregas?”

É conveniente observar o que Kuenzer (2007, p. 1153) nos diz sobre a questão educação, dualidade e trabalho:

Neste regime de acumulação, ao contrário do que afirma o discurso pedagógico, a dualidade se aprofunda a partir da relação que se estabelece entre o mercado, que exclui a força de trabalho formal para incluí-la de novo através de diferentes formas de uso precário ao longo das cadeias produtivas, e um sistema de educação e formação profissional, que inclui para excluir ao longo do processo, seja pela expulsão ou pela precarização dos programas pedagógicos que conduzem a uma certificação desqualificada.

Quando Kuenzer (2007) nos indica a exclusão do trabalho formal, podemos pensar no contínuo ataque e perda dos direitos trabalhistas realizados pelos governos após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, inicialmente pelo seu vice, Michel Temer e seu recusado programa “Ponte para o Futuro”, posteriormente, e com mais força ainda na agenda neoliberal, com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Voltamos às questões colocadas por Antunes e Filgueiras (2020) sobre a precarização do trabalho em formato de plataformas digitais, na uberização e pejotização¹⁰ o trabalhador é cada vez mais explorado com um discurso de liberdade, autonomia e empreendedorismo, o que se reflete no ambiente educacional e, este discurso, pode ser traduzido em dualidade negada (GRABOWSKI; KUENZER, 2016), trazendo consigo formas novas de “disciplinamento das forças de trabalho”, se refletindo mais uma vez dentro dos muros da escola, em especial da educação profissional, substituindo a formação especializada por uma educação ampliada a ser oferecida para todos os

relações trabalhistas que assumem a aparência de “empreendedorismo”, mas, na verdade, é um trabalho totalmente desprovido de direitos e segurança para o trabalhador.

¹⁰ Pejotização e Uberização podem, neste contexto, serem lidos como sinônimos. Pejotização é derivado do CNPJ.

trabalhadores.

A ampliação das formas de disciplinamento e a formação ampliada oferecida aos trabalhadores não quer dizer que seja disponibilizada uma educação de qualidade (GRABOWSKI; KUENZER, 2016), tampouco que não devemos trabalhar tais questões com nossos alunos e com os trabalhadores da educação, todavia não pode ser de modo alienado, temos que conhecer as engrenagens que movem o capitalismo e o papel que a educação tem, em manter o status quo ou em libertar os trabalhadores de sua subjugação ao que está aí imposto. E mais que isto, como trabalhar com a diversidade que ora entra na escola em um mundo onde a educação e o trabalho estão em uma transformação constante? Qual nosso papel quando os que estavam do lado de fora entram nas salas de aula e buscam seu lugar no mundo do trabalho?

Observamos que a questão do trabalho está intimamente ligada com a educação e essas transformações do primeiro se refletem no segundo e isto nenhum outro ser da natureza vai ter tal relação, sendo a conexão educação e trabalho atividades essencialmente humanas como nos mostra Saviani (2007), pois nenhum outro ser da natureza vai conceber um trabalho explorando o outro e acumulando bens, gerando riquezas e desigualdade e muito menos vai ter um local, que hoje chamamos escola, para que as gerações vindouras aprendam o que foi historicamente construído em nível cultural e intelectual.

Saviani (2007) lembra ser a origem da educação ligada à origem do trabalho e ambos conectados com a origem do próprio homem, tal conexão nos dá a ideia do que seja o princípio educativo do trabalho, rompido pelo modo de produção e pela divisão do trabalho. O autor também se preocupa em demonstrar a recuperação deste princípio educativo, em especial no ensino médio, o que nos permite inferir sobre o papel dos Institutos Federais, onde Moura (2008) explicita ser o trabalho como princípio educativo um dos eixos norteadores da educação profissional integrada ao ensino médio.

Frigotto (2009) nos chama a entender o “trabalho concreto, abstrato e produtivo em Marx”; nessa perspectiva, reconhecemos a importância da leitura de Marx para entendermos, além de seus conceitos, os reflexos de seus escritos para as análises crítico reflexivas do contexto atual. Assim teremos condições de compreender melhor o trabalho como princípio educativo, inclusive pensarmos sobre a impossibilidade/possibilidade de termos o princípio educativo do trabalho sob a

égide do capital.

Voltando ao diálogo com Escott e Moraes (2012), as autoras salientam que nos Institutos Federais a formação humana e cidadã antepassa a profissional, com isto vemos o compromisso das instituições em acolher toda diversidade e proporcionar um ambiente acolhedor, onde todos tenham as mesmas oportunidades de permanência e êxito, bem como possam escolher em ir para o mundo do trabalho ou continuar seus estudos em pé de igualdade com os demais, justificando, assim, a existência das políticas de ações afirmativas e de diversidade na instituição.

Atualmente a rede federal de educação profissional é composta por 661 unidades (75 na região norte; 221 no nordeste; 66 no centro-oeste, 180 no sudeste e 119 no sul) divididos em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF); 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 22 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (CONIF, 2019). Destacamos que no Rio Grande do Sul, somente relacionando aos Institutos Federais, temos 3 instituições sendo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) com 17 unidades, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) com 11 unidades e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) com 14 unidades.

2.2 Ações afirmativas e diversidade nas atuais políticas públicas para a educação profissional e tecnológica

“Temos o direito de ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006).

A epígrafe acima nos faz lembrar que o debate sobre a diferença ganha destaque nos últimos anos frente ao debate da igualdade, anteriormente, mais evidenciado (CANDAU, 2008). Seguindo o pensamento da autora, ela ainda defende a questão da diferença não apenas como um simples direito a ser diferente, e sim como um direito de afirmar esta diferença.

Candau (2018) ainda reflete que as discussões entre igualdade e diferença podem ser encaminhadas para a “igualdade na diferença” e, ainda, que a superação

das desigualdades com o reconhecimento das diferenças é o grande desafio que enfrentamos, ainda mais ao trabalharmos com educação e lutarmos por uma escola plural, diversa e, em simultâneo, inclusiva considerando todos os desafios que a educação profissional e tecnológica enfrenta.

Cabe também, dentro deste debate sobre igualdade, diferença e igualdade na diferença, termos em mente a questão multicultural, entendendo o multiculturalismo não de forma polissêmica, mas sim, conforme Candau (2008, p. 50) “uma maneira de atuar, de intervir e de transformar a dinâmica social”. Vemos que esta definição mais ampla do que é o multiculturalismo vai ao encontro do que temos de ter em mente dentro dos núcleos de ações afirmativas do IFRS, pois além da igualdade na diferença, temos de entender que o multiculturalismo é algo que vem para atuar e ajudar a transformar a dinâmica social, no caso, dentro da própria instituição, pois como a mesma autora sinaliza, também é um meio de conceber políticas nesta direção multicultural.

É evidente que as políticas sofrem o reflexo do que a sociedade entende sobre tal questão em dado momento e consideramos a compreensão do multiculturalismo posta por Candau (2008), que o percebe dentro de uma linha aberta e interativa, um meio para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva, articulando assim políticas de igualdade com políticas de identidade, ou seja, respeitando o preceito da igualdade na diferença, justamente buscando-o em nossas atividades dentro do IFRS.

Outro ponto para refletirmos, levando em consideração o direito de sermos diferentes e sobre o trabalho que os NAAf's buscam realizar, é importante pensarmos sobre interseccionalidade que, segundo Akotirene, (2018, p. 15) é um trabalho sobre o “sistema de opressão interligado que articula raça, gênero e classe” ou conforme nos expõe Bilge (2009, p.70):

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

É importante dialogarmos com a interseccionalidade, pois a proposta deste núcleo é o trabalho integrado das ações relacionadas às necessidades educacionais específicas, gênero, sexualidade, raça e etnia. Todavia, este trabalho integrado não deve e nem pode ser ranqueado em uma escala de importância. Cabe destacar que, segundo Akotirene (2018, p. 27), “a interseccionalidade impede aforismos matemáticos, hierarquizantes ou comparativos”, mostrando, assim, que dentro do trabalho deste setor não há de se dizer que uma ação é mais significativa que outra.

Para explicar melhor esta questão das ações em pé de igualdade dentro dos NAAf's vamos recorrer mais uma vez para Akotirene (2018, p. 27):

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas.

Vemos assim que os corpos são arrevezados em suas questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, por suas questões de pessoa com deficiência, ou seja, é impossível em mulher negra, lésbica, e com uma deficiência física caracterizada/classificada de forma isolada, pois ela sofrerá social e economicamente o resultado de tudo isto e os núcleos e seus participantes devem estar cientes desta condição, de que a interseccionalidade atravessa todos os corpos em todas as suas características, refletindo assim as questões sociais advindas de todas as condições, e não somente de uma em particular.

Para melhor ilustrar, vamos nos apoiar no texto de Lord (2012) quando ela diz que aprendeu que as opressões e a intolerância vêm de todas as formas, tamanhos, cores e sexualidades:

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquias de opressão. (LORD, 2012, p. 2)

Este trecho vai ao encontro do que Akotirene (2018) e Bilge (2009) falam sobre o atravessamento dos corpos e a não hierarquização dentro do conceito de interseccionalidade. Assim entende-se que a imagem do trabalho nas políticas institucionais de ações afirmativas implementadas na educação profissional fica melhor entendida com este exemplo. Todavia, entendemos ser importante que para o êxito de tais políticas é preciso a articulação entre os diferentes segmentos da comunidade na luta em prol do direito social à educação para todos/as o que implica ampliarmos os estudos sobre a interseccionalidade entre gênero, raça/etnia, classe social, entre outros atravessamentos. Este entendimento está ancorado nas palavras de Lord (2012, p. 2) “...eu não posso me dar ao luxo de lutar apenas contra uma forma de opressão...” e ainda:

E eu não posso escolher entre as frentes em que eu devo batalhar essas forças da discriminação, onde quer que elas apareçam pra me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não durará muito para que depois eles apareçam pra destruir você. (LORD, 2012, p. 2)

Vemos, com isto, que as batalhas contra qualquer tipo de opressão atravessam tudo e todos, pois o que atinge um, uma hora irá me atingir, mesmo que seja de modo distinto. Temos de ter isto em mente ao trabalharmos com as ações afirmativas.

Para avançarmos em nosso entendimento sobre as ações afirmativas, vejamos como Souza (2005), após debater as origens, os conceitos e as modalidades, define as ações afirmativas:

Ações públicas ou privadas, temporárias, de carácter compulsório, voluntário ou facultativo, dirigidas à eliminação e/ou mitigação de discriminações injustas e de suas respectivas consequências, rumo à concretização da efetiva igualdade, sempre baseando-se no sentido de pertença a grupos. (SOUZA, 2005, p.7)

Indo ao encontro do tema, vejamos o que nos diz Gomes (2001) sobre as ações afirmativas:

Políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 2001, p. 51)

Nos chama a atenção aquilo que o autor mostra sobre as ações afirmativas poderem advir de ações privadas, todavia as ações do poder público são as que mais nos interessam, uma por serem de caráter obrigatório, seja por força de Lei, decreto ou portaria e também pelo compromisso assumido pelo poder público em tentar minimizar os efeitos históricos da opressão sofrida por determinados grupos.

Continuando com este tema, vejamos Lousada (2015, p.21) apresentando-nos as ações afirmativas como “uma condição preferencial para grupos sociais discriminados em um determinado contexto histórico” e estas condições especiais podem se refletir em políticas públicas, como nas leis e decretos, ou institucionais, como as normativas, resoluções e políticas, e ainda que estas condições podem ser elencadas para a educação assim como para o trabalho, entre outras.

Conseguimos ver um ponto de convergência entre os autores Lousada (2015) e Souza (2005) no que se refere à questão temporal das ações afirmativas, ou seja, diferentemente do que muitos pensam, elas não são para sempre, e sim por um determinado período até que seja atingida a igualdade de oportunidades para todos os grupos historicamente excluídos. Este caráter temporal também está descrito em Moehlecke (2002).

Outra questão que verificamos é sobre a positivação das ações afirmativas para incluir a diversidade formadora da sociedade plural que faz nosso país, daí vem uma série de regulamentações elaboradas ao nível federal, particularmente para as instituições federais de educação. Inicialmente, a preocupação do acesso foi o objeto de atenção dos legisladores e, posteriormente, uma série de outras orientações foram produzidas e tais diretrizes serviram de base para a regulamentação institucional do assunto.

Lembramos que o advento das referidas leis e decretos não foi fruto da bondade dos políticos, tampouco foi algo concebido sem tensionamentos e, sim, foi pela preponderante inquietação e ação dos grupos excluídos, marginalizados e alijados de direitos básicos, principalmente da educação (CANDAU, 2011, 2012;

CANDAU; SACAVINO, 2013). Também neste sentido de protagonismo, Arroyo (2011) utiliza o termo “invisíveis”, pois vemos muitas vezes a luta e as necessidades de diferentes grupos e nós, mesmo em um espaço relativamente pequeno, como o ambiente educacional, preferimos inviabilizar determinadas pessoas do que aprender a trabalhar com a diversidade. E o autor vai além quando revela uma não neutralidade estatal em relação às suas políticas, pois muitas delas foram feitas para proteger os detentores de privilégios de nosso país.

A partir de tais referências teóricas, na próxima seção apresentamos o mapeamento das pesquisas já desenvolvidas sobre a temática e que contribuem para ampliarmos o campo de estudos, bem como subsidiando as práticas desenvolvidas no âmbito da rede federal de educação profissional e tecnológica.

2.3 Ações afirmativas, diversidade e educação profissional: mapeamento de pesquisas realizadas no contexto brasileiro atual

Para balizar os estudos sobre inclusão e diversidade na educação profissional e verificar como estes são tratados nas investigações após o advento das principais normativas federais, buscamos, com o auxílio dos seguintes descritores: Ações afirmativas, diversidade e inclusão, todos com “and” educação profissional entender mais sobre como a educação profissional é impactada e, ainda, são tratadas nas diversas instituições pelo país. Com isto obtivemos o seguinte resultado para o período de 2019 até 2021:

Quadro 2 – Estudos sobre ações afirmativas e EPT

Ano	Autor	Tipo	Título
2019	Arthur Felipe KinzelFauth	Dissertação	Gênero e sexualidade em cena: Dos modos de (Re) existência numa perspectiva de educação para a diversidade.
2019	Cristiane Rodrigues de Freitas	Dissertação	A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas: E agora, o que fazer?
2019	Nara Zari Lemos Budino	Dissertação	Ações Afirmativas para a educação profissional e tecnológica: Negros e negras no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria
2020	Alexander Lemos Ferreira	Dissertação	Análise da Efetividade das Ações Afirmativas para

			Estudantes Negros do Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio no Município de Viamão
2020	Ana Paula Quintino Rocha	Dissertação	A formação para a diversidade no ensino médio integrado ao técnico da educação profissional e tecnológica
2020	Ivanildo Alves de Lima Júnior	Dissertação	O Núcleo de Gênero e Diversidade e a população LGBTQIA+: Rupturas, Avanços e tensões no cotidiano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
2020	Jeane de Almeida Alves	Dissertação	A democratização do acesso de alunos ao IFES
2020	Johana de Angelis Cavalcante de Morais	Dissertação	Gênero e diversidade sexual: As experiências de estudantes LGBTI+ na educação profissional e os desafios no mundo do trabalho
2020	Evaneyde dos Santos Souza	Dissertação	Práticas educativas de linguagem e inclusão:
2021	Edson Roberto Pessel	Dissertação	Educação Inclusiva e Pessoas com Deficiência Visual: Trajetória da primeira discente do IFSul Campus Charqueadas.
2021	Jair Adriano Strapazzon	Dissertação	O Atendimento ao Público LGBTQI+ no Campus Camboriú – Instituto Federal Catarinense: Por Uma Política Institucional não Excludente no Ensino Médio Integrado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Começaremos com o estudo de Budino (2019), no qual a autora analisou as políticas de ações afirmativas do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), instituição vinculada à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A autora nos mostra a presença negra desde a fundação do CTISM e o cumprimento da Lei Federal nº 10.639/03, sobre a obrigatoriedade de história e cultura afro-brasileira. A pesquisa identificou que há um crescente número de pretos e pardos desde o advento da Lei Federal nº. 12.711/12, porém em número ainda reduzido em comparação ao total e, que a Lei Federal nº. 10.639/03 se restringe apenas à disciplina de história dos cursos integrados.

Ferreira (2020) investigou, no contexto do IFRS Campus Viamão, a

efetividade das ações afirmativas para estudantes negros do ensino médio integrado ao ensino técnico que, embora não fosse possível analisar tal efetividade, o estudo identificou que as ações afirmativas se mostram sim efetivas para seus destinatários, todavia o autor também assevera que se faz necessário uma reestruturação dos aspectos práticos de algumas destas ações.

Já Alves (2020) examinou as políticas de ações afirmativas para os ingressantes dos cursos integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) e percebeu que muitas vezes o acesso dos sujeitos de direitos não era efetivado, pois não compreendiam a burocracia exigida pela instituição e, com isto, produziu um guia sobre as ações afirmativas e o ingresso no IFES, já que se trata de um mestrado acadêmico, com o objetivo de que os sujeitos de direito não fiquem de fora da instituição por falta de informação.

Rocha (2020) estudou como se dá a educação para a diversidade no IFNMG (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais) e verificou em seus entrevistados o entendimento que a prática educativa para diversidade sexual e de gênero contribuem para a cidadania. O seu produto acadêmico foi um guia sobre o assunto, assim como Fauth (2019), que também produziu um guia sobre o tema, mas vinculado a sugestões de oficinas para tratar da temática com os discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense (IFSul), pois infere, em seu estudo, ser a escola um espaço de grande potencial para estas discussões, muitas vezes ignoradas nas casas dos estudantes, trabalhando, assim, o desconhecimento e desconstruindo trabalho e demais violências sofridas por não corresponderem à heteronormatividade imposta, isto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) Campus Olinda.

Um estudo citando explicitamente um núcleo, no caso Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade (NEGED), foi encontrado com Morais (2020), que também produziu uma cartilha de atividades LGBTQIA+, pois identificou a necessidade de retomada das atividades do núcleo a fim de trabalhar questões sobre inclusão, opressão e relações de poder nos ambientes de estudo e trabalho.

Ainda no IFPE e dentro do espaço do NEGED, Lima Júnior (2020) procurou compreender a atuação do núcleo, já que estava recentemente inserido neste, concluindo que o NEGED é um espaço de consolidação da escola democrática, de inclusão, acolhimento e resistência da comunidade LGBTQIA+ na instituição e, por

fim, também produziu um guia para inclusão das pessoas LGBTQIA+.

A LGBTQIfobia e o abandono deste público no ensino médio integrado do IFC (Instituto Federal Catarinense) campus Camboriú foi estudado por Strapazzon (2021) e verificou que embora o Campus tenha servidores comprometidos com a luta anti LGBTQIfobia eles ainda não se sentem totalmente preparados para “acabar” com este tipo de preconceito. O autor também verificou que a instituição trabalha a fim de diminuir este problema, seja por meio das normativas ou por meio de atividades educativas como a promoção de debates e discussões sobre o assunto.

A temática das necessidades educacionais específicas foi objeto de atenção de Freitas (2019), pela qual a autora estudou como se dá a inclusão dos alunos surdos nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Ela destaca o papel do NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com as Necessidades Educacionais Especiais - como a principal política de inclusão do IFAM. Como resultado de seu trabalho, a autora elaborou um guia didático para lidar com alunos surdos.

O transtorno do espectro autista (TEA) foi tema da dissertação de Souza (2020). Neste estudo de caso, a autora verificou a importância das expressões comunicativas, a cooperação e interação como estratégias de atividades e finalizou com a produção de um jogo para proporcionar maior interação por meio de imagens.

Seguindo com as ações de necessidades educacionais específicas, Pessel (2021) fez um estudo de caso de como ocorreu a inclusão da primeira aluna deficiente visual do IFSul Campus Charqueadas, o que culminou na elaboração de um livro contando a história desta aluna e as estratégias inclusivas adotadas.

Chama-nos a atenção que foi produzido, proporcionalmente, bastante material sobre gênero e sexualidade, demais questões de necessidades educacionais específicas foram poucas, sobre raça e etnia menos ainda e, se formos olhar para a questão indígena, neste período, não encontramos estudos dentro da EPT. Com isto passemos agora a verificar, no item subsequente, as ações afirmativas na EPT dentro do contexto do IFRS.

2.4 Ações afirmativas na educação profissional e tecnológica: da Constituição Federal às políticas institucionais no contexto do IFRS

A Constituição Federal vigente traz em seu sexto artigo a educação e o

trabalho como direitos sociais e, no artigo 205, apresenta, como um dos objetivos da educação, a preparação para a cidadania e a qualificação para o trabalho. Mas é no próximo artigo, o 206, que encontramos algo mais relacionado à questão das ações afirmativas ao colocar como princípio a igualdade de condições ao acesso e permanência na escola. Também é disposto no artigo 208 sobre o atendimento educacional especializado (BRASIL, 1988).

Demorou mais de 20 anos para que a matéria do acesso fosse definida em lei, somente no ano de 2012 tivemos o advento da Lei Federal n.º 12.711/2012 que trata do ingresso nas instituições federais de educação. Tal normativa reserva vagas no ingresso das Universidades e Institutos Federais para pessoas com renda salarial inferior a 1,5 salários-mínimos, para egressos de escolas públicas e, a questão mais polêmica deste ordenamento, para autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012a). Todavia, a lei federal citada precisava ainda de uma regulamentação, que veio com o Decreto 7.824/2012 do mesmo ano e cabe ressaltar que a referida lei, em seu artigo 7º, prevê a revisão e avaliação no décimo ano após sua promulgação, ou seja, em 2022, e por tal motivo temos de defendê-la, pois seus opositores querem impedir sua renovação.

Indo ao encontro dos anseios das pessoas com necessidades educacionais específicas, antes mesmo das referidas normas legislativas, foi elaborada, no ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Já na introdução o documento revela sua íntima relação com os direitos humanos, a relação igualdade e diferença como valores indissociáveis e pela superação da exclusão (BRASIL, 2008). Tal política tem como objetivo:

[...]assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.14).

Outro ponto importante desta política é o desafio da educação especial integrada na rede regular de ensino, constituinte da proposta pedagógica das escolas e, mais um tópico igualmente relevante, a definição do público-alvo desta diretriz:

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008, p. 11)

Em atenção às pessoas com transtorno do espectro autista, no ano de 2012, foi promulgada a Lei Federal nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Neste documento legislativo há uma série de diretrizes, objetivos e direitos, dentre os quais destacamos o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, bem como ao “mercado” de trabalho (BRASIL, 2012c). Aqui temos que atentar mais uma vez sobre a discussão da educação profissional; devemos dar as mesmas oportunidades para todos inseridos na escola, mesma oportunidade de acesso, permanência e êxito, ministrando conhecimentos necessários às transformações do mundo do trabalho, mas com uma visão crítica e superadora da exploração que é fruto da dualidade, muitas vezes negada, mas existente e persistente.

Em 2015 foi sancionada a Lei Federal n.º 13.146, pela então presidenta Dilma Rousseff, destinada a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). Tal instrumento legal traz temáticas importantes como questões de acessibilidade, tecnologias assistivas, quebras de barreiras atitudinais, direito de igualdade de oportunidades e, em seu capítulo IV, o direito à educação.

Em relação ao direito à educação, os sistemas educacionais têm de garantir um ambiente inclusivo em todos os níveis, assim como o desenvolvimento máximo de suas potencialidades e, ainda, um ambiente livre de violências, negligência e discriminação (BRASIL, 2015). Neste sentido, percebemos a relevância da criação de setores especializados nas instituições com o intuito de promover o conhecimento sobre o assunto, a educação em relação às pessoas com deficiência e a promoção da equidade dentro dos espaços educacionais.

Este dispositivo também trata da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no ensino como primeira língua, sobre o atendimento educacional especializado (AEE) e desenvolvimento de pedagogias apropriadas, o uso do sistema Braille, entre outros.

No ano de 2003, o então recém-empossado Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seus primeiros dias de governo, sancionou a Lei Federal n.º 10.639, (BRASIL, 2003), a qual é conhecida como Lei do ERE (educação para as relações étnico-raciais). Essa normativa determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Não vamos aqui discutir a efetividade desta ação, porém cabe ser citada neste trabalho, pois é marcante sua criação a fim de introduzir esta temática nas discussões da educação. Ressalta-se aqui que em 2008, por meio da Lei Federal n.º 11645 (BRASIL, 2008), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal n.º 9394/96 (BRASIL, 1996), incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Já em 2010 foi publicado o Estatuto da Igualdade Racial, por meio da Lei Federal n.º 12.288 (BRASIL, 2010), que visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. A seção 2 da referida normativa, aborda a educação como direito de todos/as e reforça a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. Destaca-se o artigo 15, que dá ao poder público a obrigatoriedade de programas de ações afirmativas. Outro ponto que merece atenção na leitura é a proteção à cultura, a religiosidade e ao direito à terra na questão dos povos quilombolas, bem como uma parte dedicada ao trabalho.

Também é preciso mencionar o programa Brasil sem Homofobia, que visa o

combate à violência e à discriminação contra a população LGBTQIA+¹¹. É um documento bastante extenso e traz temas ligados aos direitos, educação, trabalho, cultura, políticas para mulheres, juventude e contra racismo e homofobia, além de uma parte final com as dúvidas mais frequentes sobre o assunto. Vemos que tal programa transpassa diversos temas, dando assim ares de interseccionalidade.

O programa referido tem por princípios a não-discriminação, promoção dos direitos humanos, produção de conhecimento, tudo visando o combate à homofobia, a discriminação e a reafirmação da promoção dos Direitos Humanos (BRASIL, 2004). Aborda temáticas como a discriminação e marginalização histórica que esta parte da população brasileira enfrenta, especialmente em áreas como saúde, educação e justiça (BRASIL, 2004, p. 15). Aqui podemos pensar também na questão do trabalho, ou melhor, do subtrabalho que sobra para população LGBTQIA +, bem como a falta de condições de acesso e permanência nas instituições educacionais, agravados pelos preconceitos e as inúmeras violências sofridas nos diversos contextos da educação e trabalho

É basilar observar, na parte sobre educação, a promoção dos valores de respeito à paz e a não-discriminação por orientação sexual (BRASIL, 2004). Temos mais uma vez o papel dos núcleos que tratam do assunto, pois a educação e o combate ao preconceito acompanharão os estudantes para além dos muros da escola, mas é nas instituições escolares que devemos lutar para que todos possam concluir seus estudos de forma satisfatória, independentemente de sua orientação sexual.

Vejamos agora como as ações afirmativas estão postas no IFRS, suas normativas institucionais que versam sobre o assunto, desde sua criação, em 2008 até o ano de 2022, o qual abrange o período de realização deste estudo.

2.5 Políticas de ações afirmativas no contexto da educação profissional e tecnológica: um olhar sobre as ações implementadas no IFRS

O IFRS é uma instituição pública que visa garantir o acesso, permanência e o êxito de seus discentes e para tal instituiu uma série de normativas e criou vários núcleos e setores para tratar desta questão, como podemos visualizar melhor no quadro 3.

¹¹ Referem-se a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais...

Quadro 3 – Políticas de Ações Afirmativas e Inclusão no IFRS

Ano	Normativa/setor
2010	Criação da Consultoria de Ações Inclusivas portaria nº 168 de Maio 2010.
2012	Criação da Assessoria de Ações Inclusivas, portaria nº 51 de 2012.
2014	Aprovação da Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Resolução Consup nº 022/2014.
	Aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) - Resolução Consup nº 020/2014.
	Aprovação do Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas (NEABIs) - Resolução Consup nº 021/2014.
2015	Aprovação da inclusão de cotas para negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência (PCD) nos Processos de Seleção dos Programas de Pós-Graduação - Resolução Consup nº 30/2015.
	Criação do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) - Portaria nº 1.153/2015.
2016	Aprovação da Regulamentação para Requisição do Nome Social - Resolução Consup nº 054/2016.
	Criação do Edital "Ações Afirmativas" para projetos de extensão.
2017	Aprovação do Regulamento dos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs) - Resolução Consup nº 038/2017.
	Aprovação do Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSSs) - Resolução Consup nº 037/2017.
	Regulamentação do processo de ingresso de candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) por cotas nos processos seletivos e concursos - Instrução Normativa nº 10/2017.
2018	Regulamentação dos fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS (Instrução Normativa nº 12/2018).
	Criação da Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, e designação de uma Assessoria para Relações Étnico-raciais, através da portaria nº 1179/18.
2019	Aprovação da política de ingresso especial para estudantes indígenas, Resolução CONSUP nº 023 de 2019.
2020	Regulamentação sobre os procedimentos operacionais para prover acessibilidade das atividades pedagógicas não presenciais para estudantes com necessidades educacionais específicas no IFRS (Instrução Normativa nº 05/2020).
	Regulamentação sobre os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS (Instrução Normativa 07/2020).
	Regulamentação dos fluxos e procedimentos de acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para os estudantes indígenas do IFRS (Instrução Normativa nº 08/2020).

	Aprovação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS (Resolução nº 42/2020).
2021	Regulamentação do ingresso de candidatos autodeclarados negros por reserva de vagas raciais nos Processos de Ingresso Discente e Concursos para Servidores do IFRS e revogação da IN 10/2017 (Instrução Normativa nº 01/2021).
	Regulamentação dos fluxos e procedimentos para denúncia de assédios e violências, em atendimento à Política Institucional de Prevenção e combate ao Assédio e à Violência no IFRS (Instrução Normativa nº 07/2021).
2022	Implantação do Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual no IFRS (Instrução Normativa nº 001/2022).

Fonte: Adaptado de Coradini e Santos (2020) e IFRS (2021).

No ano de 2010, dois anos antes da Lei Federal nº 12.711/2012, o IFRS criou um local de atenção às ações inclusivas, que em 2012 evoluiu para a Assessoria de Ações Inclusivas, responsável pelas questões de inclusão na instituição.

Em 2014 tivemos três marcos históricos para a instituição, a aprovação da Política de Ações Afirmativas visando a incorporação na pesquisa, no ensino e na extensão de ações voltadas para inclusão, o respeito à diversidade e à defesa dos Direitos Humanos (CORADINI; SANTOS, 2020). A criação dos NAPNEs (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) e dos NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) também ocorreu neste mesmo ano e, em atenção às especificidades dos povos indígenas, em 2019 foi elaborada a política de ingresso, especialmente voltada para os povos originários de nosso país.

Voltando para a política de ações afirmativas, Coradini e Santos (2020) nos mostram os princípios norteadores, dentre os quais destacamos a igualdade de condições do acesso, da permanência e do êxito; a universalização da educação inclusiva; o convívio e o respeito às diversidades étnica, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, de necessidades específicas, dentre outras.

No ano de 2015 foram instituídas as cotas para o ingresso nos cursos de pós-graduação visando garantir o acesso e prosseguimento de estudos para egressos da graduação, em especial, estudantes pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Neste mesmo ano tivemos a criação do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA), setor de destaque na promoção das diversas dimensões de acessibilidade e confecção de Tecnologia Assistiva e de materiais didático-pedagógicos acessíveis para a comunidade acadêmica de todo o IFRS.

Percebemos que mesmo antes da criação dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS), pela Resolução Consup n.º 037/2017, já haviam sido implementados e estão em funcionamento em diversos campi, mesmo antes da aprovação de tal regulamentação. No decorrer de sua atuação, muitas conquistas foram e estão sendo alcançadas pelos núcleos, assim como a garantia do direito da inclusão do nome social, a qual é regulamentada pela Resolução Consup n.º 054/2016, contribuindo para o reconhecimento das diversas identidades de gênero que compõem a comunidade estudantil.

Com tudo que vimos, podemos perceber que o IFRS já contava com várias estruturas a fim de trabalhar as ações afirmativas na instituição, então cabe a pergunta por que foram criados os Núcleos de Ações Afirmativas (NAAf)? Antes de tentarmos responder tal questão, vamos lembrar o que são os NAAfs.

Conforme salientado anteriormente, os NAAfs (Núcleo de Ações Afirmativas) são setores que congregam ações de todos os núcleos anteriormente criados. Esses núcleos tiveram seu advento em 2017, sendo voltados para os campi em implantação, pois na época não havia muitos servidores nos campi para que os núcleos fossem implementados separadamente. Como possuem uma estrutura diferenciada ainda geram algumas dúvidas, embora tenham responsabilidade de, nas unidades onde foram concebidos, atuar com as necessidades educacionais específicas, nas questões de raça e etnia e de gênero e sexualidade; o objetivo é que estas ações sejam integradas e os Núcleos de Ações Afirmativas se tornem mais um instrumento de identificação do aluno com o instituto pois:

No contexto da vida do estudante, há características basilares que o atraem ou o afastam, tais como características estruturais (espaços de convivência e estudo), características das relações interpessoais (cultura da paz, tolerância e respeito à diversidade), e características institucionais (qualidade e comprometimento dos professores e técnicos, e políticas institucionais sobre as questões de gênero, étnico-raciais, e de inclusão de pessoas com deficiência), de modo a promover espaços de reflexão e debate sobre as dificuldades que a escola apresenta, e das quais decorrem a necessidade de políticas de ações afirmativas (CORADINI; SANTOS, 2020, p. 13).

A integração das ações também encontra respaldo no inciso XVII do artigo 5º da Política de Ações Afirmativas do IFRS, ao referir que um dos objetivos da

supracitada política é “contribuir para os núcleos trabalharem de forma integrada na busca de uma cultura de inclusão no IFRS” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 3). Neste sentido, partimos do entendimento de que os Núcleos de Ações Afirmativas não devem ser vistos apenas como uma sigla guarda-chuva onde as outras siglas de núcleos estão, mas não se conversam. E esta falta de diálogo, ou melhor, esta fragmentação das reivindicações dos diversos grupos sociais encontra eco no discurso pós-modernista¹², quando sugere a perda da especificidade de cada movimento social ao se articular, principalmente na luta anticapitalista (KOHAN, 2004). Ao invés disto, precisa encontrar apoio na interseccionalidade. Vemos que ter setores, políticas e pessoas envolvidas com as ações afirmativas vai além da obrigação de legislação federal e, ainda, que as questões inicialmente dedicadas ao acesso foram ganhando complexidade e inserindo outras demandas, o que culminou com a institucionalização da Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, em 2018. O que iniciou como uma consultoria de ações inclusivas hoje trata de todos os públicos mercedores de alguma atenção especial para garantir seu direito à educação, já que foram historicamente deixados de lado ou inviabilizados pelo sistema.

A partir do ano de 2021, tivemos um novo cenário com o aumento das discussões sobre a validade da “lei de cotas”, já vislumbrando as discussões referentes aos 10 anos da Lei Federal nº 12711/2012, que em seu artigo 7º prevê uma revisão da mesma e, assim, as duas partes, de apoiadores e de contrários a esta Lei, já buscam elementos para que seja mantida e mais, que seja uma política permanente, ou que seja extinto tal instrumento legislativo (BAPTISTA, 2022).

Cabe ressaltar a matéria de Baptista (2022) sobre o ano decisivo que a Lei de “cotas” tem em 2022. Ela nos mostra que muitos jovens antes não tinham condições de acesso à educação superior e, com o advento de tal Lei obtiveram o direito de ocupar tais espaços tanto em universidades quanto nos institutos federais.

Outro dado interessante para nossa discussão é sobre o ano de 2018 quando pela primeira vez na história do Brasil o número de matrículas, em instituições

¹² Pós-modernismo é uma corrente filosófica francesa depreciante das ideologias totalizantes como o Marxismo (KOHAN, 2004).

públicas, de pretos e pardos ultrapassou o número de matrículas de estudantes brancos, em uma proporção de 50,3% de pretos e pardos e 49,7 e, apesar destes números, a matéria relembra que os resultados ainda estão abaixo da proporção de 55,8% de pretos e pardos da população brasileira. Já em 2019, os dados somando as instituições públicas e privadas trazem uma menor proporção de pretos e pardos na educação superior, em um total de 42,6%. Estes dados demonstram que as instituições públicas, foco da Lei Federal nº 12711/2012 (BRASIL, 2012a), são um lugar privilegiado para obtenção da equidade educacional no Brasil.

Também constatamos que o processo de luta pela inclusão e pela diversidade no IFRS é um processo histórico que vem com a sua implantação, adquirindo cada vez mais complexidade e responsabilidades, o que também demanda mais estudos e ações em todas as áreas preconizadas por sua política institucional. Ainda, conforme Lousada (2015) o IFRS busca ser uma instituição justa, sempre procurando uma igualdade de oportunidades voltadas, principalmente, aos grupos antes excluídos do direito à educação.

3 METODOLOGIA

Neste terceiro capítulo demonstraremos todos os procedimentos metodológicos desta investigação, desde sua classificação, procedimento de coleta e análise dos dados por meio de categorização. Para isto utilizamos como referência Gil (2008), Gerhardt e Silveira (2009), Mariani e Carvalho (2009) e Bardin (2011), entre outros citados no decorrer do texto.

3.1 Classificação da pesquisa quanto à natureza, objetivos e procedimentos

A presente investigação é de cunho qualitativo e está inserida na linha de Práticas de Ensino no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). O presente estudo teve como objetivo geral investigar os conhecimentos prévios que balizam a atuação de integrantes dos NAAfs, visando a produção de subsídios para a implementação e/ou aprimoramento de políticas institucionais de ações afirmativas no contexto da EPT e, em particular, no IFRS. Tal escolha metodológica está pautada no entendimento de Gerhardt e Silveira (2009), onde destacam a relevância da pesquisa qualitativa, que consiste na busca por aprofundar a compreensão de um grupo, organização sem se preocupar em metrificar os resultados, pois os aspectos da realidade a serem observados não

podem ser traduzidos em números. Com base nos/as autores/as citados, quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada cujo objetivo foi gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

Em relação aos objetivos propostos, conforme Gil (2007), o estudo se configura como de caráter exploratório e descritivo. No que se refere à abordagem, caracteriza-se como uma pesquisa participante, ou seja, pautado pelo envolvimento do pesquisador com os/as sujeitos da investigação e com o lócus da investigação (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Enquanto pesquisador e integrante do Núcleo de Ações Afirmativas, ao optar por essa abordagem reporto aos estudos de MARIANI e CARVALHO (2009), pois destacam que Paulo Freire é o precursor das abordagens participantes no âmbito das pesquisas em educação. Conforme os autores, tal perspectiva implica o engajamento e posicionamento político do pesquisador em favor dos grupos em situação de vulnerabilidade social (2009, p.176).

Ao delinear os procedimentos metodológicos buscamos subsídios em GIL (2007), os quais estão sistematizados no quadro abaixo:

Quadro 4 – Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa

Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa		
Objetivo específico da pesquisa:	Caracterização da pesquisa quanto ao procedimento metodológico:	Descrição do procedimento metodológico adotado pelo pesquisador:
Aprofundar os estudos teóricos acerca das temáticas correlatas à atuação dos Núcleos de Ações Afirmativas, os quais integram as políticas de ações afirmativas da EPT, em particular, no contexto do IFRS.	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	Revisão de literatura sobre os conceitos de educação, trabalho, educação profissional e políticas de ações afirmativas.
Realizar o levantamento do estado da arte das ações afirmativas no contexto da EPT mediante o mapeamento de pesquisas realizadas.		Levantamento de teses e dissertações disponibilizadas no Portal da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses e no observatório do PROFEPT
Mapear as políticas públicas de ações afirmativas vigentes no contexto da EPT e, em particular, no IFRS.	PESQUISA DOCUMENTAL	Mapeamento das políticas públicas de ações afirmativas vigentes no contexto nacional e institucional como leis e normativas que tratam do tema, em especial na educação e na EPT.
Investigar os conhecimentos prévios a partir de integrantes dos NAAFs,	PESQUISA DE CAMPO	Aplicação de questionário semiestruturado, disponibilizado via

em particular, no âmbito do IFRS identificando possíveis demandas para a formação inicial e continuada.		google forms para 16 integrantes dos NAAfs constituídos no IFRS, sendo um de cada segmento, técnico-administrativo, docente, discente e comunidade externa, que estejam na portaria atual de composição do NAAf.
---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos estudos de Gil (2007).

Inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica que constou de revisão de literatura e das pesquisas já desenvolvidas sobre o tema. Na sequência, o próximo passo foi o desenvolvimento da pesquisa documental que consistiu no mapeamento das políticas de ações afirmativas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica e, em particular, nos diversos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Na atualidade, a instituição conta com 17 campi sediados nos seguintes municípios do Rio Grande do Sul: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre (Bairros Centro Histórico e Restinga), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. Além disso, conta com a Reitoria instalada no município de Bento Gonçalves. Para a realização do estudo, selecionei os campi que possuem os Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs), compreendendo o seguinte universo de pesquisa, campus Alvorada, campus Viamão, campus Vacaria e campus Veranópolis.

Para a realização da pesquisa de campo, o procedimento metodológico adotado foi a aplicação de questionário, compartilhado no Google drive, contendo questões abertas. Diante disso, cabe destacar que segundo Prodanov e Freitas (2013, p.111), o questionário é um instrumento de pesquisa composto por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). Tais estudos balizaram a elaboração do questionário (APÊNDICE B), no qual buscamos adotar linguagem simples e direta, facilitando a compreensão das questões apresentadas. Aliado a isso, buscamos ser objetivo, limitando em extensão e incluindo informações referentes à pesquisa, incluindo o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE C), cujo preenchimento foi requisito para acesso ao questionário.

Para a elaboração do questionário buscamos subsídios em estudos de autores/as tais como Faleiros *et al.* (2016, p. 5) os quais citam as seguintes vantagens de tal estratégia metodológica:

[...] possibilidade de captar participantes de diversas localizações geográficas com baixo custo; capacidade de imparcialidade e anonimato não expondo os participantes à influência da pessoa do pesquisador; possibilidade de comodidade aos participantes que respondem ao instrumento no momento que lhes é mais apropriado; facilidade do pesquisador em aplicar o instrumento a vários participantes; como os dados são inseridos eletronicamente e automaticamente transformados em banco de dados, os erros e os gastos com a digitação são eliminados; recursos visuais e áudios podem ser incluídos para facilitar o preenchimento do instrumento, e os pesquisadores podem controlar o número de questionários preenchidos em tempo real.

Já com relação às limitações, os autores citados chamam a atenção para o fato de que o uso de questionário disponibilizado em meio eletrônico poderá repercutir para a exclusão de analfabetos digitais. Entre outros fatores, citam o impedimento de auxílio por parte do pesquisador ao/a participante quando o/s mesmo/s não compreende alguma pergunta.

Reitero que uma das motivações para a escolha do questionário foram as limitações enfrentadas na operacionalização da pesquisa, e que foram decorrentes do distanciamento social em razão da pandemia da COVID-19. Diante de tal cenário, optei pela utilização deste instrumento, o qual foi disponibilizado via internet para integrantes dos NAAfs convidados a participar de forma voluntária no estudo. Atualmente, o IFRS conta com tais núcleos em 04 campi, a saber: Alvorada, Viamão, Vacaria e Veranópolis. A amostra foi constituída de um representante por segmento de cada NAAf, ou seja, 1 representante docente, 1 técnico administrativo, 1 discente e 1 representante da comunidade externa, caso faça parte em portaria do seu respectivo campus. A previsão inicial foi da participação de 16 (dezesesseis) integrantes dos NAAfs, contudo apenas 09 (nove) responderam ao questionário.

Visando zelar pelo cumprimento dos princípios e normativas que regem a ética pela pesquisa com seres humanos, incluindo a garantia de anonimato aos/às participantes, a investigação foi realizada em consonância com as políticas vigentes. Entre estas, citamos as Resoluções 510/2016, 466/2012 e 370/2007 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e demais normativas complementares do Conselho Nacional de Saúde e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do IFRS. O projeto foi submetido e aprovado pelo referido CEP conforme Parecer nº 5.072.915, emitido em 31 de outubro de 2021 (ANEXO A).

3.2 Metodologia de análise dos dados: etapas e definição de categorias

Os dados produzidos a partir da escuta dos participantes dos NAAfs foram articulados com a pesquisa bibliográfica e documental e culminaram em categorias de análise produzidas a partir da análise de conteúdo proposta nos estudos de Bardin (2011).

Conforme os estudos de Prodanov e Freitas (2013), no decorrer da análise de dados o pesquisador é desafiado a transpor a mera descrição. Tal postura implica reportar às anotações, à revisão de literatura e até mesmo à coleta de dados adicionais, se necessário. Os autores advertem sobre a relevância de tal etapa alertando para o que segue:

Seja qual for a técnica (ou técnicas) de coleta de dados, o objetivo da etapa da análise e interpretação desses dados é responder, do melhor modo possível, ao problema de investigação formulado e verificar a(s) hipótese(s) elaborada(s). Frequentemente, trabalhos interessantes perdem-se por não alcançarem nível satisfatório de elaboração nessa fase. Um dado não fala por si mesmo. Ele deve ser interpretado à luz de outros dados. Bons trabalhos relacionam informação, não apenas repetem o que outros disseram. A etapa da análise e interpretação dos dados pode ser considerada a etapa final do trabalho (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 115).

Com base em tais pressupostos, o processo de análise deste estudo foi estruturado em 03 (três) fases, cujos procedimentos metodológicos foram adotados conforme a definição de Minayo (2004) segundo o quadro abaixo:

Quadro 5 – Categorias de análises

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE CATEGORIA DE ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS DE MINAYO (2014)	
FASES DE ELABORAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	Procedimentos metodológicos (tarefas) realizadas pelo pesquisador:
<i>Primeira etapa: Pré-Análise</i>	Esta fase compreende: a) Leitura flutuante: permite que o/a pesquisador/a tome contato direto e intenso com o material de campo, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo. b) Constituição do Corpus de análise. c) Formulação e reformulação de Hipóteses e Objetivos.
<i>Segunda etapa: Exploração do Material</i>	Nesta fase, o investigador busca encontrar <i>categorias</i> que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado. A categorização que consiste num processo de redução do texto às palavras e expressões significativas é

	uma etapa delicada, não havendo segurança de que a escolha de categorias <i>a priori</i> teve a uma abordagem densa e rica
<i>Terceira etapa: Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação</i>	Nesta fase, o/a pesquisador/a analisa os dados brutos, produzindo inferências e interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente ou abre outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugeridas pela leitura do material (MINAYO, 2014, p.318)

Fonte: Síntese elaborada pelo autor com base no texto de MINAYO (2014).

Tais análises foram sistematizadas e culminou na elaboração do produto educacional no formato de caderno (APÊNDICE A), o qual engloba temáticas relacionadas à atuação dos NAAfs no contexto da educação profissional e tecnológica, foco deste estudo. O referido produto educacional foi submetido à avaliação pelos/as participantes do estudo, os/as quais responderam a um questionário, no qual apresentaram suas percepções e/ou contribuições para o aprimoramento do referido material.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES

A partir de agora iremos apresentar os resultados desta investigação, assim como as principais discussões geradas a partir de sua análise a fim de responder aos objetivos e questionamento base deste trabalho.

4.1 Políticas de ações afirmativas na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da escuta da comunidade do IFRS

Inicialmente, julgamos pertinente pontuar que a presente investigação foi desenvolvida num período bastante conturbado para a humanidade que sofre as consequências devastadoras da pandemia da COVID - 19, doença causada pelo coronavírus responsável por ceifar milhares de vidas que assolou a humanidade desde março de 2020. Desde então, entre as estratégias adotadas, o distanciamento social e o trabalho remoto culminaram no cancelamento das atividades presenciais nos estabelecimentos de ensino, o que vigorou até meados de abril de 2022, incluindo a oferta da EPT na Rede Federal. Logo, ressaltamos que os dados apresentados neste estudo foram produzidos no período em que as atividades letivas presenciais haviam sido canceladas e, no caso, os vínculos entre os estudantes e os respectivos campi eram realizados somente de forma remota, inclusive as atividades de pesquisa e extensão, tais como as desenvolvidas pelos Núcleos de Ações Afirmativas, entre os quais citamos, os NAAfs, objeto desta investigação.

No cenário pandêmico, buscamos mapear os conhecimentos prévios e demandas de integrantes de quatro Núcleos de Ações Afirmativas do IFRS, o que foi viável de forma remota. Quanto à composição dos NAAfs julgamos importante pontuar que são formados por representantes da comunidade interna e externa do IFRS, incluindo docentes, técnicos administrativos em educação, estudantes e representantes da comunidade externa, os quais participam de forma voluntária em ações voltadas ao ensino, pesquisa e extensão. Enquanto servidor e integrante de tal núcleo, entre as dificuldades enfrentadas, citamos a alta rotatividade dos integrantes, cujas motivações são diversas e variam em cada segmento. Por exemplo, no caso de estudantes, tal desvinculação pode ocorrer a partir da conclusão e/ou trancamento de matrícula. Já os docentes e/ou técnicos acabam se afastando em razão de outras demandas decorrentes de suas atribuições. Durante a realização da pesquisa, os NAAfs passaram por constantes reestruturações quanto

aos/às integrantes, o que, em partes, contribui para compreendermos uma adesão majoritária de docentes (05 cinco) e técnicos administrativos em educação (04-quatro), não havendo a participação de nenhum/a estudante nem de representantes da comunidade externa, apesar de terem sido convidados/as.

Para viabilizar a participação de integrantes dos NAAfs neste estudo, o primeiro passo foi a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP do IFRS, o qual emitiu parecer favorável. Além disso, o estudo contou com a autorização institucional dos campi que implementaram o NAAf, a saber: Viamão, Vacaria, Alvorada e Veranópolis. Na sequência, fiz o levantamento sobre quem seriam os integrantes dos NAAfs de cada um dos campi citados, cuja informação obtive nas Portarias de designação disponibilizadas no site institucional de cada um dos quatro campus, foco do estudo,

Quanto aos dados produzidos, busquei inspiração na metodologia de análise de conteúdos proposta por Bardin (2011), cujo estudo resultou na organização das seguintes categorias descritas no quadro abaixo:

Quadro 6 – Categorias de análise com base nas questões formuladas:

<i>Categoria</i>	<i>Subcategorias</i>
1. PERFIL DOS/AS PARTICIPANTES	Identificação do participante
2. TEMPO e VÍNCULO COM O NÚCLEO	Núcleos que integram
	Tempo e motivações para participar
3. CONHECIMENTOS PRÉVIOS SOBRE OS OBJETIVOS DO NÚCLEO	Conhecimentos prévios sobre os objetivos dos Núcleos
4. ATUAÇÃO E FORMAÇÃO NAS TEMÁTICAS DE DO NÚCLEO	Tipo de atividades frequentadas pelos participantes
	Ações de formação continuadas cursadas pelos participantes
	Temáticas de interesse e/ou conhecimento por parte dos participantes
5. DEMANDAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL OU CONTINUADA	Temáticas a serem contempladas em ações de formação continuada

Fonte: Produzido pelo autor.

No tocante à categoria 1. Perfil dos/as participantes, a seguir apresentamos um quadro com a caracterização a partir das respostas recebidas:

Quadro 7 – Apresentação dos/as participantes da pesquisa

Participantes da pesquisa conforme autodeclaração:							
N.	Idade	Sexo	Identidade de gênero	Orientação sexual	Raça/ Etnia	Formação	Vínculo com o Núcleo

1	45 anos	Mulher	CIS	Hetero	Branca	Doutorado	Docente
2	31 anos	Homem	-	-	Branco	Mestrado	Docente
3	35 anos	Mulher	-	-	Branca	Graduada	Técnico
4	60 anos	Homem	-	-	Branco	Pós-graduada	Técnico
5	32 anos	Mulher	-	-	Branca	Mestrado	Técnico
6	34 anos	Mulher	-	-	Parda	Superior completo	Técnico
7	31 anos	Homem	CIS	-	Branco	Mestrado	Docente
8	-	Mulher	-	-	Branca	Mestrado	Docente
9	44	Mulher	CIS	Hetero	Branca	Doutorado	Docente

Fonte: Produzido pelo autor.

Os dados acima reportam as seguintes subcategorias que possibilitam classificar os participantes conforme a identidade de gênero, orientação sexual, raça/etnia, idade, formação e vínculo institucional. Cabe lembrar que tais informações foram prestadas de forma voluntária pelos/as participantes ao responderem a uma questão aberta na qual se solicitou que elaborassem um pequeno texto de identificação. Isto denota o quanto nossas identidades são forjadas através dos atravessamentos entre gênero/sexualidade/raça/etnia e o quanto estão presentes no nosso cotidiano.

A fim de ampliar o debate sobre tal questão, julgamos pertinente, de forma sucinta, apresentar um breve glossário de tais termos utilizados pelos participantes do estudo nos respectivos textos de apresentação:

Quadro 8 – Glossário de termos utilizados pelos participantes do Estudo ao se apresentarem

Subcategoria (baseada nos termos utilizados pelos participantes)	Definição
Identidade de gênero	É a forma como cada um se reconhece em relação aos gêneros masculinos e femininos, embora nem todos se enquadrem dentro do binarismo homem/mulher.
CIS ou Cisgênero	Se identifica igual ao sexo biológico de nascimento.
Orientação sexual	Diz respeito à forma como nos sentimos em relação à afetividade e sexualidade, também é conhecido como orientação afetivo-sexual.
Heterossexual	Possui sentimento afetivo e atração sexual por pessoas com identidade de gênero diferente da sua.
Raça/etnia	Raça engloba características fenotípicas, como a cor da pele, e etnia compreende fatores culturais, como nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua, tradições (SANTOS et al, 2010, p.123)

Fonte: Elaborado pelo autor tendo como referência o Manual Orientador sobre Diversidade (Brasil,2018a) e Santos et al., (2010).

Ao serem solicitados para se identificarem, os participantes, de forma aleatória e voluntária, apresentaram informações referentes a identidade de gênero, orientação sexual, raça/etnia, faixa etária e formação, o que gerou as seguintes subcategorias na categoria 1. PERFIL DOS/AS PARTICIPANTES (Quadro 7 - Apresentação dos/as participantes da pesquisa). Destes participantes, 06 se identificaram como mulheres e 03 como homens, cuja faixa etária é majoritariamente de 30 a 45 anos, sendo que 08 se autodeclararam como brancas/os e apenas um/a pardo/a, neste item percebe-se que talvez os núcleos não estejam alcançando o público ao qual são destinados, talvez por desconhecimento do que são e quais os objetivos destes, daí a importância de uma pesquisa como esta.

Outros destaques revelam-se quando somente três participantes se caracterizam como cisgênero, que segundo o Manual Orientador Sobre Diversidade (BRASIL, 2018) é a pessoa que se identifica o gênero igual ao sexo biológico e, apenas dois/duas participantes responderam ser heterossexual, ou seja, que tem sentimento afetivo e atração sexual por pessoa com identidades de gênero diferentes da sua (BRASIL, 2018).

Em relação ao visto acima podemos inferir alguns questionamentos, o primeiro é de que os/as participantes simplesmente não quiseram se identificar quanto a estes quesitos, já que tais questionamentos não tinham resposta obrigatória, outra possibilidade é de que embora sejam todos membros dos Núcleos de Ações Afirmativas alguns possam não estar familiarizados com tais terminologias, reforçando o papel educativo ao qual os núcleos devem estar sempre atentos.

Na categoria 2, TEMPO e VÍNCULO COM O NÚCLEO, os/as participantes responderam que possuem entre 2 e 7 anos de atuação/vínculo, como pode-se ver no quadro seguinte:

Quadro 9 –Tempo e vínculo com o núcleo.

Participante	Tempo	Vínculo com o NAAf
1	2 anos	Docente
2	2 anos e meio	Docente
3	3 anos	Técnico
4	7 anos	Técnico
5	5 anos	Técnico
6	4 anos	Técnico
7	2 anos e 8 meses	Docente
8	4 anos	Docente

9	7 anos	Docente
---	--------	---------

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que o maior tempo de permanência é de 7 anos de atuação e o mínimo é de 2 anos, denotando a rotatividade de integrantes do Núcleo, cuja permanência oscila conforme as demandas e disponibilidade de cada servidor/a. Cabe destacar que a pesquisa foi desenvolvida durante o período de vigência do trabalho remoto no âmbito do IFRS em decorrência do distanciamento social devido à pandemia da COVID-19. Logo, desde março de 2020 até meados de março de 2022, as atividades letivas foram desenvolvidas de forma remota e, neste contexto, os Núcleos encontraram dificuldades para incorporarem estudantes e membros da comunidade externa em suas equipes. Tal situação é evidenciada neste estudo, o qual contou com a participação de docentes e técnicos, embora o convite tenha sido enviado para todos/as os/as integrantes dos NAAfs.

Entre as motivações para participarem dos núcleos, são citados: interesse pessoal; fundamentos dos Núcleos; enfrentamento de questões sociais; dificuldades de aprendizagens; questões de gênero para uma sociedade mais justa e tratar de discussões para mudança das visões distorcidas sobre as ações afirmativas.

Percebe-se que são várias razões citadas, destaca-se a busca de uma sociedade mais justa, bem como a procura por fazer compreender as Ações Afirmativas e, neste quesito, temos que novamente atentar para as discussões relativas à Lei Federal nº 12711/2012, mais conhecida como “*Lei de cotas*”, a qual prevê que deverá ser revisada ao completar 10 (dez) anos de promulgação, ou seja, no ano de 2022. No momento, os debates giram em torno de um grupo que defende sua continuidade e até ampliação, já outro grupo é contra a referida Lei. Todavia, é inegável o quanto a referida política de cotas tem ampliado e viabilizado direito à educação enquanto direito fundamental, o qual historicamente tem sido negado e/ou negligenciado para uma parcela significativa da população brasileira, a qual é composta por estudantes pretos, pardos, indígenas, com necessidades educativas específicas, entre outros grupos em situação de vulnerabilidade. Exemplo do impacto positivo de tal política de ação afirmativa é que, entre os estudantes ingressantes no ensino superior, em 2018 já eram a maioria com 50,3%, todavia menos que a proporção deste grupo na população brasileira, 55,8% (BAPTISTA, 2022).

Na continuidade das análises, na categoria 3 CONHECIMENTOS PRÉVIOS SOBRE OS OBJETIVOS DO NÚCLEO, as respostas dos/as participantes reportam para a importância dos NAAfs tanto para o debate quanto na proposição de políticas de ações afirmativas no âmbito institucional.

PARTICIPANTE 1: o entendimento/estudo das ações afirmativas, seu diálogo/debate e divulgação/intervenção na comunidade interna e externa.

PARTICIPANTE 2: Promover ações e debates que possibilitam a ampliação das ações e falas dos grupos sociais, resistência a diversas formas de opressão

PARTICIPANTE 3: promover práticas para que o IFRS seja mais inclusivo, através da divulgação das ações afirmativas, proposição de ações educativas (sobre raça/etnia, deficiências/capacitismo, gênero, questões LGBTI+ e outras pautas que possam promover a inclusão), além de ser um espaço de combate ao preconceito de uma forma geral.

PARTICIPANTE 4: apresentar, propor, debater políticas de ações afirmativas dentro do IFRS, visando incluir estas questões nas ações pedagógicas cotidianas da instituição.

PARTICIPANTE 5: garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes com alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento, superdotação ou algum transtorno de aprendizagem. Desenvolve ações e projetos que visam auxiliar os estudantes na sua vida acadêmica, além de promover orientações junto aos docentes sobre as adaptações curriculares necessárias para cada estudante.

PARTICIPANTE 6: discutir ações afirmativas dentro e fora do campus.

PARTICIPANTE 7: debater e estudar temáticas envolvendo questões étnico-raciais, de gênero, sexualidade e deficiências, fomentar um espaço de acolhimento e diálogo para casos de vítimas, preconceito, Buscar modificações institucionais e sociais no sentido da inclusão.

PARTICIPANTE 8: ouvir a comunidade e tentar atender às demandas recebidas.

PARTICIPANTE 9: fomentar a participação e o protagonismo estudantil, abordando temas referentes à empatia, diversidade e direitos humanos.

Os Núcleos de Ações Afirmativas atuam de forma decisiva na promoção e visibilidade das políticas institucionais e, em simultâneo, são espaços potentes para movimentos de lutas e resistências buscando a proposição de estratégias voltadas ao atendimento das demandas da comunidade. Percebe-se que os participantes da pesquisa possuem a compreensão majoritária de os núcleos serem espaços de discussão, estudos e promoção das políticas de ações afirmativas e de Direitos Humanos.

Indo ao encontro deste entendimento podemos citar as diversas ações promovidas pelos núcleos em todos os campi do IFRS e vemos que tais ações não

pararam na pandemia; mesmo que de forma remota, os assuntos afetos aos núcleos foram tratados, como podemos perceber no relatório de atividades do NAAf Campus Vacaria onde se encontram atividades relacionadas à raça e etnia, gênero e sexualidade e necessidades educacionais específicas, bem como as ações promovidas pelo campus Veranópolis, disponível no seu site institucional.

Outros núcleos também trabalharam de forma remota durante a pandemia e as atividades não foram isentas de ataques virtuais, tentando desqualificar o trabalho, como o ocorrido no dia 8 de julho de 2020 em uma atividade sobre racismo promovida pelo campus Restinga, localizado na zona sul de Porto Alegre. Tal violência sofrida originou um “Ato de Repúdio” pela Reitoria, onde é reafirmado o compromisso institucional de fazer do IFRS um ambiente democrático e inclusivo e, ainda, manifestando as ações a serem tomadas mediante tal ato, demonstrando o quanto tais temáticas implicam um posicionamento ético, político e social tanto dos integrantes de todos e todas, quer seja no âmbito institucional quanto nas políticas públicas em prol das ações afirmativas.

Neste enfoque, na categoria 4. ATUAÇÃO E FORMAÇÃO NAS TEMÁTICAS DO NÚCLEO buscamos investigar como é a atuação dos NAAfs no contexto do IFRS. Para tanto, procuramos subsídios no estudo realizado por Rodrigues e Ferreira (2021) o qual adverte para a problemática que culminou na criação de tais núcleos, ou seja:

O IFRS possui dezessete campi, dos quais onze institucionalizaram o seu NEPGS. Os outros seis campi possuem o NEPGS incluso nos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs), que, por sua vez, englobam o NEPGS, o NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas) e o NEABI (Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas). Enquanto pertencentes aos NAAfs, os núcleos não agem com tanta autonomia quanto aqueles que já foram institucionalizados, embora existam e atuem dentro de suas realidades. A não institucionalização está vinculada, geralmente, à falta de servidores efetivos dispostos e aptos a coordenar o NEPGS. (RODRIGUES; FERREIRA, 2021, p. 103).

Voltamos aqui a perceber o entendimento de que os NAAfs reportam a uma sigla guarda-chuva, já que englobaria as outras siglas, ou seja, os outros núcleos. Todavia, é preciso se reforçar que tal visão é equivocada, uma vez que os núcleos englobam pautas distintas, com demandas específicas conforme o público a que se

destinam. O diferencial na proposta dos NAAfs é a possibilidade de coletivamente construirmos um espaço privilegiado de luta e resistência. Tal entendimento implica ampliarmos os estudos e o diálogo sobre o entendimento do conceito de interseccionalidade no contexto dos núcleos. Tal estratégia de atuação se faz mister para que os/as integrantes ao tratar das necessidades educacionais específicas, gênero, sexualidade, raça e etnia, porém tornemos a lembrar que não deve haver ranqueamento nem escala de importância mediante o trabalho interseccional buscando assim combater as opressões de sexo, gênero, raça, classe, etnicidade, deficiências (BILGE, 2009; LORD, 2012; AKOTIRENE, 2018) de modo igualitário.

Contudo, carece-se analisar as pautas específicas de cada movimento social, o aprofundamento teórico que dará sustentabilidade às reivindicações, as suas demandas plurais e diferenciadas a fim de sustentar e afirmar sua representatividade no espaço institucional, sem perder de vista as questões relativas à interseccionalidade. Por exemplo, dentro do feminismo temos de ter a compreensão que há pautas específicas do feminismo negro, atravessando assim questões de gênero e raça em uma mesma luta, um exemplo é o questionamento de Sojourner Truth feito em 1851, “E eu não sou uma mulher?”

Com base no exposto, considerando as limitações institucionais para a consolidação de tais núcleos, esbarrando na falta de servidores/as, infraestrutura e recursos, julgamos pertinente continuarmos lutando e buscando ampliarmos a atuação e visibilidade das ações que vêm sendo desenvolvidas em âmbito institucional. Neste enfoque, entre as categorias analisadas, a partir das questões pautadas, buscamos investigar que tipo de ações e/ou formação inicial, ou continuada os/as participantes do estudo frequentam/ram no decorrer de sua atuação junto ao NAAfs. No caso, tal mapeamento revela a importância do Núcleo enquanto espaço de mobilização da comunidade com a prevalência da participação em projetos de extensão. Conforme as respostas, as atividades nas quais participaram são as seguintes: projetos de Extensão; palestras; eventos; reuniões; rodas de conversas; sessões de cinema (CINE IF); ações em datas previstas no calendário letivo (tais como Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Mês da Mulher, Semana da Consciência Negra, Lutas por igualdade e equidade das Mulheres, Indígenas, LGBTQIA+, Meio Ambiente, Direitos Humanos e lutas do Povo Negro); projetos de ensino; oficinas pedagógicas; saraus; lives; cursos de extensão; produção de materiais didáticos e reuniões realizadas, de forma remota.

Figura 1 – Nuvem de atividades com a participação de integrantes dos NAAfs



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tal participação é relatada em eventos e também compartilhada por meio de publicações disponibilizadas no site institucional do IFRS. A partir da Leitura de tais produções, destacamos a relevância de tais registros para a preservação das memórias institucionais bem como para fomentar outras práticas. Partimos do entendimento de que tais relatos inspiram e fornecem subsídios teóricos e metodológicos, fomentando o engajamento coletivo na luta em prol da consolidação das políticas de ações afirmativas no âmbito institucional.

Neste sentido destacam-se as ações como a do campus Alvorada, onde Santos, Nardin e Mariano (2020) elencam ações referentes às ações vinculadas ao NAAf, especialmente referenciadas o calendário com atividades referentes ao mês dos povos indígenas, dia internacional da mulher negra, latino-americana e caribenha e, ainda, atividades com parceiros externos, como a etapa Sul do projeto “Combinação: Ativismo em rede, prevenção combinada, projeto este realizado com a Organização Não Governamental, o Coletivo SOMOS: Comunicação, Saúde e Sexualidade, além de diversas rodas de conversa com os mais variados temas trabalhados pelo NAAf.

O estudo realizado por Silva e Ferreira (2020) aponta que o NAAf Reitoria tem se destacado por sua atuação em prol de pautas atuais que incluem a busca de estratégias contra as violências de gênero e ao racismo, entre outras demandas pela

comunidade.

Corsino *et al.* (2020), mostram que no campus Rolante, entre os anos de 2016 a 2020, foram trabalhadas diversas práticas, entre elas seminários, palestras, projetos de extensão, bem como atividades elencadas em calendário, como no 13 de maio, combate a LGBTfobia, mês dos povos indígenas, 8 de março. Os autores destacam, igualmente, que com o aumento da demanda de trabalho e aumento do número de servidores no campus, foi aprovado, pelo Conselho de Campus a transformação do NAAf nos demais núcleos, NAPNE, NEPGS e NEABI. As questões de trabalho vinculadas em calendário também são citadas pelo NAAf Veranópolis (JACQUES *et al.*, 2020).

Para Souza *et al.* (2020) o NAAf do Campus Vacaria, reserva datas relacionadas ao calendário, mas também e em especial na pandemia, tratou de temas diversos de modo online, por meio do projeto Meet NAAf, com temas relacionados à saúde mental em tempos de isolamento social, LGBTFobia, Direitos Humanos, relações étnico raciais, gênero, entre outras.

Por fim, no que se refere às atividades do NAAf Viamão, Berute *et al.* (2020) destacam o NAAf evidencia as ações voltadas à inclusão de comunidades indígenas do município e realização atividades diversas que incluem temáticas como a semana da consciência negra; gênero, sexualidade e LGBTfobia, entre outras.

No tocante à participação em encontros formativos sobre as temáticas, os/as participantes foram unânimes ao afirmarem que já participaram de algum encontro promovido pelo próprio Núcleo e também um curso promovido pela Reitoria, a exemplo dos “Workshops Diversidade e Inclusão do IFRS”, evento e voltado principalmente para os membros dos núcleos de ações afirmativas do IFRS (NAAf, NEPGS, NEABI, NAPNE), estudantes vinculados a projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão com estas temáticas. Também merecem serem citados os cursos a distância¹³ sobre “Cultura Surda” e “Tecnologia Assistiva no Contexto Educacional”.

Na categoria 5. DEMANDAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL OU CONTINUADA, ao serem questionados/as quanto às temáticas que gostariam de ampliar os conhecimentos, entre os respondentes, as principais temáticas citadas foram: questões étnico-raciais, indígenas e de gênero. Quanto às sugestões de atividades e/ou subsídios que gostariam de ter acesso visando ampliar e/ou

¹³ Os Cursos podem ser acessados por meio do link <https://moodle.ifrs.edu.br/course/index.php?categoryid=38>

aprofundar os conhecimentos e aprimorar sua atuação junto ao Núcleo, os/as participantes elencaram o que segue:

PARTICIPANTE 1. Capacitismo

PARTICIPANTE 2: Sem sugestões.

PARTICIPANTE 3: Branquitude.

PARTICIPANTE 4: Em nosso NAAf temos abordado de forma equânime todos os temas que compõe nosso calendário acadêmico relacionado com as ações afirmativas

PARTICIPANTE 5; No momento, temos um bom número de materiais para estudo e consulta disponibilizados pela reitoria. Há um grupo bem atuante no IFRS que quase diariamente compartilha textos, referências, modelos de PEI's, socializa experiências em seus campi, além de contarmos com o auxílio do CTA para desenvolver materiais adaptados, quando necessário. O que sinto falta é de ampliar a equipe multiprofissional que atende esses estudantes, como um profissional de AEE e um psicólogo.

PARTICIPANTE 6: Mais cursos sobre as temáticas do núcleo, algum material que traga o que é o núcleo, seu histórico, seus objetivos, algo que norteie quem já está e quem está entrando no núcleo.

PARTICIPANTE 7: Continuar tratando das temáticas variadas realizadas até então e também focar nem debates que tratem da responsabilidade dos homens, nas pessoas cis, héteros, brancos (as), binários (as), sem deficiência no combate a todos os tipos de preconceitos, para se juntarem aos grupos que são vítimas desse preconceito na busca de uma sociedade "socialmente igual, humanamente diferente e totalmente livre" (Rosa Luxemburgo).

PARTICIPANTE 8: Ações afirmativas para jovens ingressantes no mercado de trabalho.

PARTICIPANTE 9: Acredito que materiais lúdicos, jogos, filmes, esses recursos

As respostas acima convergem para o entendimento do quanto as leituras e materiais disponibilizados são subsídios importantes para embasar a atuação dos integrantes dos NAAfs. Contudo, evidencia ainda o quanto é necessário avançarmos para que tais temáticas transversalizem o currículo para além de abordagens atreladas ao calendário acadêmico ou datas comemorativas. Outro aspecto a ser ressaltado é a necessidade de ampliar os estudos sobre as bases conceituais da educação profissional articulando com os estudos sobre as finalidades das políticas de ações afirmativas. Tal entendimento busca problematizar e tensionar interpretações como a citada pelo participante 8, o qual atrela às ações afirmativas ao ingresso no mercado de trabalho, destoando dos princípios e finalidades que fundamentam a proposta de criação dos Institutos Federais, conforme aponta Pacheco:

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal. (PACHECO, 2015, p. 11)

Com base no exposto acima, ressaltamos que a implementação de políticas de ações afirmativas vai além da criação de setores, ou seja, implica o engajamento individual e coletivo dos diversos segmentos. Tal atuação implica em parcerias para o desenvolvimento de ações na área de ensino, pesquisa e extensão, a partir de demandas apontadas pela comunidade. Neste enfoque, destacamos que a formação humana integral constitui um dos princípios basilares que regem a oferta da educação profissional e tecnológica na Rede Federal de ensino. Tal perspectiva implica a adoção de estratégias de ensino que possibilitem uma formação para além dos interesses do mercado de trabalho, ou seja, a oferta de uma educação emancipatória, conforme nos adverte, Paro (1999, p. 113-114).

É preciso que se coloque no centro das discussões (e das práticas) a função educativa global da escola. Assim, se entendemos que educação é atualização histórico-cultural dos indivíduos e se estamos comprometidos com a superação do estado geral de injustiça social que, em lugar do bem viver, reserva para a maioria o trabalho alienado, então é preciso que nossa escola concorra para a formação de cidadãos atualizados, capazes de participar politicamente, usufruindo daquilo que o homem histórico produziu, mas ao mesmo tempo dando sua contribuição criadora e transformando a sociedade. Só assim a escola estará participando de forma efetiva como elemento da necessária “reforma intelectual e moral”, de que nos fala Gramsci (1978b).

Para, além disso, nos remete a pensar o quanto os princípios da EPT pautados inclusive nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT) precisam ser amplamente difundidos e compreendidos a fim de contrapor tais discursos que acabam reforçando práticas meritocráticas e excludentes. Pensar ações afirmativas implica compreendermos e ampliarmos os estudos sobre os conceitos fundamentais que regem nossa atuação

enquanto instituição de educação e, em particular, voltada à promoção da formação humana integral no contexto da EPT ofertada na Rede Federal e, em particular, no contexto do IFRS, foco deste estudo. Remetendo à formação humana e integral vamos recorrer novamente à Pacheco (2015, p. 29) ao nos explicar ser tal formação:

Trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao “treinamento” para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí. Essas relações ocorrem dentro de um determinado processo histórico onde o trabalho em busca da satisfação das necessidades materiais e subjetivas possibilita ao ser humano construir novos conhecimentos.

Entre as temáticas sugeridas para o aprofundamento pelos/as participantes sinalizam para a necessidade de que enquanto instituição educacional possamos pautar e ampliar o debate sobre as políticas de ações afirmativas. Lembrando que no ano de 2022, temos a questão da revisão da Lei das Cotas, como citado anteriormente, induzindo a tensionamentos entre seus defensores e opositores, todavia como vimos em Baptista (2022) é inquestionável os avanços dos números de ingressantes de grupos historicamente deixados de lado do direito à educação, trazendo também tensionamentos para dentro da instituição educacional, mas, por outro lado, trazendo a riqueza da multiculturalidade para dentro da sala de aula, conforme nos assevera Candau (2008).

O primeiro assunto apontado como necessário para desenvolver os conhecimentos é o capacitismo e, para tal, vamos recorrer à definição dada por Vendramim (2019,p. 17) que diz ser o capacitismo “... Leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes” e a autora ainda revela ser o capacitismo um construto histórico de eugenia sofrido pelas pessoas com deficiência, bem como, mais recentemente, em decorrência do neoliberalismo. A autora ainda adverte que a compreensão autoritária e normalizadora dos corpos impõe uma crença de que corpos fora deste padrão são insuficientes (VENDRAMIM, 2019, p.17).

Outro tema apontado na pesquisa a fim de se avançar nos seus fundamentos

foi a branquitude, que segundo Schucman (2012, p. 7):

A branquitude é entendida aqui como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos.

Temos 3 tópicos importantes a serem considerados na definição de Schucman (2012), que a branquitude é uma construção sócio-histórica, resultado das sociedades estruturadas pelo racismo e a aquisição de privilégios simbólicos e materiais pelos brancos. Aqui temos também a importância dos núcleos como local de lutas e resistência, para combater o privilégio branco, de luta antirracista dentro do ambiente institucional, e fora dele também e voltamos mais uma vez para a Lei Federal nº 12711/2012 como um ordenamento jurídico de suma importância para desconstruir o privilégio branco no acesso à educação.

Interessante notar que o participante 7 mostra preocupação em tratar-se de assuntos ligados à masculinidade, heteronormatividade, a padronização da sociedade; para tal deve-se considerar que o diálogo pela e para diversidade, para o mundo plural e multicultural deve estar presente em todos os núcleos de ações afirmativas da instituição para que possamos combater a rigidez social e a perpetuação de uma sociedade que já não responde mais ao modelo de escola e sociedade que queremos.

Por fim, voltamos a falar da problemática instaurada com a pandemia de covid-19, onde vimos o aumento das desigualdades, das violências, em especial de gênero, como podemos ver em Chagas (2021) ao reportar um aumento de 70% nos casos de violência doméstica no estado do Rio Grande do Sul, ao contrário do que as pessoas disseram a pandemia não veio nos tornar iguais, e sim, expor nossas diferenças. O fato de termos um local onde possamos trabalhar e acolher estas diferenças a fim de construirmos uma escola equânime mostra a importância dos núcleos e de seus integrantes estarem bem instrumentalizados para tais ações

Então, a partir desta escuta, de sua análise e interpretação, foi produzido um material, em forma de um E-book, que pretende servir de apoio aos membros antigos e novos dos núcleos de ações afirmativas do IFRS, tal guia será melhor

apresentado na seção seguinte.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O trabalho final de um programa de mestrado profissional da área de ensino da CAPES deve incluir um relato fundamentado dessa experiência onde o produto educacional desenvolvido é parte integrante e visa ser usado em escolas públicas de todo o país devendo ser aplicado em condições reais de sala de aula, espaços não formais e informais de ensino (LEITE, 2018, p. 331). Além disso, a autora revela que tais produtos podem assumir diversas formas de serem apresentados, a exemplo das diversas mídias, protótipos, atividades experimentais, de extensão e materiais textuais, sendo este último o que mais nos interessa, pois dentro de tais materiais encontra-se o guia/caderno, o qual apresentamos aqui como resultado de pesquisa desta dissertação.

Também podemos entender o produto educacional como:

“qualquer instrumento ou objeto que possa servir como recurso para que, mediante sua manipulação, observação ou Leitura se ofereçam oportunidades para aprender algo, ou seu uso interfere no desenvolvimento de alguma função de ensino.” (FREITAS, 2021, p.12).

Após a aplicação do questionário e análise dos dados, a fim de responder os principais anseios dos membros dos núcleos de ações afirmativas do IFRS, foi decidido que um produto em forma de um caderno, de título “Afinal, o que são as ações afirmativas no contexto da EPT? Caderno de subsídios para atuação dos Núcleos de Ações Afirmativas” atenderia tais expectativas e ao objetivo de contribuir com a qualificação das ações pedagógicas voltadas à diversidade auxiliando na permanência dos discentes e contribuindo com a Educação Profissional e Tecnológica de nosso país.

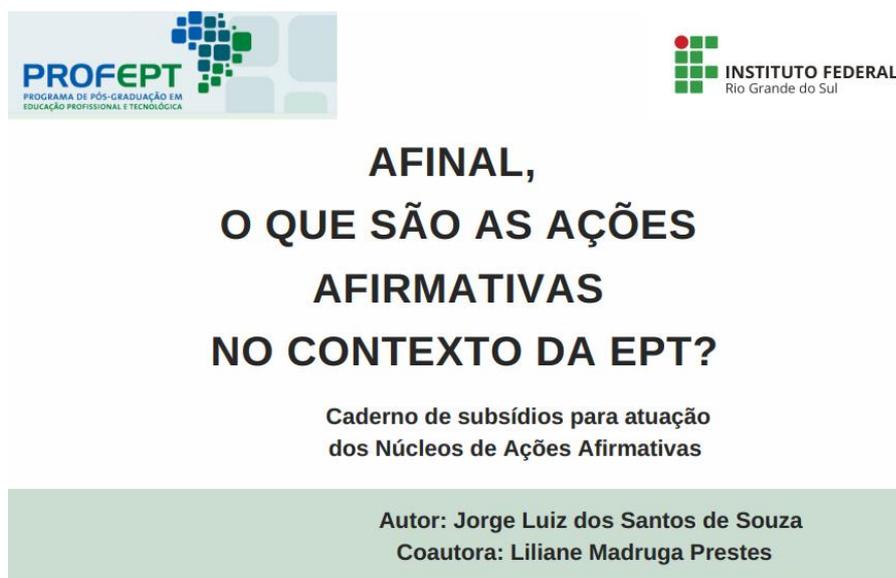
5.1 Apresentando o produto educacional

Para começarmos, temos a apresentação do produto educacional, onde comunicamos de onde procede tal produto, do que se trata o material, como chegamos até ele por meio do resultado da pesquisa da dissertação de mestrado e reflexões em torno das políticas institucionais de ações afirmativas na EPT.

É apresentado, também, seu objetivo que foi de responder os principais

anseios dos membros dos núcleos de ações afirmativas do IFRS elencados após análise e categorização das respostas do questionário enviado a estes, e para quem se destina, a estes mesmos membros, ou seja, discentes, servidores (docentes e técnico-administrativos) e comunidade externa, bem como para todos que tenham interesse no tema.

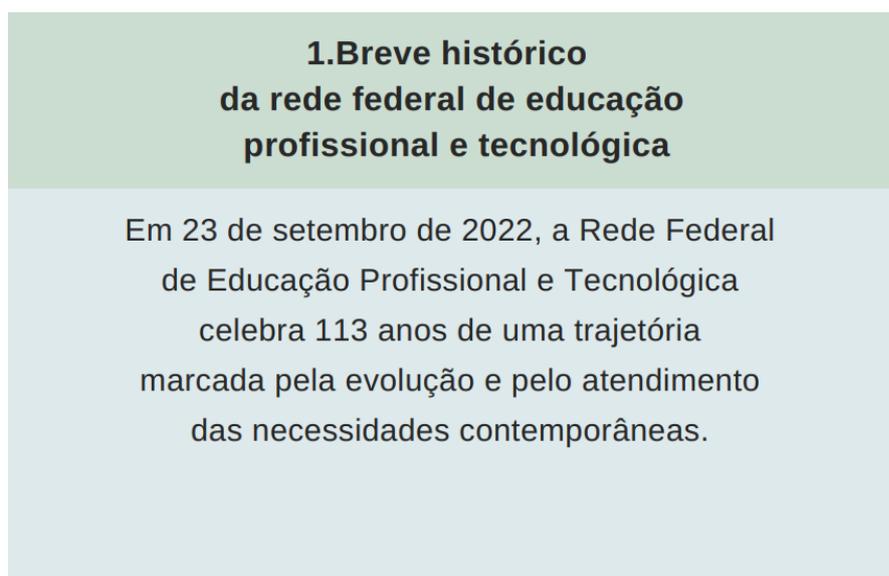
Figura 2 – Capa do Produto Educacional



Fonte: Elaborado pelo autor.

No primeiro item do P.E. destacamos um breve histórico da EPT em nosso país e em seguida passamos para a estrutura atual da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como o seu compromisso social.

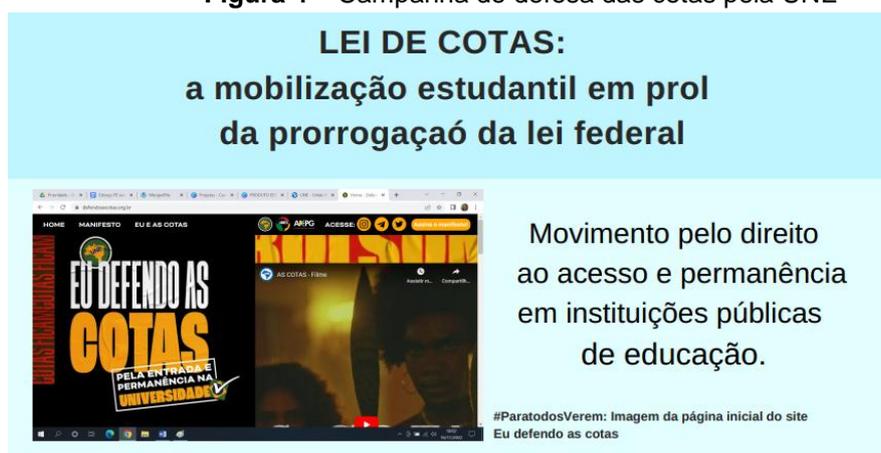
Figura 3 – Seção 2 do produto educacional



Fonte: Elaborado pelo autor.

O terceiro ponto é sobre as ações afirmativas, iniciando o conceito dado por Moehlecke (2002) e, ainda, mostrando o que são as políticas de ações afirmativas dadas por Gomes (2001). Também realçamos a política de cotas, Lei Federal 12.711 e a mobilização estudantil, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) em defesa da referida Lei.

Figura 4 – Campanha de defesa das cotas pela UNE



Link para acessar o site: <<https://defendoascotas.org.br>> ou clique AQUI, ou utilize o QR CODE ao lado.

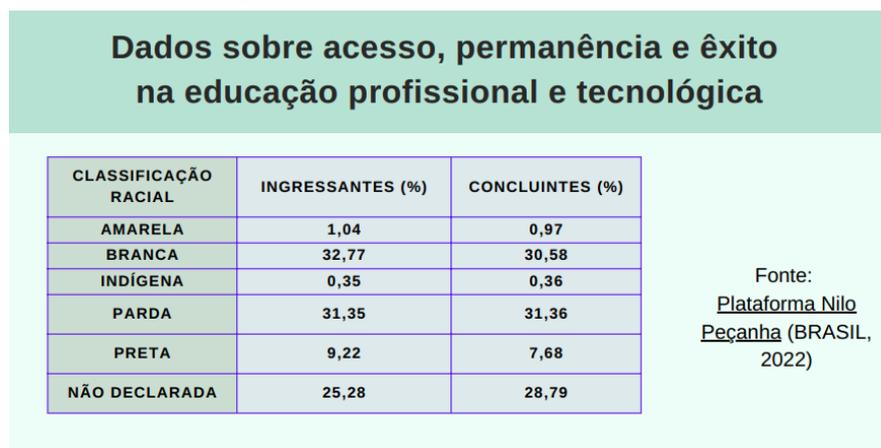


Fonte: Elaborado pelo autor.

A quarta parte do caderno é destinada às políticas de ações afirmativas no

contexto da EPT, as demandas pelas Ações Afirmativas para esta modalidade de ensino, dados sobre acesso, permanência e êxito na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como o perfil discente do IFRS publicado no ano de 2019.

Figura 5 – Acesso, permanência e êxito na EPT



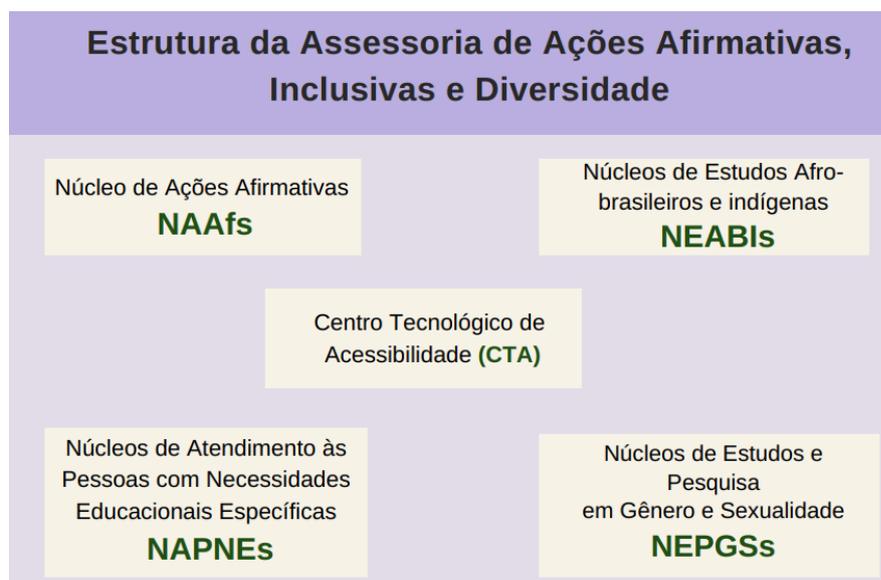
Para obter mais informações sobre a estrutura da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, acesse a Plataforma Nilo Peçanha através do link: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>> ou clicando AQUI ou utilize o QR CODE ao lado.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quinto segmento é dedicado às Políticas de Ações Afirmativas no IFRS, sua Política de Ações Afirmativas, a Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, com sua finalidade e estrutura e, neste ponto, a estrutura, é mostrado desde o Centro Tecnológico de Acessibilidade até os demais núcleos institucionais (NAAf, NEABI, NAPNE e NEPGS), com seus objetivos e contatos em cada Campi.

Figura 6 – Estrutura das Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade do IFRS



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sexta seção é apresentado um pouco do que é e já foi realizado sobre as Ações Afirmativas em nossa instituição, ou como diz o título da seção, “Compartilhando saberes e experiências no contexto do IFRS”. Aqui mostramos diversas mídias com realizações dos mais variados segmentos e dos diversos campi do IFRS. Eventos que já foram realizados e diversas Leis e Decretos Federais que apoiam as Ações Afirmativas são mostrados.

Figura 7 – Assessoria de Relações Étnico-Raciais do IFRS

Assessoria de Relações Étnico-Raciais: políticas institucionais no contexto da EPT/IFRS

Vinculada à Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) a partir da Portaria 1179/18 e da Resolução Consup nº001 /2020 – Aprova o Regimento Complementar da Reitoria do IFRS.

#PraTodosVerem: Imagem do canal do YouTube da Assessoria de Relações Étnico-Raciais do IFRS. Na imagem, estão a imagem inicial do vídeo disponibilizado no Canal do YouTube da Assessoria de Relações Étnico-Raciais do IFRS. A imagem contém o desenho de cinco pessoas acompanhadas do título Curso de Educação para as Relações Étnico-Raciais. Direitos e Racismos: povos indígenas e quilombolas em letras na cor preta e fundo nas cores amarelo e vermelho.

Para obter mais informações sobre a ARER, clique **AQUI** ou no link [<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-relacoes-etnico-raciais/apresentacao/>](https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-relacoes-etnico-raciais/apresentacao/) ou acesse o QR Code ao lado,



Fonte: Elaborado pelo autor.

A sétima parte é dedicada a subsídios para o trabalho com gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, inclusão e necessidades educacionais específicas. São apresentadas sugestões de materiais para cada um destes itens, assim como algumas leis de importância para conhecimentos dos membros dos núcleos.

Figura 8 – Dica de material inclusivo em gênero e sexualidade

Dica de materiais

Sinais LGBTQ+ em LIBRAS



#PraTodosVerem: Imagem do vídeo sinais LGBTQ+

Na imagem está o professor e youtuber, Léo Vitorino que é um homem branco, surdo, com cabelos curtos e barba, vestindo jaqueta jeans e camiseta rosa com desenho do arco-íris e um relógio no pulso esquerdo e se comunicando por LIBRAS, havendo a legenda simultânea no decorrer de todo o vídeo. Ao fundo, aparece uma parede cinza com prateleiras contendo livros, enfeites e painel para recados e fotografias.

Dica de Vídeo:

SINAIS LGBTQ+ | Libras - O vídeo foi produzido por Léo Vitorino, youtuber surdo que apresenta vocabulários/ sinais da LGBTQ+, também orientação sexual, identidade de gênero e outras coisas, em Libras.

Para acessar o vídeo na íntegra, clique [AQUI](#) ou no link:
<https://www.youtube.com/watch?v=MJtAuEx8TOU>
 ou utilize o QR code ao lado.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na oitava parte deste material são apresentadas algumas publicações do próprio IFRS referente às ações afirmativas, onde é possível fazer o download do material e, já na parte seguinte mostramos algumas experiências institucionais para servir de inspiração aos membros dos núcleos e pessoas que trabalham com as ações afirmativas.

Figura 9 – Publicações do IFRS

Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na última parte deste caderno deixamos uma mensagem sobre “Esperança”; com a luz de Paulo Freire, para que além do dito, façamos a ação de transformar as Ações Afirmativas das Leis, Normativas e Decretos em ações concretas no nosso cotidiano institucional.

Figura 10 – Mensagem final do P.E.



#PraTodosVerem:
Silhueta do rosto de
Paulo Freire

Epígrafe final

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática. - Paulo Freire

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a confecção deste material foi solicitado auxílio ao CTA para que pudesse verificar se o mesmo estava acessível, pois uma preocupação era que, além de termos a teoria e materiais que subsidiem as ações dos membros dos núcleos, este material pudesse cumprir e exemplificar seu compromisso com a inclusão e acessibilidade.

Assim, esperamos que este caderno possa ser um recurso de aprendizagem

e também servir de desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema Ações Afirmativas em toda Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ressaltamos, igualmente, que este material passou por avaliação dos pares conforme descrito na próxima seção.

5.2 Avaliação do produto educacional

Segundo Leite (2019, p. 186) “Os mestrados profissionais na área de Ensino necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas brasileiras” também sendo necessário que este produto seja avaliado, processo pelo qual mostraremos os resultados nesta seção.

Primeiramente buscamos entender mais sobre o assunto produto educacional e sua avaliação com o auxílio de Leite (2018, 2019), Freitas (2021) e Kaplún (2003), a fim de construir um material que pudesse responder os requisitos legais para obtenção do título de Mestre, as questões levantadas pela pesquisa, além de ser socialmente significativo.

Percebemos, com isto, que o texto mais referenciado e que mais atendeu nossos anseios para elaboração do produto educacional foi o de Kaplún (2003), onde nos apresenta eixos temáticos a serem observados na confecção do material, a saber: eixo conceitual, pedagógico e comunicacional.

No eixo conceitual, Kaplún (2003, p.38) alerta que “temos de conhecer a fundo a matéria em questão, os conceitos que a articulam, os debates suscitado”, porém, para além disso, conhecer os sujeitos a que se destina o material, saber o que querem, o que pensam e quais as necessidades que o P.E. pode responder, ou seja, neste eixo devemos estar alerta aos autores e demais discussões sobre referida matéria e mostrar esta riqueza de discussões para o nosso público respondendo aos seus anseios.

Seguindo para eixo pedagógico, Kaplún (2003) nos alerta a pensarmos se realmente queremos produzir um material educativo, ou seja, por meio do eixo pedagógico devemos estabelecer o ponto de partida e o de chegada para o público-alvo do material, mas, para isto, é necessário sabermos o que os sujeitos a quem se destina o material conhecem sobre determinado assunto, voltando aqui ao já discutido no eixo conceitual.

Já os estudos realizados por Leite (2019, p.189) abordam o eixo pedagógico entendido como o principal articulador do material educativo, o que nos reporta à

pesquisa de Kaplún (2003), na qual sugere um itinerário pedagógico. Ancorado em tais estudos o produto educacional visa apontar caminhos para a construção de novos conhecimentos sobre temáticas correlatas às políticas de ações afirmativas na EPT. Por fim, o eixo comunicacional sugere o desafio de comunicarmos as questões conceituais e pedagógicas para nosso público-alvo, com grande criatividade (KAPLÚN, 2003, p. 54). Explicitando melhor este eixo voltemos à Leite (2019). A autora nos mostra que aqui devemos atentar sobre as questões de forma, linguagem, diagramação do produto para que o público a que se destina seja estimulado a pensar sobre o assunto abordado e a produzir novos conhecimentos.

Com isto confeccionamos o caderno apresentado no item anterior e pensamos a avaliação, por meio de questionário na plataforma Google Forms, de modo que as questões abordassem estes eixos, podendo algumas questões contemplarem mais de um eixo.

O questionário, contendo questões abertas e fechadas, foi enviado para um grupo de 5 pessoas que fazem parte dos núcleos de ações afirmativas do IFRS e que não participaram da pesquisa objeto desta dissertação. Cabe ressaltar que na seção 1 deste instrumento de coleta de dados foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no qual os participantes deveriam responder se concordavam em participar desta avaliação, sendo a resposta positiva as seções seguintes eram apresentadas, em caso de negativa o questionário era finalizado na seção 1.

A fim de elucidarmos melhor a construção das questões e o alinhamento com Kaplún (2003) apresentamos o quadro abaixo:

Quadro 10 – Questionário de avaliação do P.E.

Dados de identificação	Nome, idade, segmento (discente, docente, técnico administrativo, comunidade externa), formação (dados não obrigatórios)
O material está organizado de forma didática e acessível?	Eixo pedagógico e comunicacional.
O tamanho das letras está adequado facilitando a leitura?	Eixo comunicacional.
O contraste está posto de modo a facilitar a leitura e observação das palavras e figuras?	Eixo comunicacional
O conteúdo está apresentado de forma compreensível e objetiva?	Eixo conceitual e pedagógico
O conteúdo apresentado proporciona a ampliação/aprimoramento de conhecimentos acerca das concepções e políticas de ações afirmativas no contexto	Eixo conceitual e pedagógico

da educação profissional e tecnológica?	
O conteúdo está adequado ao público que se destina?	Eixo conceitual, pedagógico e comunicacional
Comentários e sugestões para o aprimoramento do produto educacional	Não obrigatório

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como retorno das avaliações tivemos 3 respondentes dos 5 convidados(as) a participar desta etapa. O quadro 11 apresenta os dados de identificação, que fora opcional, dos 3 avaliadores que retornaram positivamente ao convite.

Quadro 11 – Identificação dos avaliadores

Avaliador	Idade	Segmento	Formação
1	28	Discente	Acadêmico da Licenciatura em Pedagogia
2	33	Servidor (a) Técnico-Administrativo	Graduação em pedagogia e Mestrado em Educação
3	46	Servidor (a) Docente	Licenciatura em Bacharelado em Ciências Sociais com Doutorado em Educação Científica e Tecnológica

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos verificar que o único segmento que não se fez presente nesta avaliação foi o da comunidade externa; a idade entre 28 e 46 anos e abrange desde estudante de graduação até pessoa com Doutorado. No quadro 12 são apresentadas, as respostas, que eram fechadas podendo ser “sim” ou “não”.

Quadro 12 – Critérios quanto à estrutura do material

Avaliador	O material está organizado de forma didática e acessível?	O tamanho das letras está adequado facilitando a leitura?	O contraste está posto de modo a facilitar a leitura e observação das palavras e figuras?
1	Sim	Sim	Sim
2	Sim	Sim	Sim
3	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

O retorno em relação à estrutura do material foi positivo em todos os aspectos; organização didática e acessibilidade, facilidade de leitura em relação ao tamanho das letras e ao contraste. O segundo bloco de perguntas se refere ao conteúdo do material, apresentado no Quadro 13.

Quadro 13 – Critérios quanto ao conteúdo do material

Avaliador	O conteúdo está apresentado de forma compreensível e objetiva?	O conteúdo apresentado proporciona a ampliação/aprimoramento de conhecimentos acerca das concepções e políticas de ações afirmativas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica?	O conteúdo está adequado ao público que se destina?
1	Sim	Sim	Sim
2	Sim	Sim	Sim
3	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao conteúdo do material, mais uma vez, tivemos avaliação positiva por parte do(a)s participantes, considerando o conteúdo apresentado, a ampliação e aprimoramento dos conhecimentos relativos às ações afirmativas no contexto da EPT e a adequação ao público a que se destina este caderno.

Por fim, foi solicitado, a quem quisesse contribuir, sugestões e comentários para o aprimoramento do produto educacional; e obtivemos o seguinte retorno:

Avaliador 1 – Muito bem elaborado, organizado e explicativo;

Avaliador 2 – Não possuo tanto conhecimento sobre acessibilidade digital, porém, levando em consideração os aspectos básicos de acessibilidade, o produto os atende satisfatoriamente. Minha única sugestão é ampliar a descrição dos logos dos núcleos, pois são referidos como “logo xx”, mas acredito ser bacana descrever o que compõem a imagem, como forma de situar o leitor cego sobre o símbolo de cada núcleo, que é uma importante forma de divulgação. No mais, o parabenizo pela organização e qualidade do material.

Avaliador 3 – O produto educacional cumpre com a proposta elucidativa sobre as ações afirmativas no contexto da EPT ao oferecer subsídios teóricos, metodológicos e didáticos sobre (e para) a atuação de núcleos de ações afirmativas. Destaco que a proposta vai além e pode colaborar com a visibilidade e (ampliação de) discussões sobre as ações afirmativas na sociedade de modo geral. O escopo teórico potente e a riqueza das referências investigadas para a elaboração do produto educacional ficam evidentes tanto nos materiais e recursos indicados quanto ao elenco de experiências em ações afirmativas na EPT. Recomendo a publicação e ampla divulgação desse produto educacional.

Destacamos a organização e qualidade do material e, entendemos, que o produto cumpre com sua proposta. Ademais a colaboração da discussão do tema com a sociedade em geral e não só dentro da Rede Federal e a recomendação de ampla divulgação do produto foram pontos positivos mostrados pelos avaliadores (as).

O quesito acessibilidade também foi lembrado de forma favorável, com a sugestão de melhor descrever os logos dos núcleos do IFRS para os cegos, pois, como mostra a pessoa que sugeriu, “é uma importante forma de divulgação”, e compreendendo tal questão foi buscado melhorar a descrição dos logos.

Para finalizar esta parte esperamos que com a contribuição dos avaliadores e do CTA este produto realmente cumpra seu papel e seja uma forma de evidenciar as discussões e práticas pedagógicas sobre as ações afirmativas dentro e fora da Rede Federal.

6 CONSIDERAÇÕES

O presente estudo teve como objetivo investigar os conhecimentos prévios que balizam a atuação de integrantes dos NAAfs visando a produção de subsídios para a implementação e/ou aprimoramento de políticas institucionais de ações afirmativas no contexto da EPT e, em particular, no IFRS já que uma das minhas principais angústias, quando cheguei ao IFRS e me deparar como membro deste núcleo era exatamente a falta de conhecimentos e, com isto, a insegurança de atuar em uma temática tão importante para a educação e a vida do estudante na instituição.

Para isto busquei, por meio de leituras da legislação nacional e das normativas institucionais, os subsídios para aprimorar os conhecimentos das bases legais das ações afirmativas, também busquei contextualizar a EPT no Brasil, a fim de situar o lócus que estava tratando. A partir daí o assunto “ações afirmativas e diversidade nas políticas públicas para a EPT” foi meu objeto de atenção, fazendo, por fim, um mapeamento de pesquisa sobre o assunto.

Ainda sobre as ações afirmativas na EPT, procurei fazer um caminho desde a constituição federal até chegar ao IFRS, onde, dentro do contexto institucional mostrei as normativas e setores criados para tratar deste tema, entrando no assunto dos Núcleos de Ações Afirmativas criados pelo IFRS.

Adentrando a pesquisa, realizada de modo virtual por meio da ferramenta de questionário do Google, o que não era o pensamento primeiro, pois gostaria muito de ter tido a oportunidade de estar frente a frente com os sujeitos da pesquisa, mas a pandemia de COVID-19 fez com que mudássemos para o modo on-line, busquei conhecer um pouco mais dos membros dos Núcleos de Ações Afirmativas, suas concepções, interesses e o que mais gostariam de saber sobre o assunto, o que está descrito no capítulo 5 desta dissertação.

A partir das respostas dos membros dos Núcleos de Ações Afirmativas produzi um caderno buscando responder os anseios destes membros e oferecer subsídios para a atuação dos atuais e de novos membros dos núcleos, bem como para todos que se interessam pelo tema. Embora não seja um material que responderá todos os anseios ele pretende ser um apoio inicial para uma atuação mais segura frente às ações afirmativas e, voltando às minhas preocupações iniciais, creio que um material como este pode auxiliar na efetivação dos membros dos núcleos, pois ao menos no quesito de informações básicas está garantido

minimamente para uma atuação mais segura.

Outro ponto que deve ser problematizado é em relação à cor, a diversidade dos nossos núcleos, vimos no quadro 7 – apresentação dos participantes, que apenas uma pessoa se identificou como parda, nenhum/nenhuma preta e, ainda, que os participantes que se identificaram disseram ser CIS e heterossexual. Claro que temos de ver os fatores intervenientes nas respostas, como já dito, a pandemia de COVID-19 enfraqueceu os laços da comunidade externa e dos próprios estudantes com o IFRS, assim como o não ser obrigatória a resposta de tais quesitos, todavia fica um questionamento, qual a cor dos núcleos? Será que não temos pessoas, em cada um dos segmentos, pretos, pardos, LGBTQIA+? Ninguém com necessidades educacionais específicas?

Sobre o produto educacional, resultado da pesquisa desta dissertação e, ainda, voltando meus anseios ao ingressar no IFRS e ser designado para o NAAf do Campus Vacaria, gostaria de ter tido um material como este para subsidiar minhas ações dentro do núcleo, deste as normativas, exemplos e me mostrando o significado de cada sigla destes núcleos.

Penso que, para além da contribuição ao público-alvo deste estudo no qual oferecemos os subsídios que hora procuravam, houve também, e talvez em amplitude muito maior, a contribuição na formação deste pesquisador, pois o Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica proporciona um grande conhecimento na área que está inserido, em Educação Profissional e Tecnológica e, em especial para mim, sobre as ações afirmativas.

O corpo docente do PROFEPT é excelente e muito dedicado e o programa em rede contribui muito para compartilhar conhecimentos com outros colegas de diversas regiões do país nas suas disciplinas eletivas e, apesar de termos as disciplinas em plena pandemia e de modo virtual, creio que os docentes e eu estávamos todos dedicados com a aprendizagem e a troca de experiências, o que não deixou nada a desejar em relação ao presencial.

Entendo que os Mestrados no nosso país são muito curtos para que possamos nos dedicar mais em nossos estudos, em nossas pesquisas; mesmo que quiséssemos fazer algo mais profundo a limitação legal de tempo nos impediria. Contudo, o Mestrado é uma oportunidade ímpar de ampliarmos nossos conhecimentos e aprimorarmos nossa atuação nos espaços educativos da EPT das comunidades nas quais estamos inseridos/as. Além disso, a realização da pesquisa

ampliou meus horizontes e descortinou possibilidades de no Doutorado, próximo passo acadêmico que pretendo seguir.

Por fim, a partir do estudo realizado no decorrer desta pesquisa, ressalto que a implementação de políticas de ações afirmativas vai além da criação de setores, ou seja, implica o engajamento individual e coletivo dos diversos segmentos, além do apoio institucional para além das normativas. A fim de qualificar os processos, é imprescindível promovermos a escuta dos sujeitos, tanto de quem trabalha com, quanto de quem é beneficiário das ações afirmativa, produzindo, assim, subsídios que possam inspirar novas iniciativas e parcerias para desenvolvimento de ações na área de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção de práticas educativas pautadas no respeito e valorização da diversidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALVES, Jeane de Almeida. **Políticas de Ação Afirmativa: A democratização do acesso de alunos ao Ifes?** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.ifes.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00001b/00001b4f.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>. Acesso em: 6 jun. 2021.

ARROYO, Miguel González. Políticas educacionais, igualdades e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 83-94, jan./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19969>. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19969>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BAPTISTA, Rodrigo. **Lei de cotas tem ano decisivo no congresso**. 11 fev. 2022. Agência Senado. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/Lei Federal nº -de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso#:~:text=O%20PL%204.656%2F2020%2C%20do,de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20particulares](https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/Lei%20Federal%20n%C3%A9-20de%20cotas%20tem%20ano%20decisivo%20no%20congresso#:~:text=O%20PL%204.656%2F2020%2C%20do,de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20particulares). Acesso em: 03 mar. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Edições 70, 2011. 279 p. ISBN 9788562938047.

BERUTE, Gabriel Santos; BRAUN, Luci Fortunata Motter; FERREIRA, Alexsander Lemos; ALVES, Karla dos Santos Guterres; VAZ, Neilo Márcio da Silva. Núcleo de Ações Afirmativas do IFRS-Campus Viamão: interculturalidade e o estabelecimento de experiências de inclusão e combate à discriminação. **Revista Plural: Garantir e Avançar: Afirmação da inclusão e das diversidades no IFRS**, Bento Gonçalves, v. 1, p. 125-131, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1skMR4IBtST3X4OiX28VsZiYbtGq-H0WV/view>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BILGE, Sirma. Théorisationsféministes de l'intersectionnalité, **Diogène**, [Montreal], v. 1, n. 225, p. 70-88, 2009. DOI: 10.3917/dio.225.0070. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Manual Orientador da Diversidade**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de->

diversidade/ManualLGBTDIGITAL.pdf/view. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lei_Federal_nº_s/9394.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lei_Federal_nº_s/110098.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lei_Federal_nº_s/2003/110.639.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei_Federal_nº_/112288.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei_Federal nº /112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei_Federal_nº_112711.htm). Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei_Federal nº /112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei_Federal_nº_112764.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei_Federal nº /L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei_Federal_nº/L13146.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 20 jun. 2021.

BUDINO, Nara Zari Lemos. **Ações afirmativas para a educação profissional e tecnológica:** negros e negras no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19698>. Acesso em: 09 jul. 2021.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013.

CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

CANDAU, Vera Maria. Direito a educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p.715-726, jul./set., 2012.

CHAGAS, Gustavo. **Defensoria Pública do RS registra aumento de 70% no atendimento de casos de violência doméstica.** 03 nov. 2021. G1 RS. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/11/03/defensoria-publica-do-rs-registra-aumento-de-70percent-no-atendimento-de-casos-de-violencia-domestica.ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **110 anos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: CONIF, 2019.

Disponível em: <https://portal.conif.org.br/publicacoes/livreto-comemorativo-110-anos-da-rede-federal>. Acesso em: 12 set. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Disponível em:

http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 8 jul. 2021.

CORADINI, Lucas; SANTOS, Marlise Paz dos. Panorama das ações afirmativas no IFRS: avanços e desafios. *In*: SONZA, Andréa Poletto *et al.* (org.). **Afirmar a Inclusão e as Diversidades no IFRS**: Ações e Reflexões. Bento Gonçalves: IFRS, 2020, p. 8-17. ISBN 978-65-81237-01-1.

CORSINO, Luciano Nascimento; SILVA, Taise Tatiana Quadros da; REINHEIMMER, Cristian Sezer; FERREIRA, Melissa Osterlund. O Núcleo de Ações Afirmativas no Campus Rolante: reflexões sobre as experiências de uma trajetória. **Revista Plural: Garantir e Avançar: Afirmação da inclusão e das diversidades no IFRS**, Bento Gonçalves, v. 1, p. 96-103, 2020. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1skMR4IBtSt3X4OiX28VsZiYbtGq-H0WV/view>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciências e tecnologia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., p.1492-1508, 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em:

https://ephispruenp.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/historia_da_educacao_profissional_no_brasil-as_politicas_publicas_e_o_novo_cenario_de_formacao_de_professores_nos_institutos_federais_de_educacaociencia_e_tecnologia.pdf. Acesso em: 21 maio 2021.

FALEIROS, Fabiana *et al.* Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto e Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 25, n. 4, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072016003880014>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/Hjf6ghPxx7LT78W3JBTdpjf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FAUTH, Arthur Felipe Kinzel. **Gênero e sexualidade em cena**: dos modos de (re)existência numa perspectiva de educação para diversidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Charqueadas, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie>

wTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=8158098. Acesso em: 12 jul. 2021.

FERREIRA, Alexander Lemos. **Análise da Efetividade das Ações Afirmativas para Estudantes Negros do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico no Município de Viamão**. 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000024/000024e6.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

FREITAS, Cristiane Rodrigues de. **A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora o que fazer?** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7903276. Acesso em: 14 jul. 2021.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [Espírito Santo], v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.36524/profsept.v5i2.1229>. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229/805>. Acesso em: 08 set. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a14.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021

GALIAZZI, Maria do Carmo; SOUSA, Robson Simplicio de. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 7, n. 13, p. 01–22, 2019. DOI: 10.33361/RPQ.2019.v.7.n.13.227. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/227>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/36165085/Tatiana_Engel_Gerhardt_Denise_Tolfo_Silveira_M%C3%A9todos_de_Pesquisa. Acesso em: 15 jul. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 38, n. 151, p. 129-152, jul./set. 2001. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/705/r151-08.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **HOLOS**, [s.l.], v. 6, p. 22-32, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.4983. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>. Acesso em: 12 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 020, de 25 de fevereiro de 2014**. [Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais específicas (Napne) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul]. [Bento Gonçalves]: Conselho Superior, 2014. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao-20-14.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 021, de 25 de fevereiro de 2014**. [Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul]. [Bento Gonçalves]: Conselho Superior, 2014. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_21_14.pdf. Acesso em: 25 de jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 022, de 25 de fevereiro de 2014**. [Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas do IFRS]. [Bento Gonçalves]: Conselho Superior, 2014. Disponível em: [https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo_resolucao_22_14_\(1\).pdf](https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo_resolucao_22_14_(1).pdf). Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 037, de 20 de junho de 2017**. [Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul]. [Bento Gonçalves]: Conselho Superior, 2017. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf. Acesso em: 25 de jan. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 038, de 20 de junho de 2017**. [Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul]. [Bento Gonçalves]: Conselho Superior, 2017. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wpcontent/uploads/2017/08/2017523133111737resolucao_038_17_completa.pdf. Acesso em: 13 de jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Diagnóstico Discente do IFRS**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://analytics.zoho.com/open-view/2260418000000036086>. Acesso em: 05 set. 2022.

JACQUES, Alcione Moraes; LUSA, Diana; CASTRO, Michele Doris de;

CAVALHEIRO, João Carlos; CIELLO, Renata Romanzini; COMIOTTO, Samanta Trivilin. Núcleo de Ações Afirmativas do Campus Veranópolis do IFRS: história e perspectivas. **Revista Plural: Garantir e Avançar: Afirmação da inclusão e das diversidades no IFRS**, Bento Gonçalves, v. 1, p. 118-124, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1skMR4IBtST3X4OiX28VsZiYbtGq-H0WV/view>. Acesso em: 15 ago. 2022.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, [s. l.], n. 27, p. 46-60, 2003. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 07 set. 2022.

KOHAN, Nestor. **Introdução ao pensamento marxista (guia de estudo)**. São Paulo: CEPIS, 2004. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/6660.pdf>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, v. 28, p. 1153-1178, 2007. Disponível em: educacao.uniso.br/pseletivo/docs/KUENZER.pdf. Acesso em 18 jul. 2021.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 7., 2018, Fortaleza. **Atas [...]**. Fortaleza: [S. n.], 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em 14 jul. 2021.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em mestrados profissionais na área de ensino. **Campo Abierto**, [Espírito Santo], v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. DOI: 10.17398/0213-9529.38.2.185. Disponível em: https://dehesa.unex.es/bitstream/10662/10066/1/0213-9529_38_2_185.pdf. Acesso em: 08 set. 2022.

LIMA JUNIOR, Ivanildo Alves de. **O Núcleo de Gênero e Diversidade e a População Lgbtqia+**: rupturas, avanços e tensões no cotidiano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/262>. Acesso em: 13 jul. 2021.

LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. *In*: **Textos escolhidos de Audre Lorde**. [S. l.]: Difusão Herética Edições Lesbosfeministas Independentes, 2009. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

LOUSADA, Vinícius Lima. A Política de Ações Afirmativas no IFRS: a caminho da escola justa? *In*: SONZA, Andrea Poletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano (org.). **Ações Afirmativas no IFRS**. Porto Alegre: IFRS/CORAG, 2015.

MARÇAL, Fábio Azambuja. **O ensino Médio Integrado no IFRS enfrentando a dualidade**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131012/000979954.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

MARIANI, Fábio; CARVALHO, Ademar de Lima. Pesquisa participante: um recorte teórico acerca da abordagem de pesquisa e suas influências epistemológicas. **Revista da Faculdade de Educação**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 169-181, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3648>. Acesso em: 14 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2014.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MORAIS, Johana de Angelis Cavalcanti de. **Gênero e diversidade sexual: as experiências de estudantes Lgbti+ na educação profissional e os desafios no mundo do trabalho**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/261>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 4-30, 2008. DOI: 10.15628/holos.2007.11. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 13 de jul. 2021.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, Eliezer (org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais**. São Paulo: Editora Moderna, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Perspectivas-da-EPT.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. (org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

PESSSEL, Edson Roberto. **Educação inclusiva e pessoas com deficiência visual: trajetória da primeira discente no Ifsul - Campus Charqueadas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Charqueadas, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10826600. Acesso em: 15 jul. 2021.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em:

<https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ROCHA, Ana Paula Quintino. **Educação, gênero e cidadania: a formação para a diversidade no ensino médio integrado ao técnico da educação profissional e tecnológica**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, 2020. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/dissertacoes-e-produtos-educacionais-profep>. Acesso em: 11 jul. 2021.

RODRIGUES, Robert Reiziger de Melo; FERREIRA, Leticia Schneider. Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS: história, desafios e possibilidades. **Cadernos Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 95-112, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SANTOS, Manuel Tadeu dos; MORILA, Ailton Pereira. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: uma trajetória de projeções utilitaristas e seus percalços. *Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino*, São Mateus, n. 4, p. 119-149, maio. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/19731>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

SANTOS, Maluza Gonçalves dos; NARDIN, Janaína de; MARIANO, Victória Costa Alves. Ações, de resistência – continuidade – luta, afirmativas para sempre do Núcleo de Ações Afirmativas. **Revista Plural: Garantir e Avançar: afirmação da inclusão e das diversidades no IFRS**, Bento Gonçalves, v. 1, p. 09-15, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1skMR4IBtST3X4OiX28VsZiYbtGq-H0WV/view>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12, n. 34, p.152-165, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista**. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

SILVA, Maria Águeda Santos da; FERREIRA, Rosângela. NAAF Reitoria do IFRS: uma identidade em construção. **Revista Plural: Garantir e Avançar: afirmação da inclusão e das diversidades no IFRS**, Bento Gonçalves, v. 1, p. 76-81, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1skMR4IBtST3X4OiX28VsZiYbtGq-H0WV/view>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SOUZA, Arivaldo Santos de. Ações Afirmativas: origem, conceitos, objetivos e modalidades. *In*: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR: QUALIDADE DE VIDA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, 8., 2005, [Salvador]. **Anais**. Salvador: UCSAL, 2005. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2356/1/A%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SOUZA, Evaneyde dos Santos. **Práticas educativas de linguagem e inclusão: estudo de caso de um aluno com Transtorno do Espectro Autista na educação profissional e tecnológica**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9284833. Acesso em: 15 jul. 2021.

SOUZA, Jorge Luiz dos Santos de; ROSA, Marziléia Aparecida Selle da; DEGENERONI, Clarissa; SILVA, Felipe Akauan da; ROSSA, Douglas Almir Tolfo. Estratégia do NAAF Vacaria em tempos de pandemia. **Revista Plural: Garantir e Avançar: Afirmação da Inclusão e das diversidades no IFRS**, Bento Gonçalves, v. 1, p. 113-117, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1skMR4IBtST3X4OiX28VsZiYbtGq-H0WV/view>. Acesso em: 15 ago. 2022.

STRAPAZZON, Jair Adriano. O Atendimento ao Público LGBTQI+ no Campus Camboriú – Instituto Federal Catarinense: Por Uma Política Institucional Não Excludente no Ensino Médio Integrado. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2021.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. **SOFIA**. [S.l.]. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389/4393>. Acesso em: 31 ago. 2022.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



AFINAL, O QUE SÃO AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO DA EPT?

Caderno de subsídios para atuação
dos Núcleos de Ações Afirmativas

Autor: Jorge Luiz dos Santos de Souza
Coautora: Liliane Madruga Prestes

“Temos o direito de ser iguais,
sempre que a diferença nos inferioriza;
temos o direito de ser diferentes
sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

(SANTOS, 2006).

Este caderno resulta da pesquisa intitulada
"Afimnal, o que são as ações afirmativas
no contexto da EPT?
Subsídios para aprimoramento
das políticas institucionais
a partir da escuta de
integrantes dos NAAF do IFRS"
desenvolvida no Programa de Pós-Graduação
em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT),
na linha de pesquisa Práticas Educativas em
Educação Profissional e Tecnológica.

Este produto educacional é destinado
a todos/as os/as estudantes, docentes,
técnicos-administrativos em educação
e demais pessoas interessadas
em ampliar os conhecimentos sobre
as políticas de ações afirmativas
no contexto da educação profissional,
em particular,
a partir do contexto do IFRS.

Dados de identificação

Programa: **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT**

Instituição Associada: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre**

Linha de Pesquisa: **Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**

Macroprojeto 2 - **Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT**

Sumário

1. Breve histórico da rede federal de educação profissional e tecnológica

2. Estrutura atual da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil

3. Conceituando Ações Afirmativas

4. Políticas de Ações Afirmativas na Educação Profissional e Tecnológica
Políticas de Ações Afirmativas no IFRS

5. Políticas de Ações Afirmativas no IFRS

6. Ações afirmativas no contexto da EPT: compartilhando saberes e experiências no contexto do IFRS

7. Subsídios para o combate às violências e desigualdades de gênero e étnico - racial no contexto da EPT

7.1 Sugestões de materiais audiovisuais para o combate o racismo

7.2 Garantia do acesso à educação para a população LGBTI+

7.3 Dicas de materiais e recursos sobre políticas inclusivas e EPT

8. Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

9. Experiências inspiradoras em Ações Afirmativas na EPT no contexto do IFRS

Reticências.... e não ponto final

Para saber mais sobre o PROFEPT

1. Breve histórico da rede federal de educação profissional e tecnológica

Em 23 de setembro de 2022, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica celebra 113 anos de uma trajetória marcada pela evolução e pelo atendimento das necessidades contemporâneas.

Breve histórico da rede federal de educação profissional e tecnológica

Esse percurso começou em 1909 com a criação das primeiras Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada unidade da federação constituída à época.

FONTE: CONIF (2019)

Para saber mais acesse o link:
sobre o [histórico da Educação Profissional](#)

Para acessar
clique [AQUI](#) ou no QR Code ao lado



Breve histórico da rede federal de educação profissional e tecnológica

Para conhecer um pouco mais sobre a trajetória da rede federal de educação profissional e tecnológica, acesse o vídeo produzido por Schiedeck e Castilhos (2019) no Mestrado Profissional ProfEPT (IFRS).

FONTE: CONIF (2019)

Para acessar o vídeo:
A ORIGEM DE UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE EM EPT: NARRATIVAS E
MEMÓRIAS SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS (2019)
clique [AQUI](#) ou no QR Code ao lado



2. Estrutura atual da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil

Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) instituída pela Lei Federal n.º 11.892/2008 .

FONTE: CONIF (2019)

Clique [AQUI](#) e acesse a íntegra a Lei Federal nº11.892/2008 ou acesse com o QR Code ao lado:



Estrutura atual da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil

Atualmente, a rede federal de educação profissional e tecnológica é formada por: 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II (CPII), 22 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

FONTE: CONIF (2019)

Clique AQUI e acesse a íntegra a Lei Federal nº11.892/2008 ou acesse com o QR Code ao lado:



Compromisso social da rede federal de educação profissional e tecnológica

Oferecer educação profissional pública, gratuita e de qualidade a jovens e trabalhadores do campo e da cidade; viabilizam o acesso às conquistas científicas e tecnológicas, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; promovem a pesquisa aplicada e a inovação e atuam fortemente na extensão tecnológica.

FONTE: CONIF (2019)

3. Conceituando Ações Afirmativas

Moehlecke (2002, p.7) apresenta a seguinte definição: ações reparatórias/compensatórias e/ou preventivas, que buscam corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado.

Conceituando Ações Afirmativas

Dica de leitura:

MOEHLECKE, S. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

Disponível em <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/550>>
ou Clique AQUI ou o QR Code ao lado:



O que são as Políticas de Ações Afirmativas?

Políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 2002, p.51).

O que são as Políticas de Ações Afirmativas?

Dica de leitura:

GOMES, J. B. B. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília (DF): UNESCO; BID; Ministério da Educação, 2005. p. 47-82.*

Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/705>>
ou clique AQUI ou acesse pelo QR Code ao lado:



O que são as Políticas de Ações Afirmativas?

No Brasil, entre as ações afirmativas vigentes, citamos a Lei Federal nº.12711/2012 (BRASIL, 2012), popularmente conhecida como "Lei das Cotas".

Para acessar o texto da Lei na íntegra acesse:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
ou clique AQUI ou utilize o QR Code ao lado:



LEI DE COTAS: a mobilização estudantil em prol da prorrogação da lei federal

A Lei Federal n 12711/2012 foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.824 /2012 (BRASIL, 2012), cujo artigo 7º, prevê a revisão e avaliação no décimo ano após sua promulgação, ou seja, em 2022.

Diante disso, presenciamos a mobilização de estudantes e movimentos sociais diversos em prol da prorrogação da referida legislação.

LEI DE COTAS: a mobilização estudantil em prol da prorrogação da lei federal



Movimento pelo direito
ao acesso e permanência
em instituições públicas
de educação.

#ParatodosVerem: Imagem da página inicial do site
Eu defendo as cotas

Link para acessar o site: <<https://defendoascotas.org.br>>
ou clique AQUI, ou utilize o QR CODE ao lado.

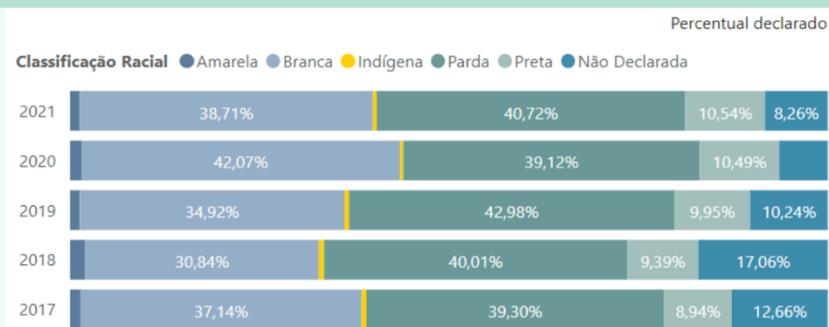


4. Políticas de Ações Afirmativas na Educação Profissional e Tecnológica

Educação como direito fundamental para todos/as
Demanda de políticas que garantam o acesso, permanência e
êxito de estudantes.

As políticas de ações afirmativas visam fomentar a implementação
de estratégias de ensino, pesquisa e extensão voltadas à
promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural,
étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a
defesa dos direitos humanos.

Demandas por Ações Afirmativas na Educação Profissional e Tecnológica



Fonte:
Plataforma Nilo Peçanha
(BRASIL, 2022)

Para obter mais informações sobre a estrutura da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, acesse a Plataforma Nilo Peçanha através do link: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>> ou clicando AQUI ou utilize o QR CODE ao lado.



Dados sobre acesso, permanência e êxito na educação profissional e tecnológica

CLASSIFICAÇÃO RACIAL	INGRESSANTES (%)	CONCLUINTES (%)
AMARELA	1,04	0,97
BRANCA	32,77	30,58
INDÍGENA	0,35	0,36
PARDA	31,35	31,36
PRETA	9,22	7,68
NÃO DECLARADA	25,28	28,79

Fonte:
Plataforma Nilo
Peçanha (BRASIL,
2022)

Para obter mais informações sobre a estrutura da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, acesse a Plataforma Nilo Peçanha através do link: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>> ou clicando AQUI ou utilize o QR CODE ao lado.



Perfil discente do IFRS

37,8% dos estudantes respondentes têm menos de 18 anos	18,3% declararam que utilizar as redes sociais é a principal atividade de lazer
18,5% são negros (pretos ou pardos)	40% afirmaram ter escolhido o IFRS pela qualidade da instituição
9,2% se declararam bissexuais	Entre as principais dificuldade de aprendizagem, o fator mais citado foi a metodologia do/a professor
18,5% disseram não possuir religião	
53,7% não possuem plano de saúde	
37,7% disseram já ter sofrido bullying	

FONTE: IFRS (2019)

Para obter mais informações sobre o perfil discente do IFRS acesse [AQUI](#) o Observatório de Permanência e Êxito ou através do link <https://ifrs.edu.br/ensino/observatorio-de-permanencia-e-exito/apresentacao/> ou utilize o QR Code ao lado:



Perfil discente do IFRS

COR AUTODECLARADA	AMARELO - 0,4% INDÍGENA - 0,6% NÃO DECLARADO - 1,7%	BRANCO - 78,8% PRETO/PARDO - 18,6%
SEXO BIOLÓGICO	MULHER - 47,4% INTERSEXUAL - 0,1%	HOMEM - 52,4%
SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL	ASSEXUAL - 1,2% HETEROSSEXUAL 86,5%	BISSEXUAL - 9,2% HOMOSSEXUAL - 3,1%
MODALIDADE DE INGRESSO	ACESSO UNIVERSAL - 58,8% AUTODECLARADO NEGRO OU INDÍGENA - 6,1% EGRESSO DE ESCOLA PÚBLICA - 18,6% RENDA INFERIOR A 1,5 SALÁRIO-MÍNIMO PER CAPTA - 15,5% PESSOA COM DEFICIÊNCIA - 1%	
RECEBE AUXÍLIO ESTUDANTIL DO IFRS	NÃO - 66,9%	SIM - 33,1%

Para obter mais informações sobre o perfil discente do IFRS acesse [AQUI](#) o Observatório de Permanência e Êxito ou através do link <https://ifrs.edu.br/ensino/observatorio-de-permanencia-e-exito/apresentacao/> ou utilize o QR Code ao lado:



5. Políticas de Ações Afirmativas no IFRS

Resolução CONSUP/IFRS n.º 022, de 25 de fevereiro de 2014

Art. 1º Fica instituída a Política de Ações Afirmativas do IFRS, orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos.

§ 1º Esta política **propõe medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes**, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto, **prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas** (IFRS, 2014).

Texto na íntegra disponível em
<<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>>
ou clique [AQUI](#) ou utilize o QR code ao lado:



Políticas de Ações Afirmativas no IFRS

Desde a sua criação no ano de 2008, o IFRS vem atuando na consolidação de políticas de ações afirmativas que garantam o direito à educação desde o ingresso, bem como na adoção de estratégias voltadas à permanência e êxito estudantil.

Que tal conhecermos um pouco mais sobre tais políticas institucionais?

Acesse <<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-aco-es-inclusivas/>>
ou clique [AQUI](#) ou utilize o QR Code ao lado:



Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade

Institucionalizada pela Portaria IFRS nº51/2012 (IFRS, 2012)
é o órgão responsável pelo planejamento e coordenação das ações relacionadas à
política de inclusão no IFRS.

Sua finalidade é promover a cultura da educação para a convivência, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e saída exitosa de pessoas com necessidades educacionais específicas para o mundo do trabalho, a valorização da identidade étnico-racial, a inclusão da população negra e da comunidade indígena, em todos os setores, combate à homofobia, buscando a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação.

Para saber mais sobre a Assessoria de Ações Inclusivas do IFRS acesse
<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/assessoria-de-acoes-inclusivas-aaai/> ou
clique [AQUI](#) ou utilize o QR Code ao lado:



Estrutura da Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade

Núcleo de Ações Afirmativas
NAAfs

Núcleos de Estudos Afro-
brasileiros e indígenas
NEABIs

Centro Tecnológico de
Acessibilidade (**CTA**)

Núcleos de Atendimento às
Pessoas com Necessidades
Educacionais Específicas
NAPNEs

Núcleos de Estudos e
Pesquisa
em Gênero e Sexualidade
NEPGSs

Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) do IFRS

Vinculado à Reitoria, o CTA visa:

propor, orientar e executar ações para a promoção da acessibilidade no IFRS nas suas dimensões: arquitetônica, instrumental, comunicacional, programática, metodológica e atitudinal.

A abrangência de atuação do CTA se dá, prioritariamente, no âmbito do IFRS, podendo estender-se à comunidade externa, por meio de projetos, convênios e parcerias com outras instituições.

Para saber mais sobre o CTA do IFRS acesse
<<https://cta.ifrs.edu.br/>> ou
clique [AQUI](#) ou utilize o QR Code ao lado:



Principais áreas de atuação do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA)

Tecnologia assistiva: inclui avaliação do estudante com deficiência quanto à necessidade de recurso de TA; realização de testes de uso de recursos de TA com o estudante; acompanhamento do uso de recurso de TA pelo estudante; orientação quanto à aquisição de recurso de TA; realização de adaptação em recursos existente; confecção de recursos de TA de baixo custo; e capacitação na área.

Acessibilidade digital: inclui testes de acessibilidade em sites, sistemas ou documento digitais; adaptação de editais e provas dos processos seletivos; orientação quanto à confecção de artefatos digitais acessíveis; e capacitação na área.

Núcleos de Ações Afirmativas NAAFs - IFRS



#PraTodosVerem: Em um fundo branco um círculo estilizado dividido nas cores roxo, azul e laranja e escrito NAAf Núcleo de Ações Afirmativas

Os NAAFs possuem Regulamento aprovado conforme determina a Resolução Consup nº 038/2017.

Para saber mais sobre os NAAFs do IFRS acesse <https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-acoes-afirmativas-naaf/> clique [AQUI](#) ou utilize o QR Code ao lado:



Núcleos de Ações Afirmativas NAAFs - IFRS

Os Núcleos de ações afirmativas são setores consultivos e propositivos que media as ações afirmativas na instituição, congregando as ações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e indígenas – NEABIs e Núcleos de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade – NEPGSS, possuindo regulamento próprio. (IFRS, 2017).

Atualmente estão presentes na **Reitoria e nos campi de Vacaria, Veranópolis e Viamão.**

Para saber mais sobre os NAAFs do IFRS acesse <https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-acoes-afirmativas-naaf/> clique [AQUI](#) ou utilize o QR Code ao lado:



Que tal conhecer mais sobre cada NAAF?

Reitoria

naafreitoria@ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3449-3321

Veranópolis

naaf@veranopolis.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3437 2310

Vacaria

nucleo.naaf@vacaria.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3231-7403

Viamão

naaf@viamao.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3320-7101

ATENÇÃO: Os contatos poderão ser modificados e, portanto, caso tenha dúvidas ou precise de ajuda para acessar os NAAFs acesse o site do IFRS clicando AQUI ou acesso o QR CODE ao lado.



Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGSs



NEPGS
Núcleo de Estudos e
Pesquisas em Gênero e Sexualidade

#PratodosVerem: sete silhuetas de corpos humanos coloridas formando um círculo em um fundo branco escrito NEPGS Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade

Criado por portaria instituída em cada campus, é um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e sexualidade.

Para saber mais sobre os NEPGSs do IFRS, acesso [AQUI](#) ou o link <<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-estudos-e-pesquisas-em-genero-e-sexualidade-nepgs/>> ou utilize o QR CODE ao lado.



Finalidades dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGSs

Propor políticas, Programas, Ações e/ou Atividades que envolvam as temáticas relacionadas a Corpo, Gênero, Sexualidade e Diversidade nos campi;

Assessorar e prestar consultoria à Coordenadoria de Assistência Estudantil do campus, em situações ou casos que envolvam essas temáticas;

Estudar e produzir conhecimento científico sobre as temáticas do Núcleo a fim de contribuir para este campo de conhecimento e para os currículos dos cursos ofertados;

Auxiliar na elaboração da normativa que possibilita a utilização do nome social por alunos e servidores, em todos os atos e procedimentos desenvolvidos no IFRS.

Finalidades dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGSs

Articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas às temáticas de atuação dos NEPGSs, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, materiais didático-pedagógicos a serem utilizados nas práticas educativas e ações de ensino, pesquisa e extensão;

Participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição no que se refere ao atendimento, aconselhamento e acompanhamento de pessoas, as quais, em função de gênero e/ou sexualidade que se encontram em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional;

Discutir a importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades sociais, com ênfase nas desigualdades de gênero;

Finalidades dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGSs

Conhecer e debater junto à comunidade escolar e local sobre as leis que tratam da união civil de pessoas de mesmo sexo, cirurgias de redesignação sexual e alterações no nome de travestis, transexuais e transgêneros;

Fomentar discussões sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis, sintomas e tratamentos, em parceria com Secretarias Municipais de Saúde e órgãos afins;

Opinar sobre questões pertinentes que lhe forem encaminhadas, e que envolvam a temática de estudo e pesquisa do núcleo.

Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGSs - diretrizes institucionais

Resolução Consup nº 42/2020 – Aprovar a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Resolução Consup nº 037/2017 – Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Resolução Consup nº 054/2016 – Aprova a Regulamentação para Requisição do Nome Social no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Instrução Normativa nº 07/2021 – Regulamenta e estabelece fluxo e procedimentos para denúncia de assédios e violências, em atendimento a Política Institucional de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS.

Instrução Normativa nº 01/2022 – Dispõe sobre a implantação do Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual no IFRS.

Para saber mais sobre as políticas de ações afirmativas vinculadas aos NEPGSs do IFRS, acesso [AQUI](#) ou o link <<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-estudos-e-pesquisas-em-genero-e-sexualidade-nepgs/>> ou utilize o QR CODE ao lado.



Contatos dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGSs

Campus Alvorada

nepgs@alvorada.ifrs.edu.br

Telefone: (51) 3483-9101

Campus Canoas

nepgs@canoas.ifrs.edu.br

Instagram @nepgs_ifrs_canoas

Facebook @nepgsifrscanoas

Campus Bento Gonçalves

nepgs@bento.ifrs.edu.br

Telefone: (54) 3455-3200

Campus Caxias do Sul

rosana.seibt@caxias.ifrs.edu.br

Telefone: (54) 3204-2100

ATENÇÃO: Os contatos poderão ser modificados e, portanto, caso tenha dúvidas ou precise de ajuda para acessar os NEPGSs acesse o site do IFRS clicando [AQUI](#) ou <<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-estudos-e-pesquisas-em-genero-e-sexualidade-nepgs/>> ou utilize o QR CODE ao lado.



Contatos dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGSs

Campus Erechim:

nepgs.erechim@erechim.ifrs.edu.br

Telefone: (54) 3321-7524

Campus Feliz

nepgs@feliz.ifrs.edu.br

Telefone: (51)3637-4400

Instagram @NepgsFeliz Facebook

@NEPGSFeliz

Campus Farroupilha:

nepgs@farroupilha.ifrs.edu.br

Telefone: (54) 3260-2400

Campus Ibirubá

nepgs@ibiruba.ifrs.edu.br

Telefone: (54) 3324-8142/3324-8145

Campus Osório:

nepgs@osorio.ifrs.edu.br

ATENÇÃO: Os contatos poderão ser modificados e, portanto, caso tenha dúvidas ou precise de ajuda para acessar os NEPGSs acesse o site do IFRS clicando [AQUI](#) ou <<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-estudos-e-pesquisas-em-genero-e-sexualidade-nepgs/>> ou utilize o QR CODE ao lado.



Contatos dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGSs

Campus Porto Alegre

clarissa.menezes@poa.ifrs.edu.br

Telefone: (51) 3601 3525

Campus Restinga

nepgs@restinga.ifrs.edu.br

Telefone: (51) 3247-8400

Campus Sertão

nepgs.coordenacao@sertao.ifrs.edu.br

Campus Rio Grande

nepgs@riogrande.ifrs.edu.br

Campus Rolante

nepgs@rolante.ifrs.edu.br

Instagram @nepgs_rolante_ifrs

ATENÇÃO: Os contatos poderão ser modificados e, portanto, caso tenha dúvidas ou precise de ajuda para acessar os NEPGSs acesse o site do IFRS clicando [AQUI](#) ou <<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-estudos-e-pesquisas-em-genero-e-sexualidade-nepgs/>> ou utilize o QR CODE ao lado.



Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABIs



#PratodosVerem: Fundo branco com um rosto metade afro e metade indígena escrito NEABI

Criado por portaria instituída em cada campus, é um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa.

Clique [AQUI](#) e acesse a Resolução Consup nº 021/2014 – Aprova o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) ou acesse com o QR Code ao lado:



Competências dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABIs

Promover encontros de reflexão e capacitação de servidores para o conhecimento e valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e da cultura indígena, na constituição histórica e cultural do país;

Promover a realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, relacionadas a temática;

Propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa dos campi nos aspectos étnico-raciais;

Auxiliar na implementação das leis que estabelecem a cultura afro-brasileira e indígena como pontos de estudo e atividades no currículo escolar;

Buscar a implementação de projetos de valorização e reconhecimento dos sujeitos negros e indígenas no contexto dos campi;

Competências dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABIs

Possibilitar o desenvolvimento de conteúdos curriculares, extracurriculares e pesquisas com abordagem multi e interdisciplinares sobre a temática de forma contínua;

Colaborar em ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado a educação plurimétrica nos campi;

Organizar espaços de conhecimento, reconhecimento e interação com grupos étnico-raciais;

Revisar documentos dos campi, sempre buscando a inserção e atualização dos mesmos no que compete as questões étnico-raciais;

Propor e participar de eventos de outras instituições, como também de movimentos sociais que envolvam questões relacionadas a cultura afro-brasileira e indígena.

Contatos dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABIs

Campus Alvorada
neabi@alvorada.ifrs.edu.br

Campus Bento Gonçalves
neabi@bento.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3455-3219

Campus Canoas
neabi@canoas.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3415-8244

Campus Caxias do Sul
neabi@caxias.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3204-2100

Campus Erechim
neabi.erechim@erechim.ifrs.edu.br

Campus Farroupilha
neabi@farroupilha.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3260-2400

Campus Feliz
neabi@feliz.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3637-4413

Campus Ibirubá
ibiruba.neabi@ibiruba.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3324 8145

Campus Osório
neabi@osorio.ifrs.edu.br
Telefone: (51) (51) 3601-3500

Contatos dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABIs

Campus Restinga
elizete.santos@restinga.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3247-8400

Campus Rio Grande
neabi@riogrande.ifrs.edu.br
Telefone: (53)32338710

Campus Sertão
rafael.sapiencia@sertao.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3345-8016

Campus Rolante
neabi@rolante.ifrs.edu.br

Campus Erechim
neabi.erechim@erechim.ifrs.edu.br

Campus Osório
neabi@osorio.ifrs.edu.br
Telefone: (51) (51) 3601-3500

Campus Porto Alegre
neabi@poa.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3930-6089

ATENÇÃO: Os contatos poderão ser modificados e, portanto, caso tenha dúvidas ou precise de ajuda para acessar os NEABIs acesse o site do IFRS clicando [AQUI](https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-estudo-afro-brasileiro-e-indigena-neabi/) ou <<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-estudo-afro-brasileiro-e-indigena-neabi/>> ou utilize o QR CODE ao lado.



Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs)



#PratodosVerem: Cinco retângulos cada um contendo uma silhueta de pessoas com necessidades educacionais específicas e escrito NAPNE

Criado por portaria instituída em cada campus, é um setor propositivo e consultivo que media a educação inclusiva na instituição. Os NAPNEs são facilitadores e disseminadores de ações inclusivas, buscando não apenas a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas nos bancos escolares, mas, também, sua permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho, atuando no ensino, na pesquisa e na extensão.

Para acessar o Regulamento do NAPNE (IFRS) clique AQUI ou no link: <https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-no-020-de-25-de-fevereiro-de-2014-aprova-o-regulamento-dos-nucleos-de-atendimento-as-pessoas-com-necessidades-educacionais-especificas-napnes-do-ifrs/> ou utilize o QR Code ao lado:



Competências dos NAPNEs

Implantar estratégias de inclusão, permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PNEEs);

Articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades;

Buscar parcerias com entidades de atendimento de PNEEs;

Incentivar e/ou realizar pesquisa e inovação no que tange à inclusão de PNEEs;

Promover quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais nos campi.

Contatos dos NAPNEs

Campus Alvorada

Renata Heinzelmann
napne@alvorada.ifrs.edu.br

Campus Erechim

Leonora Marta Devensi
leonora.devensi@erechim.ifrs.edu.br ou
napne@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3321 7500

Campus Caxias do Sul

Clarissa Haas
clarissa.haas@caxias.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3204-2100

Campus Bento Gonçalves

Everaldo Carniel
everaldo.carniel@bento.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3455-3219

Contatos dos NAPNEs

Campus Canoas

Naiara Greice Soares
naiara.soares@canoas.ifrs.edu.br ou
napne@canoas.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3415-8200

Campus Feliz

Franciele Winterhalter
napne.feliz@feliz.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3637- 4404

Campus Farroupilha

Luciara Carrilho Brum
luciara.brum@farroupilha.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3260-2400

Campus Osório

Lidiane Barreto alves Zwick
lidiane.alves@osorio.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3601.3525

Contatos dos NAPNEs

Campus Erechim

Leonora Marta Devensi
leonora.devensi@erechim.ifrs.edu.br ou
napne@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3321 7500

Campus Ibirubá

Ana Paula de Almeida
napne@ibiruba.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3324-8148

Campus Feliz

Franciele Winterhalter
napne.feliz@feliz.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3637- 4404

Campus Rolante

Ione Canabarro Araujo
napne@rolante.ifrs.edu.br ou
ione.araujo@rolante.ifrs.edu.br

Contatos dos NAPNEs

Campus Porto Alegre

Ana Rosaura Moraes Springer – Coordenadora
Ethiene Ribeiro Bilhalva – Secretária
napne@poa.ifrs.edu.br

Campus Sertão

Gabriele Albuquerque Silva
gabriele.silva@sertao.ifrs.edu.br
Telefone: (54) 3345-8095

Campus Restinga

Jessie Marimon
jessie.marimon@restinga.ifrs.edu.br ou
napne@restinga.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3247-8400

Campus Viamão

Anelise Schutz
anelise.schutz@viamao.ifrs.edu.br
Telefone: (51) 3320-7100

Contatos dos NAPNEs

Campus Rio Grande

Carla Andr carla.andre@riogrande.ifrs.edu.br ou napne@riogrande.ifrs.edu.br

Telefone: (53) 3233-8641

ATENÇÃO: Os contatos poderão ser modificados e, portanto, caso tenha dúvidas ou precise de ajuda para acessar os NAPNEs acesse o site do IFRS clicando [AQUI](#) ou <https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-atendimento-as-pessoas-com-necessidades-educacionais-especificas-napne/> ou utilize o QR CODE ao lado.



6. Ações afirmativas no contexto da EPT: compartilhando saberes e experiências no contexto do IFRS

O que você entende por raça e etnia?

Qual expressão utilizar: índio ou indígena?

O que são e como funcionam as bancas de heteroidentificação?

As bancas são obrigatórias? Só a autodeclaração não basta?

Qual o significado das letras da sigla LGBTQIA+?

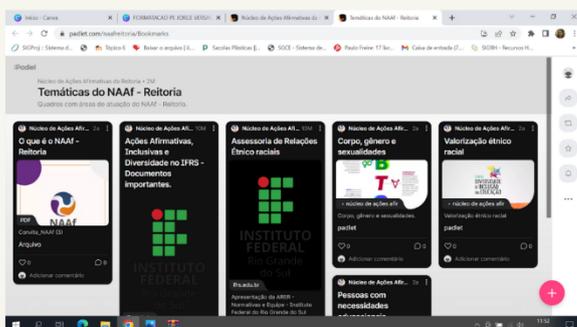
Qual a diferença entre gênero e sexualidade?

Como podemos conceituar masculinidade(s), feminismo(s), capacitismo, racismo estrutural, entre outros termos presentes no cotidiano?

Ficou com dúvidas para responder?

**Nesta seção apresentamos dicas
de leituras e matérias para estudo**

Espaços compartilhados na rede: Plataforma Padlet do NAAF/Reitoria



#PratodosVerem: PlataformaPadlet do NAAfReitoriaIFRS

Nesse espaço, podem ser encontrados variados formatos de conteúdo (textos, imagens, vídeos, podcasts, playlists e outros) de diversas fontes sobre ações afirmativas, inclusivas e de diversidade.

Para acessar o vídeo, clique na imagem acima ou no link:

<<https://padlet.com/naafreitoria/Bookmarks>>

ou utilize o QR Code ao lado:



Verificação Étnico-racial em Processos Seletivos e Concursos

O procedimento de heteroidentificação é uma etapa do processo seletivo complementar a autodeclaração de candidatos/as negros/as.

O IFRS adota este procedimento administrativo desde a Instrução Normativa nº 10/2017, a partir da Orientação Normativa nº 3, de 1º de agosto de 2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que dispõe sobre aferição da veracidade da autodeclaração.

Para obter mais informações sobre a Verificação Étnico-racial em Processos Seletivos Discentes e Concursos acesse o site do IFRS no link <<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-relacoes-etnico-raciais/verificacao-racial-em-processos-seletivos-e-concursos/>>, ou acesse o QR Code ao lado.



Materiais audiovisuais disponíveis no canal do Youtube do IFRS



Série de vídeos disponibilizados no canal do YouTube do IFRS com informações e orientações aos/as estudantes autodeclarados negros e indígenas.

#PratodosVerem: CanaldoIFRSnoYouTube

Para acessar o vídeo, clique na imagem acima ou no link:
<https://www.youtube.com/watch?v=Dq0O3ZJg9V4> ou
utilize o QR Code ao lado:



Assessoria de Relações Étnico-Raciais: políticas institucionais no contexto da EPT/IFRS



#PraTodosVerem: Imagem do canal do Youtube da Assessoria de relações étnico-raciais do IFRS. Na imagem, estão a imagem inicial do vídeo disponibilizado no Canal do YouTube da Assessoria de relações étnico-raciais do IFRS.

A imagem contém o desenho de cinco pessoas acompanhadas do título Curso de Educação para as relações étnico raciais. Direitos e Racismos: povos indígenas e quilombolas em letras na cor preta e fundo nas cores amarelo e vermelho.

Vinculada à Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) a partir da Portaria 1179/18 e da Resolução Consup nº001/2020 – Aprova o Regimento Complementar da Reitoria do IFRS.

Para obter mais informações sobre a ARER, clique [AQUI](#) ou no link
<<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-relacoes-etnico-raciais/apresentacao/>>
ou acesse o QR Code ao lado,



Promoção de direitos étnico - raciais: instrumentos legais

Decreto nº 65.810/1969

Recepciona a Convenção Internacional Sobre a
Eliminação de Todas as Formas de Discriminação
Racial, adotada pela ONU em 21 de dezembro de 1965.

O acesso na íntegra poderá ser feito clicando [AQUI](#), pelo link
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html> ou
utilize o QR Code ao lado.



Promoção de direitos étnico - raciais: instrumentos legais

Constituição Federal/1988

É princípio da República o repúdio ao racismo (art. 4º, VIII),
já em seu artigo 5º, XLII, determina que a prática do racismo
constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de
reclusão, nos termos da lei.

O acesso na íntegra poderá ser feito clicando [AQUI](#), pelo link
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>
<<https://ifrs.edu.br/ifrs-aprova-politica-de-prevencao-e-combate-ao-assedio/>>
ou utilize o QR Code ao lado.



Promoção de direitos étnico - raciais: instrumentos legais

Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Para acessar o texto na íntegra, clique [AQUI](#), ou no link <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>, ou no QR Code ao lado.



Lei 10.639/2003

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Para acessar a lei na íntegra, clique [AQUI](#) ou no link <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> ou acesse o QR CODE ao lado.



Promoção de direitos étnico - raciais: instrumentos legais

Lei nº 12.711/2012

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Para acessar a lei na íntegra, clique [AQUI](#). ou pelo link <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> ou utilize o QR Code ao lado.



Promoção de direitos étnico - raciais: instrumentos legais

Lei nº 12.990/2014

Reserva aos/las negros/las 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Para acessar a lei na íntegra, clique [AQUI](#) ou pelo link <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm> ou utilize o QR Code ao lado.



Promoção de direitos étnico - raciais: instrumentos legais

Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial)

Destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Para acessar a lei na íntegra, clique [AQUI](#) ou pelo link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm ou utilize o QR Code ao lado.



Instrumentos legais para o combate às violências étnico raciais e de gênero

Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal)

O artigo 140, §3º traz o crime de injúria racial.
Para acessar o texto na íntegra, clique [AQUI](#), ou no link <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>, ou no QR Code ao lado.



Lei 7.716/1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Para acessar o texto na íntegra, clique [AQUI](#), ou no link <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>, ou no QR Code ao lado.



7. Subsídios para o combate às violências e desigualdades de gênero e étnico - racial no contexto da EPT



No Brasil, os dados produzidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública demonstram o crescimento exponencial das violências motivadas principalmente por questões de gênero, orientação sexual e raça/etnia. Para subsidiar o debate, acesse os dados clicando na imagem ao lado.

#PraTodosVerem: Capa do documento
Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2022

O acesso ao Anuário também poderá ser feito pelo link <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>> ou utilize o QR Code ao lado.



Legislação de combate às violências de gênero

Lei Maria da Penha (11.340/2006)

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção. Para acessar a lei na íntegra, clique [AQUI](#), ou no link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm ou no QR Code ao lado.



Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012)

Tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares. Para acessar a lei na íntegra, clique [AQUI](#), ou no link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm ou no QR Code ao lado.



Legislação de combate às violências de gênero

Lei Joana Maranhão (12.650/2012)

Alterou os prazos quanto a prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos. Para acessar a lei na íntegra, clique [AQUI](#), ou no link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12650.htm ou no QR Code ao lado.



Lei do Femicídio (13.104/2015)

Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Para acessar a lei na íntegra, clique [AQUI](#), ou no link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm ou no QR Code ao lado.



Legislação de combate às violências de gênero

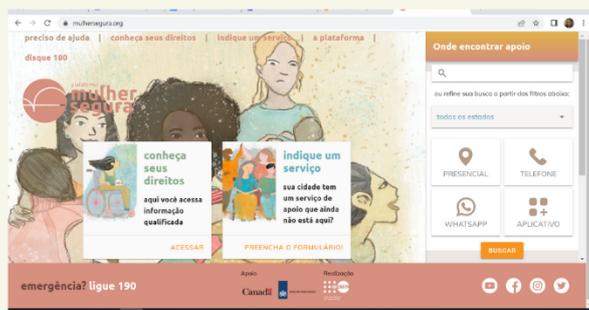
Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013)

Oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos.

Para acessar a lei na íntegra, clique [AQUI](#) ou no link <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12845.htm> ou acesse o QR Code ao lado.



Redes de proteção no combate às violências contra mulheres



#PraTodosVerem: Imagemdaplataformamulhersegura

Plataforma Mulher Segura.
Neste espaço, você encontrará informações sobre direitos e como acessar os serviços de proteção em cada uma das localidades do território brasileiro.

Para acessar a Plataforma Mulher Segura clique [AQUI](#) ou na imagem acima, ou pelo link <<https://mulhersegura.org/>> ou ainda utilize o QR Code ao lado.



Política de prevenção e combate ao assédio no IFRS



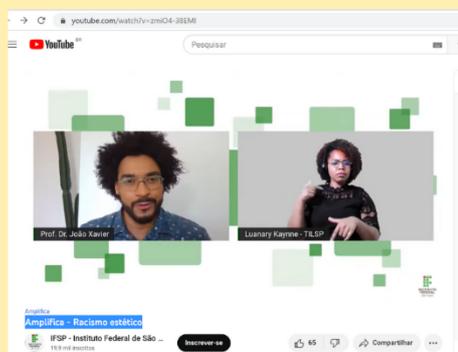
#PraTodosVerem: Capa da Política de prevenção e combate ao Assédio do IFRS

No âmbito da rede federal de educação profissional e tecnológica, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) é o primeiro Instituto a aprovar a Política Institucional de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência. O documento foi avaliado pelo Conselho Superior (Consup) e está publicado na Resolução 042/2020.

O acesso na íntegra ao documento da Política de prevenção e combate ao assédio do IFRS poderá ser feito clicando na imagem acima, pelo link <<https://ifrs.edu.br/ifrs-aprova-politica-de-prevencao-e-combate-ao-assedio/>> ou utilize o QR Code ao lado.



7.1 Sugestões de materiais audiovisuais para o combate o racismo



#PraTodosVerem: Imagem do Youtube da livesob racismo estético.

No lado direito da tela, está a imagem do professor Doutor João Paulo Xavier, homem negro, de óculos de grau e barba, camisa azul-escuro. No lado esquerdo da tela, está a Luanary, intérprete de libras, mulher negra, cabelos crespos, de óculos de grau e vestindo blusa preta. Ambos estão num local com paredes de fundo claro.

Live disponível no canal do Youtube tendo como temática: RACISMO ESTÉTICO, a qual foi proferida pelo professor Dr. João Paulo Xavier (CEFET-MG) durante sua participação no Projeto Amplifica (IFSP).

Para acessar o vídeo na íntegra clique [AQUI](#) ou no link <<https://www.youtube.com/watch?v=zmiO4-38EMI>> ou utilize o QR Code ao lado:



Sugestões de materiais audiovisuais para o combate o racismo



O Podcast EMPRETESER e fique por dentro de assuntos como: racismo estético e racismo ambiental, branquitude, feminismo negro, entre outros.

#PraTodosVerem: ImagemdacapadopodcastEmpreteSer
Cartaz amarelo com a figura de uma mulher negra do lado direito, com cabelos crespos e utilizando um fone de ouvido. No lado direito estão os dizeres: O prazer auricular na cultura e música negra. 1ª Temporada EmpreteSer com João Xavier. Estréia dia onze de maio, às vinte e uma horas ns cento e sete FM. Sua música, seu estilo.

Para acessar o podcat, clique [AQUI](#) ou no link:
<<https://open.spotify.com/show/1tKr71ahcdf6ldWNFKTI6I>>.
Você poderá acessar também utilizando o QR Code ao lado.



Sugestões de materiais audiovisuais para o combate o racismo



DICA DE LEITURA:

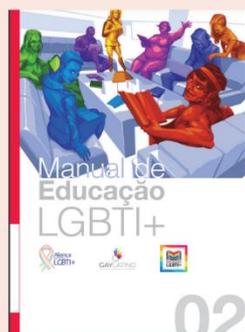
Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho. 2a. ed. Brasília, OIT/UNAIDS/PNUD, Projeto “Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia”, 2015. 79 p

#PraTodosVerem:
capadobookPromoçãodos direitos humanos das pessoas LGBT nomundodo trabalho

Para acessar o e-book na íntegra, clique [AQUI](#) ou no link:
<https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2016/01/2015_ManualPromocaoDireitosLGBTTrabalho_PT_V2.pdf>
ou utilize o QR code ao lado.



7.2 Garantia do acesso à educação para a população LGBTI+



#PraTodosVerem:

capadoebookManualdeeducaçãoLGBTI+

DICA DE LEITURA:
Manual de educação LGBTI+
[livro eletrônico] / organização
Toni Reis, Simón Casal. --
Curitiba, PR : IBDSEX, 2021

Para acessar o e-book na íntegra, clique [AQUI](#) ou no link:
<https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual_de_educacao_gaylatino_2021_v_25_11_2021_-_WEB.pdf>
ou utilize o QR code ao lado.



Garantia do acesso à educação para a população LGBTI+



#PraTodosVerem:
capadacartilhadeatividadesLGBTI+

DICA DE LEITURA:

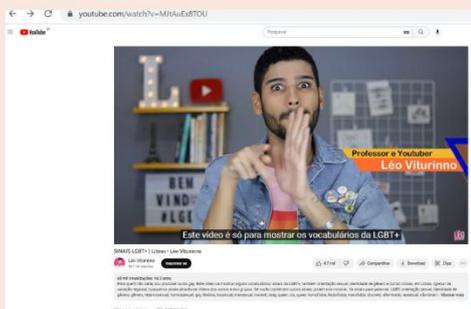
Cartilha resultante do Dissertação intitulada “Gênero e diversidade sexual: as experiências de estudantes LGBTI+ na educação profissional e os desafios no mundo do trabalho” produzida no Mestrado Profissional ProfEPT, no IFPE (2019) por Johana Moraes sob orientação do professor Kleber Rodrigues

Para acessar o e-book na íntegra, clique [AQUI](#) ou no link:
<<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/583817/2/Cartilha%20de%20Atividades%20LGBTI%2B.pdf>>
ou utilize o QR code ao lado.



Dica de materiais

Sinais LGBTQ+ em LIBRAS



#PraTodosVerem: Imagem do vídeo sinais LGBTQ+

Na imagem está o professor e youtuber, Léo Viturinno que é um homem branco, surdo, com cabelos curtos e barba, vestindo jaqueta jeans e camiseta rosa com desenho do arco-íris e um relógio no pulso esquerdo e se comunicando por LIBRAS, havendo a legenda simultânea no decorrer de todo o vídeo. Ao fundo, aparece uma parede cinza com prateleiras contendo livros, enfeites e painel para recados e fotografias.

Dica de Vídeo:

SINAIS LGBTQ+ | Libras - O vídeo foi produzido por Léo Viturinno, youtuber surdo que apresenta vocabulários/sinais da LGBTQ+, também orientação sexual, identidade de gênero e outras coisas, em Libras.

Para acessar o vídeo na íntegra, clique [AQUI](https://www.youtube.com/watch?v=MJtAuEx8TOU) ou no link:
<<https://www.youtube.com/watch?v=MJtAuEx8TOU>>
ou utilize o QR code ao lado.



7.3 Dicas de materiais e recursos sobre políticas inclusivas e EPT

SITE INCLUSÃO JÁ!

Apresenta a legislação brasileira em ordem cronológica.

Para acessar o site clique [AQUI](https://inclusaoja.com.br/legislacao/) ou pelo link

<<https://inclusaoja.com.br/legislacao/> ou
utilize o QR Code ao lado.



**Produto Educacional elaborado no
PROFEPT/IFRS**

Para acessar o texto na íntegra clique [AQUI](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553643/2/E-book_EduCapes_out-2020.pdf)
ou pelo link

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553643/2/E-book_EduCapes_out-2020.pdf>
ou utilize o QR Code ao lado.



#PraTodosVerem: auxílio-educação, Ensino e
Psicologia: compromisso com o social

Dicas de materiais e recursos sobre políticas inclusivas e EPT



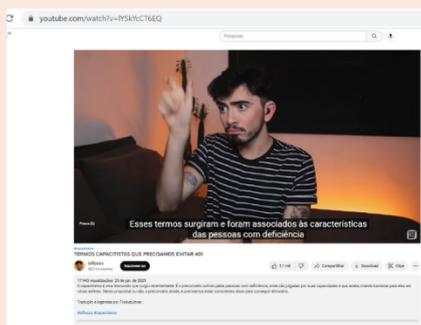
DICA PARA LEITURA:
A educação profissional para
pessoas com deficiência

#PraTodosVerem: Capa do e-book A educação
profissional para pessoas com deficiência

Para acessar o texto na íntegra, clique [AQUI](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232079) ou no link:
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232079>>
ou utilize o QR code ao lado.



Dica de materiais para combate ao CAPACITISMO



DICA DE VÍDEO: **TERMOS CAPACITISTAS QUE
PRECISAMOS EVITAR**

O capacitismo é uma discussão que surgiu recentemente. É o preconceito sofrido pelas pessoas com deficiência, onde são julgadas por suas capacidades e que acaba criando barreiras para elas em várias esferas. Sendo proposital ou não, o preconceito existe, e precisamos estar conscientes disso para conseguir eliminá-lo.

#PraTodosVerem: Imagem do vídeo termos capacitistas que precisamos evitar

Na imagem está o professor e youtuber, Gabriel Isacc que é um homem branco, surdo, com cabelos curtos e barba, vestindo camiseta preta com listras brancas na horizontal e diante de uma parede com luz amarela e painel escuro ao fundo. O Gabriel usa um relógio no pulso esquerdo e aparece no vídeo utilizando LIBRAS para a comunicação, havendo a legenda simultânea no decorrer de todo o vídeo.

Para acessar o vídeo na íntegra, clique [AQUI](https://www.youtube.com/watch?v=IY5kYcCT6EQ) ou no link:
<<https://www.youtube.com/watch?v=IY5kYcCT6EQ>>
ou utilize o QR code ao lado.



Dica de materiais para combate ao CAPACITISMO



#PraTodosVerem: Imagem do vídeo de termos capacitistas que precisamos evitar. Na imagem a tela inicial do vídeo, com fundo escuro e escrito Mudando atitudes em letras brancas.

Documentário; Anticapacitismo

Neste documentário, a TV Justiça reuniu vozes de pessoas com os mais diversos tipos de deficiência para discutir a importância de ser anticapacitista, fazendo uma leitura de como a sociedade brasileira vê a pessoa com deficiência hoje e quais os efeitos sociais da manifestação de preconceito ao pressupor que existe um padrão corporal ideal e que a fuga desse padrão torna as pessoas inaptas para as atividades na sociedade.

Para acessar o vídeo na íntegra, clique [AQUI](#) ou no link:
<<https://www.youtube.com/watch?v=ctdGC-IHclQ>>
ou utilize o QR code ao lado.



Dica de materiais para combate ao CAPACITISMO



#PraTodosVerem: Imagem do capadocapoe-book branquitude, antirracismo, alianças possíveis. Na imagem a capa do e-book, em tons de azul escuro na parte inferior (faixa) e tons de azul claro mais ou menos da metade para cima, com imagens de estantes de livros. Na vertical há uma caixa texto com um círculo em tons de terra, no qual está escrito o título da obra.

DICA PARA LEITURA:

No site do Senado Federal, você pode encontrar a publicação “Branquitude e Antirracismo: Alianças possíveis”, que nos sugere uma série de obras para estudarmos o tema.

Para acessar o texto na íntegra, clique [AQUI](#) ou no link:
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/579599>>
ou utilize o QR code ao lado.



Dica de materiais

Coleção feminismos plurais



#PraTodosVerem: Logotipo do núcleo de estudos afro-brasileiros da UNIFAP.

Materiais para a leitura disponibilizados no site da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) por meio de seu Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.

Para acessar os conteúdos disponibilizados pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) acesse [AQUI](#) ou pelo link <<https://www2.unifap.br/neab/?s=cole%C3%A7%C3%A3o+feminismos>> ou utilize o QR Code ao lado.



Ainda temos mais umas dicas...



#PraTodosVerem: Página inicial do portal de livros abertos da USP.

DICAS PARA LEITURAS

Você conhece o portal de livros da USP (Universidade de São Paulo)? Então ali há uma série de livros disponíveis dos mais diversos assuntos e muitos deles de interesse dos núcleos, que tal dar uma pesquisada lá?

Para acessar os conteúdos disponibilizados Universidade Federal de São Paulo (USP) acesse [AQUI](#) ou pelo link <<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP>> ou utilize o QR Code ao lado.



Ainda temos mais umas dicas...

Dica de site de conteúdos variados:



#PraTodosVerem:Páginainicialdoportaldarevistaeletrônicacoletiva

A dica de leitura é a revista eletrônica **A Coletiva**, periódico de divulgação científica, publicado pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) desde 2010.

Para acessar os conteúdos acesse [AQUI](#) ou pelo link <<https://www.coletiva.org>> ou utilize o QR Code ao lado.



Ainda temos mais umas dicas...



#PraTodosVerem:PáginainicialdocanalAZmina

AzMina
Canal de jornalismo feminista independente que discute vários assuntos do mundo feminista.

Para acessar os conteúdos acesse [AQUI](#) ou pelo link <<https://www.youtube.com/c/AzMina>> ou utilize o QR Code ao lado.



8. Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material



#PratodosVerem: Capa do Livro Acessibilidade e tecnologia assistiva: Pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais



#PratodosVerem: Capa do Livro Ações Afirmativas no IFRS

Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



#PratodosVerem: Capa do Livro Soluções Acessíveis Experiências inclusivas no IFRS



#PratodosVerem: Capa do Livro O Uso dos Recursos de Tecnologia Assistiva

Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



#PratodosVerem:
Capa do Livro
Ações Afirmativas
A trajetória do
IFRS como
instituição
inclusiva



#PratodosVerem:
Capa do Livro
Manual de
acessibilidade em
documentos
digitais

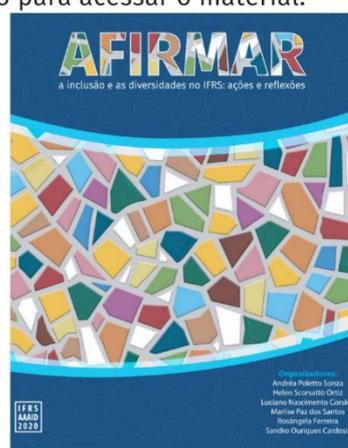


Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



#PratodosVerem:
Capa do Livro
Reflexões sobre
currículo inclusivo



#PratodosVerem:
Capa do Livro
Afirmar a inclusão
e as diversidades
no IFRS, ações e
reflexões



Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



REVISTA
PLURAL
2020

#PratodosVerem:
Capa da Revista
Plural 2020



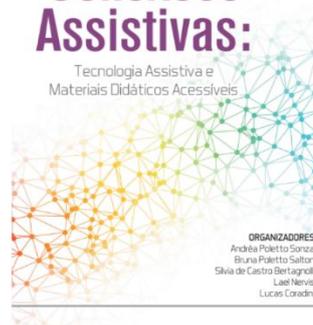
GARANTIR E AVANÇAR:
AFIRMAÇÃO DA INCLUSÃO E
DAS DIVERSIDADES NO IFRS



Conexões Assistivas:

Tecnologia Assistiva e
Materiais Didáticos Acessíveis

#PratodosVerem:
Capa do livro
Conexões
Assistivas:
Tecnologia
assistiva e
materiais didáticos
acessíveis

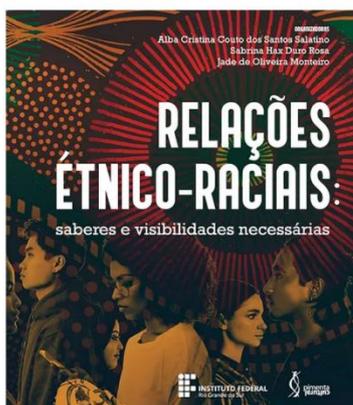


ORGANIZADORES
Andréa Pioletto Souza
Bruna Pioletto Salton
Silvia de Castro Bertagnolli
Lael Nervis
Lucas Coradini



Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



#PratodosVerem:
Capa do livro
Relações Étnico-
Raciais saberes e
visibilidades
necessárias

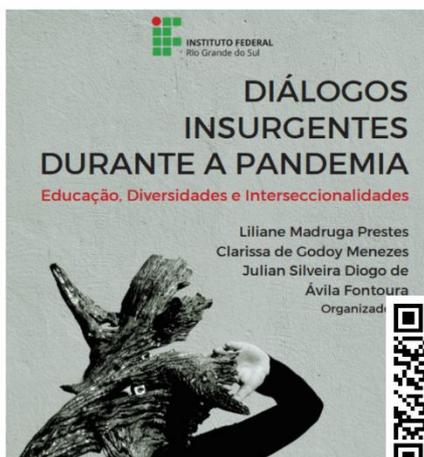


#PratodosVerem:
Capa do livro
Permanência e
Êxito no IFRS
reflexões e
práticas



Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



#PratodosVerem: Capa do livro Diálogos Insurgentes Durante a Pandemia Educação, diversidade e interseccionalidades

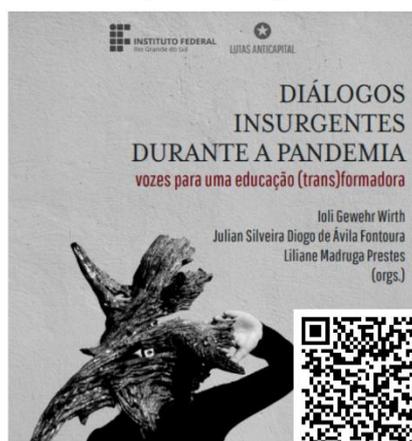


#PratodosVerem: Capa do livro Cotidianos de Inclusão Escolar na Educação Básica e Profissional: A acessibilidade curricular como diretriz da ação pedagógica



Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



#PratodosVerem: Capa do livro Diálogos Insurgentes Durante a Pandemia Vozes para uma educação (trans)formadora



#PratodosVerem: Capa do livro Relatos de Mulheres em Curso histórias de afetos, direitos humanos e feminismo

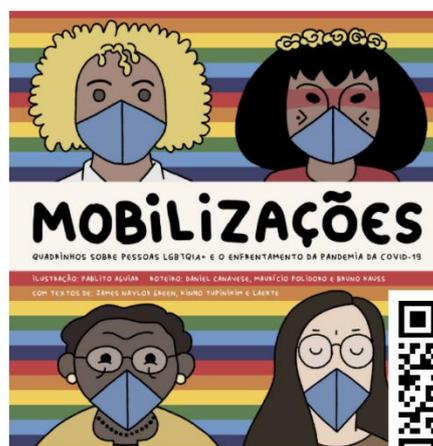


Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



#PratodosVerem: Capa do livro Tramas Afro-Indígenas no Sul do Brasil uma cartografia da cosmopolítica quilombola



#PratodosVerem: Capa do livro Mobilizações quadrinhos sobre pessoas LGBTQIA+ e o enfrentamento da pandemia da COVID-19

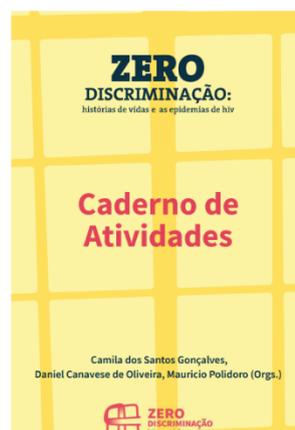


Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material



#PratodosVerem: Capa do livro Zero Discriminação: Contos sobre histórias de vidas e as epidemias de hiv



#PratodosVerem: Capa do livro Zero Discriminação: histórias de vidas e as epidemias de hiv. Caderno de atividades



Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:



Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Com relação a temática diversidade e inclusão, você sabe qual o significado das siglas PCD? LGBTIA+? e de conceitos como racismo estrutural, entre outros termos utilizados no nosso cotidiano?



#PratodosVerem: Capa do livro Terminologias recomendadas para uma educação mais inclusiva

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar o material:

Publicações sobre Ações Afirmativas produzidas pelo IFRS

Clique na imagem ou no QR CODE ao lado para acessar a cartilha com o glossário de termos sobre gênero e sexualidade:



#PratodosVerem: Capa do livro A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismos e direitos humanos



9. Experiências inspiradoras em Ações Afirmativas na EPT no contexto do IFRS



O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do IFRS Campus Feliz promove o Clube de Livres, um espaço de leitura e discussão coletiva de livros literários que abordam as temáticas de diversidades, gênero e sexualidade.

#PraTodosVerem: Cartaz do Clube de Livres leitura e diversidade onde vemos vários rostos femininos em quadrados coloridos

Para acessar os conteúdos, clique AQUI ou acesse o link <https://ifrs.edu.br/feliz/nepgs-organiza-club-de-leitura-e-diversidade/> ou utilize o QR Colde ao lado.



Experiências inspiradoras em Ações Afirmativas na EPT no contexto do IFRS



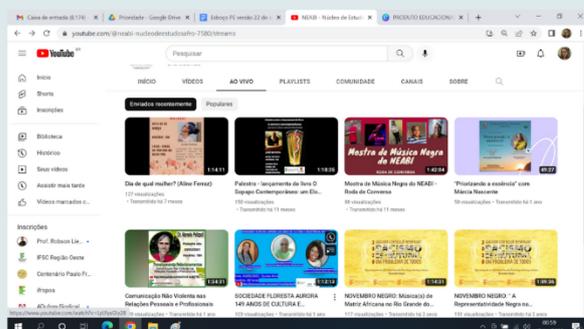
#PraTodosVerem: Em um fundo branco as logo do IFRS, do NEPGS e NEABI, IV encontro de diversidades identidades de gênero sobrepostas em tempos de quarentena e imagem da professora Olívia Tavares

Vídeo produzido disponibilizado pelo NEPGS - IFRS - Campus Canoas.

Para acessar os conteúdos, clique [AQUI](#) ou acesse o link <<https://www.youtube.com/channel/UCe-yR7byH0gbxD3zaiAUz7A>> ou utilize o QR Colde ao lado.



Experiências inspiradoras em Ações Afirmativas na EPT no contexto do IFRS

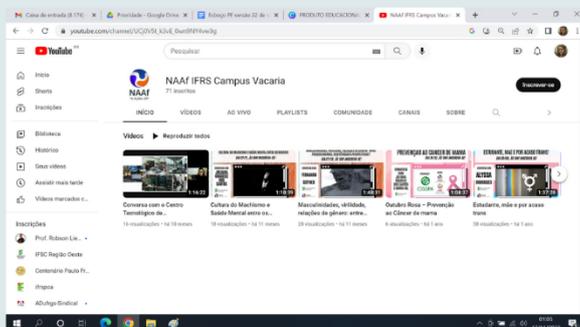


#PraTodosVerem: Página do canal do NEABI Campus Porto Alegre no Youtube com diversos vídeos produzidos

Para acessar os conteúdos, clique [AQUI](#) ou acesse o link <<https://www.youtube.com/@neabi-nucleodeestudosafro-7580/streams>> ou utilize o QR Colde ao lado.



Experiências inspiradoras em Ações Afirmativas na EPT no contexto do IFRS

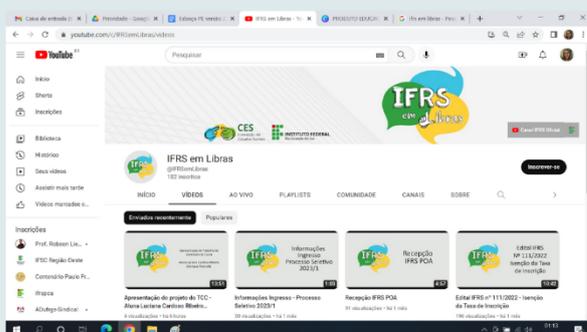


#PraTodosVerem: Página do canal do NAAF Campus Vacaria no Youtube com diversos vídeos produzidos

Para acessar os conteúdos, clique [AQUI](#) ou acesse o link <https://www.youtube.com/channel/UCj0V5t_k3vE_0wn9NY4vw3g> ou utilize o QR Colde ao lado.



Experiências inspiradoras em Ações Afirmativas na EPT no contexto do IFRS



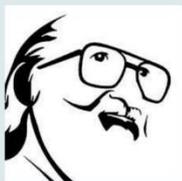
O IFRS em Libras é um canal oficial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) no Youtube que tem por objetivo reunir conteúdos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) produzidos na instituição.

#PraTodosVerem: Página do canal do IFRS em Libras no Youtube com diversos vídeos produzidos

Para acessar o conteúdo do IFRS em Libras clique [AQUI](#) ou acesse o link <<https://www.youtube.com/c/IFRSemLibras/videos>> ou utilize o QR Code ao lado.



É preciso esperar mas também agir: inspirando novas iniciativas na EPT em prol das ações afirmativas



#PraTodosVerem:
Silhueta do rosto de
Paulo Freire

Epígrafe final

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática. - Paulo Freire

Reticências.... e não ponto final

Este produto educacional é fruto de uma ampla pesquisa realizada no decorrer do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ofertado em rede pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre. Consiste num espectro de possibilidades com subsídios que visam inspirar outras iniciativas voltadas à promoção da educação pública e gratuita como um direito fundamental a todas as pessoas de nosso país, em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo a educação profissional e tecnológica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Manual Orientador da Diversidade**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/ManualLGBTDIGITAL.pdf/view> Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.

CONIF. **110 anos Rede federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Livro. Brasília, 2019.

CORADINI, L.; SANTOS, M. P. dos. Panorama das Ações Afirmativas no IFRS: avanços e desafios. In: SONZA, A. P. et al. (org.). **Afirmar a Inclusão e as Diversidades no IFRS: ações e reflexões**. Bento Gonçalves: IFRS, 2020. p. 8-17.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciências e tecnologia. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"**, p. 1492-1508, 2012. Disponível em: <https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

GOMES, J. B. B. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília (DF): UNESCO; BID; Ministério da Educação, 2005. p. 47-82. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume5_acoes_afirmativas_e_combate_ao_racismo_nas_americas.pdf Acesso em: 16 maio de 2022.

MOURA, D. H. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, mar. 2008. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em: http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc_artigo_2002_SMoehlecke.pdf. Acesso em: 20 maio de 2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 038, de 20 de junho de 2017**. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAFs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. [Bento Gonçalves]: Conselho Superior, 2017. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017523133111737resolucao_038_17_completa.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 037, de 20 de junho de 2017**. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. [Bento Gonçalves]: Conselho Superior, 2017. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 020, de 25 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais específicas (Napne) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. [Bento Gonçalves]: Conselho Superior, 2014. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao-20-14.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. **Resolução nº 021, de 25 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena (Neabi) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. [Bento Gonçalves]: Conselho Superior, 2014. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_21_14.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Ensino. **Instrução Normativa nº 02 de 11 de março de 2021**. Regulamenta a atuação do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). [Bento Gonçalves]: Pró-Reitoria de Ensino, 2021. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/IN-02-Regulamenta-a-atuacao-do-Centro-Tecnologico-de-Acessibilidade-do-IFRS-1.pdf> Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, T.T. **A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismo e direitos humanos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/173>. Acesso em: 03 maio de 2022.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 83-94, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000100010>. Acesso em 03 de maio de 2022.

Para saber mais sobre o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)



O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT) tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

Para mais informações sobre o Mestrado Profissional ProfEPT acesse [AQUI](http://profepct.poa.ifrs.edu.br/) ou pelo link <<http://profepct.poa.ifrs.edu.br/>> ou utilize o QR Colde ao lado.



APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

1 - Identificação do participante: Escreva um pouco sobre quem você é informando a sua idade, gênero, raça/etnia e escolaridade;

2 – Atualmente, você integra a equipe de qual (ais) Núcleo(s):

() NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas);

() NEPGS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade);

() NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas);

() NAAf (Núcleo de Ações Afirmativas)

2.1 – Qual é o Campus que você integra?

2.2- Qual segmento da comunidade que você representa no Núcleo que você integra?

() Estudante/Discente;

() Docente/Professor;

() Técnico-administrativo;

() Comunidade Externa;

3 – há quanto tempo e quais as suas motivações para participar deste Núcleo?

4 – No seu entendimento, qual é o objetivo do Núcleo que você participa?

5 – Que atividades participa e/ou já participou enquanto integrante do Núcleo? (reuniões, eventos, etc...)? Cite alguma(s):

6 – Você já participou de alguma formação/curso sobre as temáticas abordadas pelo Núcleo?

7- Entre as temáticas de atuação do Núcleo, quais você possui maior conhecimento e/ou dúvidas?

8 – Quais sugestões de temáticas e/ou atividades e/ou materiais você gostaria de ter acesso para aprofundar seus conhecimentos e aprimorar sua atuação junto ao Núcleo?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: **Afinal, o que são as ações afirmativas no contexto da EPT? Subsídios para o aprimoramento das políticas institucionais a partir da escuta de integrantes dos NAAfs do IFRS.** Este projeto está vinculado ao **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica**, ofertado em rede, pelo IFRS – Campus Porto Alegre. Nessa pesquisa pretendemos investigar os conhecimentos prévios que balizam a atuação de integrantes dos NAAfs visando a produção de subsídios para a implementação e/ou aprimoramento de políticas institucionais de ações afirmativas no contexto da EPT e, em particular, no IFRS.

A pesquisa será feita integralmente de forma remota, através de questionário semiestruturado, o qual será disponibilizado para preenchimento somente após sua autorização. Para a coleta de dados será utilizado/a o referido questionário semiestruturado, a ser disponibilizado, em meio digital, através de formulário na plataforma *google forms*.

=====

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, pode haver algum desconforto pelo desconhecimento ou mobilizar sentimentos e percepções causadoras de desconforto emocional ou psicológico. Caso isso ocorra, serei encaminhado(a) para caso isso ocorra, serás encaminhado para Coordenação de Assistência ao Estudante, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os

esclarecimentos necessários.

Foi destacado que a minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera a pesquisa busca contribuir para a ampliação/aprimoramento dos conhecimentos de integrantes dos NAAfs potencializando a sua atuação tanto individual quanto coletiva. Também possa esclarecer quais carências estes mesmos integrantes possuem em conexão com as ações preconizadas pelos núcleos, bem como que o/a pesquisador/a aprofunde seus conhecimentos acerca das temáticas afetas ao Núcleo de Ações Afirmativas. Por outro lado, a expectativa é de este estudo contribua na elaboração de um produto educacional que atenda às necessidades de conhecimentos básicos em relação às ações afirmativas, em particular, no contexto da EPT. Em suma, a perspectiva é de esta investigação auxiliar os atuais e futuros membros dos NAAfs para atuarem satisfatoriamente nas três esferas de atuação, garantir a permanência e êxito do público atendido pelo núcleo e neste local encontre uma equipe qualificada e com conhecimentos para responder às inquietações da comunidade acadêmica e cumpra com êxito a política de ações afirmativas da instituição.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que poderei deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro relacionada com a

participação nesse estudo;

- de que tenho direito a compensação material relativas às minhas despesas e de meu acompanhante com relação à transporte e alimentação, caso esses gastos sejam demandados durante a minha participação no estudo

- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo ou coleta de material biológico;

- de que posso me recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

=====

Eu _____, portador do documento de identidade ou CPF _____, aceito participar da pesquisa intitulada: **“Afinal, o que são as ações afirmativas no contexto da EPT? Subsídios para o aprimoramento das políticas institucionais a partir da escuta de integrantes dos NAAFS do IFRS”**. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do (a) pesquisador(a)

=====

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Jorge Luiz dos Santos de Souza

Telefone para contato: (54)984454929

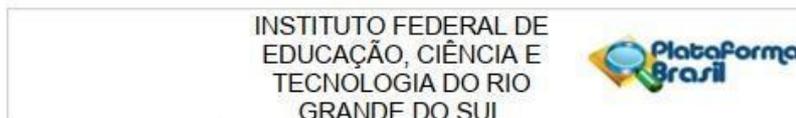
E-mail para contato: jorge.jotaluiz2003@gmail.com

Pesquisador(a) orientadora: Liliane Madruga Prestes

Telefone para contato: (51) 989395978

E-mail para contato: liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Afinal, o que são as ações afirmativas no contexto da EPT? Subsídios para o aprimoramento das políticas institucionais a partir da escuta de integrantes de Núcleos de Ações Afirmativas (NAAFs) do IFRS

Pesquisador: Jorge Luiz dos Santos de Souza

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52597821.4.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.072.915

Apresentação do Projeto:

O estudo visa investigar quais concepções que permeiam a atuação dos integrantes dos Núcleos de Ações Afirmativas analisando em que medida repercutem na consolidação das políticas institucionais do IFRS, produzindo assim subsídios teóricos e metodológicos que potencializam e promovem a formação inicial e continuada. A metodologia adotada será de abordagem qualitativa, por meio da pesquisa participante, cuja produção de dados será realizada inicialmente mediante análise documental e revisão de literatura. Na sequência, o estudo contará também com a participação de integrantes de Núcleos de Ações Afirmativas (NAAFs), mediante a aplicação de um questionário semiestruturado, o qual será disponibilizado através de compartilhamento na internet, por meio do google forms. Os resultados serão sistematizados mediante a elaboração de um guia com subsídios teóricos visando contribuir para o aprimoramento e/ou redimensionamento da atuação dos NAAF's, bem como fomentar a implementação e/ou consolidação das políticas institucionais.

Endereço: Rua General Osório, 348
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.072.915

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar os conhecimentos prévios que balizam a atuação de integrantes dos NAAFs visando a produção de subsídios para a implementação e/ou aprimoramento de políticas institucionais de ações afirmativas no contexto da EPT e, em particular, no IFRS.

Objetivo Secundário:

Aprofundar os estudos teóricos acerca das temáticas correlatas à atuação dos Núcleos de Ações Afirmativas, os quais integram as políticas de ações afirmativas da EPT, em particular, no contexto do IFRS. Investigar o estado da arte das ações afirmativas no contexto da EPT mediante o mapeamento de pesquisas realizadas e das políticas públicas vigentes, em particular, no contexto da rede federal de ensino e, em particular, no IFRS. Mapear os conhecimentos prévios a partir de integrantes dos NAAFs, em particular, no âmbito do IFRS identificando possíveis demandas para a formação inicial e continuada. Produzir um guia contendo subsídios teóricos e metodológicos para o aprimoramento da atuação dos NAAFs, como resultado da escuta de seus integrantes e da análise reflexiva das políticas institucionais que balizam as ações afirmativas na EPT e, em especial, no IFRS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Considera-se que a presente pesquisa apresenta risco mínimo, isto é, pode mobilizar sentimentos e percepções dos/as participantes, causando algum desconforto emocional e/ou psicológico. Caso isso ocorra, o pesquisador encaminhará a/o participante para o serviço de assistência social do Campus Vacaria, a fim de receber o acompanhamento e encaminhamento necessário. No caso da impossibilidade ou não resolução da situação, o próprio pesquisador realizará encaminhamento junto a serviço particular que contemple a demanda ocasionada.

Benefícios:

Espera-se que a pesquisa contribua para a ampliação/aprimoramento dos conhecimentos de integrantes dos NAAFs potencializando a sua atuação

Endereço: Rua General Osório, 348
Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
UF: RS Município: BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepsquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.072.915

tanto individual quanto coletiva. Também possa esclarecer quais carências estes mesmos integrantes possuem em conexão com as ações

preconizadas pelos núcleos, bem como que o próprio pesquisador aprofunde seus conhecimentos das temáticas afetas ao Núcleo de Ações Afirmativas. Por outro lado, a expectativa é de este estudo poder construir um produto educacional que atenda às necessidades de conhecimentos

básicos em relação às ações afirmativas em todas as esferas de atuação, necessidades educativas específicas, gênero e sexualidade, bem como em raça e etnia. Em suma, a perspectiva é de esta investigação auxiliar os atuais e futuros membros dos NAAFs para atuarem satisfatoriamente nas três esferas de atuação, garantir a permanência e êxito do público atendido pelo núcleo e neste local encontre uma equipe qualificada e com

conhecimentos para responder às inquietações da comunidade acadêmica e cumpra com êxito a política de ações afirmativas da instituição (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Amostra: 16 participantes

Pesquisa envolve o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado em rede, pelo IFRS – Campus Porto Alegre.

Não possui financiamento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em conformidade.

Recomendações:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Endereço: Rua General Osório, 348
 Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
 UF: RS Município: BENTO GONCALVES
 Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepsquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.072.915

Considerações Finais a critério do CEP:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1840887.pdf	15/10/2021 16:10:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_Pesquisa.pdf	15/10/2021 14:04:21	Jorge Luiz dos Santos de Souza	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_JORGEPROFEPT.pdf	15/10/2021 14:02:43	Jorge Luiz dos Santos de Souza	Aceito
Outros	Esboco_questionario.pdf	13/10/2021 17:03:24	Jorge Luiz dos Santos de Souza	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_Institucional_Poa.pdf	13/10/2021 16:59:51	Jorge Luiz dos Santos de Souza	Aceito
Declaração de concordância	Autorizacao_institucional_Vacaria.pdf	11/10/2021 20:29:28	Jorge Luiz dos Santos de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_MENORES.pdf	11/10/2021 20:26:23	Jorge Luiz dos Santos de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MAIORES.pdf	11/10/2021 20:25:03	Jorge Luiz dos Santos de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RESPONSAVEIS.pdf	11/10/2021 20:24:42	Jorge Luiz dos Santos de Souza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: